

Coluna1 NÚMERO	Coluna2 AUTOR (A)	Coluna3 EMENTA	Coluna4 ORIGEM	Coluna5 SITUAÇÃO	Coluna6 ÚLTIMO ANDAMENTO
PL 453/2019	Valmir Assunção	Altera o parágrafo 9o do art. 129 do Decreto-lei no 2.848, de 7 de dezembro de 1940 - Código Penal, para aumentar a pena mínima aplicável ao crime de violência doméstica e familiar contra a mulher, bem como os artigos 9o, 11o e 22o da Lei 11.340 de 7 de agosto de 2006.	Câmara dos Deputados	Aguardando Parecer do Relator na Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania (CCJC)	Constituição e Justiça e de Cidadania ( CCJC ) Apresentação do PRL n. 1 CCJC (Parecer do Relator), pela Deputada Delegada Katarina (PSD/SE). <b>20/03/2024</b>
PL 588/2019	Capitão Alberto Neto - PRB/AM	Modifica a Lei n.º 11.340, de 7 de Agosto de 2006 - Lei Maria da Penha, para estabelecer o uso de monitoramento eletrônico como meio de fiscalizar o cumprimento das medidas protetivas, bem como para disponibilizar mecanismo com "Botão de Pânico" para as vítimas.	Câmara dos Deputados	Apensado ao PL 4972/2013	Plenário ( PLEN ) Apresentação do Requerimento de Desapensação n. 1285/2022, pelo Deputado Capitão Alberto Neto (PL/AM), que "Requer a desapensação do Projeto de Lei nº 588/2019 ao Projeto de Lei nº 4972/2013 e a apensação do PL 588/2019 ao PL 2748/2021". <b>02/08/2022</b>
PL 715/2019	Marília Arraes - PT/PE	Estabelece a prioridade de atendimento no serviço de assistência psicológica e social e a preferência no atendimento de cirurgia plástica reparadora, pelo Sistema Único de Saúde - SUS, para mulher vítima de agressão, da qual resulte dano a sua integridade física ou estética.	Câmara dos Deputados	Aguardando Designação de Relator na Comissão de Finanças e Tributação (CFT)	Mesa Diretora ( MESA ) Apresentação do autógrafa. Inteiro teor Remessa ao Senado Federal por meio do Of. nº 256/2023/SGM-P. <b>07/11/2023</b>
PL 886/2019	Célio Silveira - PSDB/GO	Altera o artigo 9º, inciso II, da Lei nº 11.340, de 7 de agosto de 2006, que cria mecanismos para coibir a violência doméstica e familiar contra a mulher; e altera e acrescenta dispositivos na Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991, que dispõe sobre os Planos de Benefícios da Previdência Social e dá outras providências.	Câmara dos Deputados	Aguardando Designação de Relator na Comissão de Trabalho (CTRAB)	Mesa Diretora ( MESA ) Decisão da Presidência de 28/03/2023, conforme o seguinte teor: "Tendo em vista a edição da Resolução da Câmara dos Deputados n. 1/2023 [...], criando a Comissão de Trabalho e a Comissão de Administração e Serviço Público, revejo o despacho de distribuição aposto..." para o fim de determinar sua redistribuição à Comissão de Trabalho, em substituição à Comissão de Trabalho, de Administração e Serviço Público, extinta pela mesma Resolução." <b>28/03/2023</b>
PL 977/2019	Flávia Moraes - PDT/GO	Disciplina a responsabilidade das partes por dano processual no âmbito dos Juizados de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher.	Câmara dos Deputados	Pronta para Pauta na Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania (CCJC)	Constituição e Justiça e de Cidadania ( CCJC ) Apresentação do PRL n. 1 CCJC (Parecer do Relator), pela Deputada Laura Carneiro (PSD/RJ). Inteiro teor Parecer da Relatora, Dep. Laura Carneiro (PSD-RJ), pela constitucionalidade, juridicidade, técnica legislativa e, no mérito, pela aprovação. <b>17/10/2023</b>
PL 1380/2019	Júnior Bozzella - PSL/SP	Acrescenta o inciso V ao Art.24 da Lei nº 11.340 de 2006, para dispor sobre o pagamento de indenização por danos morais decorrentes de prática de violência contra a mulher. NOVA EMENTA: Altera a Lei nº 11.340, de 7 de agosto de 2006 (Lei Maria da Penha), para dispor sobre o pagamento de indenização por danos morais decorrentes de prática de violência contra a mulher.	Câmara dos Deputados	Aguardando Apreciação pelo Senado Federal	Mesa Diretora (MESA) Remessa ao Senado Federal por meio do Of. nº 251/19/SGM-P. <b>15/04/2019</b>
PL 1510/2019	Flávia Moraes - PDT/GO	Insera o art. 373-B no Decreto-Lei 5.452, de 1º de maio de 1943, instituindo licença de sete dias para as vítimas de violência doméstica e familiar.	Câmara dos Deputados	Apensado ao PL 886/2019	Plenário ( PLEN ) Apresentação do REQ n. 3662/2023 (Requerimento de Desapensação), pela Deputada Erika Hilton (PSOL/SP -Fdr PSOL-REDE), que "Requer a desapensação do Projeto de Lei nº 950/2023. <b>24/10/2023</b>

PL 1936/2019	Bia Cavassa - PSDB/MS	Altera o Decreto-Lei n.º 2.848, de 7 de dezembro de 1940 - Código Penal brasileiro, e o Decreto-Lei n.º 1.455, de 7 de abril de 1976, para destinar vestimentas, roupas de cama, mesa e banho, utensílios domésticos, eletrodomésticos e equipamentos eletrônicos, quando apreendidos pela Secretaria da Receita Federal do Brasil ou pela Polícia Federal, fruto de crimes de descaminho, a entidades Estaduais e Municipais que atendam mulheres vítimas de violência doméstica ou familiar e/ou famílias em estado de vulnerabilidade e dá outras providências.	Câmara dos Deputados	Apensado ao PL 169/2019	Finanças e Tributação ( CFT ) Designado Relator, Dep. Fausto Pinato (PP-SP), para o PL 169/2019, ao qual esta proposição está apensada.. <b>30/10/2023</b>
PL 1982/2019	Leandre - PV/PR	Acrescenta dispositivo à Lei nº 11.340/2006 - Lei Maria da Penha, para permitir que mulheres brasileiras, vítimas de violência doméstica no exterior, possam optar por seu domicílio original para os processos regidos por esta lei, e nele permanecer até a definição judicial	Câmara dos Deputados	Aguardando Deliberação na Comissão de Defesa dos Direitos da Mulher (CMULHER)	Constituição e Justiça e de Cidadania ( CCJC ) Recebimento pela CCJC, com a proposição PL-4567/2019 apensada. <b>15/04/2024</b>
PL 2251/2019	Elicione Barbalho - MDB/PA	Acrescenta dispositivo à Lei nº 11.340, de 7 de agosto de 2006, que "Cria mecanismos para coibir a violência doméstica e familiar contra a mulher, nos termos do § 8º do art. 226 da Constituição Federal, da Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra as Mulheres e da Convenção Interamericana para Prevenir, Punir e Erradicar a Violência contra a Mulher; dispõe sobre a criação dos Juizados de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher; altera o Código de Processo Penal, o Código Penal e a Lei de Execução Penal; e dá outras providências."	Câmara dos Deputados	Apensado ao PL 10876/2018	Defesa dos Direitos da Mulher ( CMULHER ) Designada Relatora, Dep. Laura Carneiro (PSD-RJ), para o PL 3244/2020, ao qual esta proposição está apensada. <b>06/12/2023</b>
PL 2282/2019	Otoni de Paula - PSC/RJ	Inclui nos efeitos da condenação penal, nos casos envolvendo violência doméstica ou familiar contra mulher, idoso independentemente do gênero e menor de dezoito anos, a vedação de nomeação em cargos comissionados na esfera federal, alterando o Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940, Código Penal.	Câmara dos Deputados	Apensado ao PL 1190/2019	Mesa Diretora ( MESA ) Apense-se a este(a) o(a) PL-2577/2021. <b>03/08/2021</b>
PL 2586/2019	João H. Campos - PSB/PE	Altera o Código Penal para incluir nos efeitos da condenação, nos casos envolvendo violência doméstica ou familiar contra a mulher, a perda de cargo, função pública ou mandato eletivo e a vedação de nomeação em cargos em comissão.	Câmara dos Deputados	Apensado ao PL 1841/2019	Mesa Diretora (MESA) Apense-se a este(a) o(a) PL-771/2021. <b>28/04/2021</b>
PL 3046/2019	Daniela do Waguiño - MDB/RJ	Acrescenta dispositivo ao art. 99 da Lei nº 13.105, de 16 de março de 2015.	Câmara dos Deputados	Arquivada	Mesa Diretora ( MESA ) Arquivado nos termos do art. 163, combinado com o § 4º do art. 164 do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, em razão da aprovação do PL 5.900/2016. <b>01/09/2022</b>
PL 3059/2019	Natália Bonavides - PT/RN	Altera a Lei nº 11.340, de 6 de agosto de 2006 (Lei Maria da Penha) para incluir o Artigo 41-A, que dispõe sobre a não aplicabilidade das escusas absolutórias dos artigos 181 e 182 do Código Penal às infrações de violência doméstica e familiar contra a mulher.	Câmara dos Deputados	Apensado ao PL 1310/2019	PREMIANO (PLEIN) Aprovado requerimento n. 3198/2019 da Sra. Natália Bonavides que requer, nos termos do artigo 155 do Regimento Interno, tramitação sob o regime urgência do Projeto de Lei nº 3.059, de 2019. Declarado prejudicado em face da aprovação do Substitutivo da Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania ao Projeto de Lei nº 3.764, de 2004 (Sessão Deliberativa Extraordinária Virtual de 8/3/2022 - 13h55 - 12ª Sessão). <b>08/03/2022</b>
PL 3138/2019	Denis Bezerra - PSB/CE	Inserir os §§ 8º e 9º no art. 6º da Lei nº 10.826, de 22 de dezembro de 2003, dispondo sobre o recolhimento e custódia de armas de fogo em poder agentes e autoridades a que se referem os incisos I, II, III, IV, V, VI, VII, VIII, IX, X e XI, que forem indiciados em inquéritos policiais por motivo de violência doméstica contra a mulher, e dá outras providências.	Câmara dos Deputados	Aguardando Designação de Relator na Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania (CCJC)	Constituição e Justiça e de Cidadania ( CCJC ) (Instalação da Comissão) O Relator, Dep. Murilo Galdino, não integrava a Comissão na data da instalação (deixou de ser membro em 04/02/2024) <b>06/03/2024</b>

PL 3290/2019	Pedro Augusto Bezerra - PTB/CE	Altera a Lei nº 11.340, de 7 de agosto de 2006, para determinar a reserva de unidades habitacionais, em programas públicos ou subsidiados com recursos públicos, para atendimento de mulheres em situação de violência doméstica e familiar que possuam medidas protetivas de urgência, conforme os termos fixados pela Lei.	Câmara dos Deputados	Apensado ao PL 4390/2012	Mesa Diretora ( MESA ) Apense-se a este(a) o(a) PL-4520/2023. <b>21/09/2023</b>
PL 3418/2019	Heitor Freire - PSL/CE	Altera as disposições da Lei nº 11.340, de 07 agosto de 2006, para possibilitar a decretação da prisão preventiva em casos de reincidência.	Câmara dos Deputados	Apensado ao PL 10019/2018	Defesa dos Direitos da Mulher (CMULHER) Recebimento pela CMULHER, apensado ao PL-10019/2018. <b>09/09/2019</b>
PL 3441/2019	Aline Gurgel - PRB/AP	Altera a lei nº 9.455/97 (Define os crimes de tortura) para tipificar a violência psicológica contra a mulher no rol dos crimes de tortura.	Câmara dos Deputados	Apensado ao PL 6622/2013	Mesa Diretora (MESA) Apense-se a este(a) o(a) PL-4358/2019. <b>26/08/2019</b>
PL 3475/2019	Rodrigo Pacheco - DEM/MG	Altera a Lei nº 11.340, de 7 de agosto de 2006 (Lei Maria da Penha), para incluir no rol de medidas protetivas à mulher em situação de violência doméstica e familiar, quando se tratar de servidora pública, a remoção e o afastamento remunerado para tratamento psicossocial ou de saúde.	Senado Federal	Aguardando Designação de Relator na Comissão de Defesa dos Direitos da Mulher (CMULHER)	Mesa Diretora ( MESA ) Apense-se a este(a) o(a) PL-1860/2024. Inteiro teor Apensação da proposição PL-1860/2024 à proposição PL-3475/2019. <b>21/05/2024</b>
PL 501/2019	Leandre - PV/PR	<b>NOVA EMENTA:</b> Dispõe sobre a elaboração e a implementação de plano de metas para o enfrentamento integrado da violência doméstica e familiar contra a mulher, da Rede Estadual de Enfrentamento da Violência contra a Mulher e da Rede de Atendimento à Mulher em Situação de Violência; e altera a Lei nº 13.675, de 11 de junho de 2018	Câmara dos Deputados	Aguardando Apreciação pelo Senado Federal	Mesa Diretora ( MESA ) Apresentação da MSC n. 344/2024 (Mensagem de Restituição de Autógrafos), pelo Poder Executivo, que "Nos termos do art. 66 da Constituição, comunica a sanção do projeto de lei que "Dispõe sobre a elaboração e a implementação de plano de metas para o enfrentamento integrado da violência doméstica e familiar contra a mulher, da Rede Estadual de Enfrentamento da Violência contra a Mulher e da Rede de Atendimento à Mulher em Situação de Violência; e altera a Lei nº 13.675, de 11 de junho de 2018, para determinar que o Sistema Nacional de Informações de Segurança Pública, Prisionais, de Rastreabilidade de Armas e Munições, de Material Genético, de Digitais e de Drogas (Sinesp) armazene dados e informações para auxiliar nas políticas relacionadas com o enfrentamento da violência
PL 3579/2019	Gil Cutrim - PDT/MA	Acrescenta inciso ao art. 8º da Lei nº 11.340, de 7 de agosto de 2006 (Lei Maria da Penha), para incluir ação preventiva em condomínios residenciais.	Câmara dos Deputados	Apensado ao PL 3179/2019	Constituição e Justiça e de Cidadania ( CCJC ) Recebimento pela CCJC, apensado ao PL-3179/2019 <b>31/05/2023</b>
PL 3634/2019	Cássio Andrade - PSB/PA	Altera o Código Penal Militar para dispor sobre a perda de patente ou exclusão de militar autor de violência doméstica.	Câmara dos Deputados	Aguardando Deliberação do Recurso na Mesa Diretora da Câmara dos Deputados (MESA)	Mesa Diretora ( MESA ) Encerramento automático do Prazo de Recurso 03/02/2023 12:31:00. Foi apresentado um recurso. <b>03/02/2023</b>
PL 3938/2019	Emanuel Pinheiro Neto - PTB/MT	Altera os arts. 129 e 147, do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 - Código Penal.	Câmara dos Deputados	Apensado ao PL 7056/2014	CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE CIDADANIA (CCJC) Recebimento pela CCJC, apensado ao PL-7056/2014. <b>10/11/2021</b>
PL 4067/2019	Rosângela Gomes - PRB/RJ	Dispõe sobre o atendimento à mulher portadora de deficiência auditiva vítima de violência doméstica e familiar.	Câmara dos Deputados	Apensado ao PL 2759/2019	Administração e Serviço Público ( CASP ) Designado Relator, Dep. Prof. Reginaldo Veras (PV-DF), para o PL 5995/2019 (Nº Anterior: PLS 155/2017), ao qual esta proposição está apensada. <b>08/05/2024</b>
PL 4258/2019	Luiz Lima - PSL/RJ	Acrescenta dispositivo à Lei nº 11.340, de 7 de agosto de 2006, para dispor sobre o direito da mulher com deficiência auditiva que sofre violência doméstica ser atendida por interprete de LIBRAS (Língua Brasileira de Sinais).	Câmara dos Deputados	Apensado ao PL 4067/2019	Administração e Serviço Público ( CASP ) Designado Relator, Dep. Prof. Reginaldo Veras (PV-DF), para o PL 5995/2019 (Nº Anterior: PLS 155/2017), ao qual esta proposição está apensada. <b>08/05/2024</b>
PL 4264/2019	David Soares - DEM/SP	Acrescenta dispositivo à Lei nº 11.340, de 7 de agosto de 2006, a fim de dispor sobre o acesso prioritário para as mulheres em situação de violência doméstica e familiar nas ações integradas de orientação, recolocação e qualificação profissional implementadas pela União, Distrito Federal, Estados e Municípios.	Câmara dos Deputados	Apensado ao PL 10018/2018	Defesa dos Direitos da Mulher ( CMULHER ) Designada Relatora, Dep. Rogéria Santos (REPUBLIC-BA), para o PL 10018/2018, ao qual esta proposição está apensada. <b>06/05/2024</b>
PL 4311/2019	Rosana Valle - PSB/SP	Altera a Lei nº 11.340, de 7 de agosto de 2006 - Lei Maria da Penha.	Câmara dos Deputados	Aguardando Designação de Relator na Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania (CCJC)	COORDENAÇÃO DE COMISSÕES PERMANENTES (CCP) Encaminhada à publicação. Parecer da Comissão de Defesa dos Direitos da Mulher Publicado em avulso e no DCD de 06/05/2021, Letra A. <b>05/08/2021</b>

PL 4329/2019	Flávia Arruda - PL/DF	Altera a Lei 10.826/2003, para determinar o recolhimento de arma de fogo dos agentes públicos, como também o cidadão detentor de posse ou porte de arma em casos de prática de violência doméstica e familiar contra a mulher.	Câmara dos Deputados	Apensado ao PL 3138/2019	CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE CIDADANIA (CCJC) Recebimento pela CCJC, apensado ao PL-3138/2019. <b>15/09/2021</b>
PL 4358/2019	Gutemberg Reis - MDB/RJ	Altera o art. 1º da Lei nº 9.455, de 7 de abril de 1997 (Lei de Tortura), a fim de ampliar as hipóteses de incidência do crime de tortura.	Câmara dos Deputados	Apensado ao PL 3441/2019	COORDENAÇÃO DE COMISSÕES PERMANENTES (CCP) Encaminhada à publicação. Publicação Inicial em avulso e no DCD de 29/08/19 PÁG 85. <b>28/08/2019</b>
PL 4374/2019	Wilson Santiago - PTB/PB	Acrescenta o § 5º no art. 22 da Lei nº 11.340, de 7 de agosto de 2006, para determinar a apreensão da posse e suspensão do porte de armas, no caso de violência doméstica e familiar contra a mulher, seguida de lesão corporal ou grave ameaça.	Câmara dos Deputados	Apensado ao PL 4160/2019	CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE CIDADANIA (CCJC) Recebimento pela CCJC, apensado ao PL-4160/2019. <b>15/09/2021</b>
PL 4531/2019	Célio Studart - PV/CE	Cria o selo "Mulheres Acolhidas" como forma de certificação oficial às pessoas jurídicas que contratarem mulheres vítimas de violência doméstica ou em situação de vulnerabilidade social.	Câmara dos Deputados	Apensado ao PL 3414/2019	Defesa dos Direitos da Mulher ( CMULHER ) Designada Relatora, Dep. Rogéria Santos (REPUBLIC-BA), para o PL 10018/2018, ao qual esta proposição está apensada. <b>06/05/2024</b>
PL 4560/2019	Paula Belmonte - CIDADANIA/DF	Dispõe sobre a aplicação de multa administrativa ao agressor das vítimas de violência doméstica e familiar.	Câmara dos Deputados	Apensado ao PL 3938/2019	Mesa Diretora ( MESA ) Apense-se a este(a) o(a) PL-571/2024. <b>12/03/2024</b>
PL 4567/2019	Marreca Filho - PATRIOTA/MA	Acrescenta dispositivo à Lei nº 11.340/2006 - Lei Maria da Penha, para permitir que mulheres brasileiras, vítimas de violência doméstica no exterior, possam optar por seu domicílio original para os processos regidos por esta lei, e nele permanecer até a definição judicial.	Câmara dos Deputados	Apensado ao PL 1982/2019	Constituição e Justiça e de Cidadania ( CCJC ) Recebimento pela CCJC, apensado ao PL-1982/2019 <b>15/04/2024</b>
PL 5408/2019	Julio Cesar Ribeiro - REPUBLIC/DF	Altera o artigo 45 da Lei nº 10.741, de 1º de outubro de 2003, para dispor sobre a aplicação das medidas protetivas de urgência elencadas na Lei 11.340 de 7 de agosto de 2006 (Lei Maria da Penha) à pessoa idosa.	Câmara dos Deputados	Apensado ao PL 10843/2018	Constituição e Justiça e de Cidadania ( CCJC ) Designado Relator, Dep. Zé Haroldo Cathedral (PSD-RR), para o PL 4253/2019, ao qual esta proposição está apensada. <b>23/04/2024</b>
PL 5872/2019	David Soares - DEM/SP	"Altera o", para estabelecer a obrigatoriedade de notificação prévia e pessoal da ofendida acerca dos atos processuais relativos ao agressor, notadamente aqueles relativos à saída da prisão, ao cumprimento ou à extinção da pena ou à concessão de qualquer benefício ou progressão de regime de cumprimento da pena privativa de liberdade, nos casos de prática de violência doméstica e familiar contra a mulher."	Câmara dos Deputados	Aguardando Apreciação pelo Senado Federal	Mesa Diretora (MESA) Apresentação do Autógrafo n. 1 MESA, pela CÂMARA DOS DEPUTADOS. Remessa ao Senado Federal por meio do Of. nº 164/2021/PS-GSE. <b>18/10/2021</b>
PL 6115/2019	Capitão Alberto Neto - REPUBLIC/AM	Altera a Lei nº 11.340, de 7 de agosto de 2006, para promover a capacitação profissional de mulheres em situação de violência doméstica e familiar.	Câmara dos Deputados	Apensado ao PL 10018/2018	Defesa dos Direitos da Mulher ( CMULHER ) Designada Relatora, Dep. Rogéria Santos (REPUBLIC-BA), para o PL 10018/2018, ao qual esta proposição está apensada. <b>06/05/2024</b>

PL 6363/2019	Patricia Ferraz - PL/AP	Dispõe sobre a criação de centros de atendimento integral e multidisciplinar para homens que praticam violência doméstica e familiar, aditando o inciso V, do art. 35 da Lei Federal n.º 11.340/2006.	Câmara dos Deputados	Aguardando Designação de Relator na Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania (CCJC)	CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE CIDADANIA (CCJC) Recebimento pela CCJC. 13/07/2021
PL 6437/2019	Francisco Jr. - PSD/GO	Altera o art. 23 da Lei nº 11.340, de 07 de agosto de 2006 e o art. 22 da Lei nº 8.742, de 07 de dezembro de 1993, para conceder o auxílio-vulnerabilidade para mulheres vítimas de violência familiar e doméstica, quando verificar a situação de dependência econômica da vítima em relação ao agressor afastado do lar.	Câmara dos Deputados	Aguardando Parecer do Relator na Comissão de Defesa dos Direitos da Mulher (CMULHER)	Defesa dos Direitos da Mulher ( CMULHER ) Devolvida pela Relatora sem Manifestação. 26/03/2024
PL 124/2020	Fausto Pinato - PP/SP	Altera a Lei nº 11.340, de 7 de agosto de 2006, para assegurar gratuidade às vítimas de violência doméstica e aos seus dependentes, todos comprovadamente carentes, no sistema de transporte público coletivo rodoviário interestadual.	Câmara dos Deputados	Pronta para Pauta na Comissão de Defesa dos Direitos da Mulher (CMULHER)	Viação e Transportes ( CVT ) Devolvido ao Relator, Dep. Juninho do Pneu (UNIÃO-RJ), para reexame de parecer. 12/06/2024
PL 505/2020	Bosco Costa - PL/SE	Dispõe sobre o conceito de violência doméstica e familiar contra a mulher, bem como estende a proteção contra perseguição obsessiva, alterando o art. 5º da Lei nº 11.340, de 7 de agosto de 2006.	Câmara dos Deputados	Apensado ao PL 7163/2014	Mesa Diretora ( MESA ) Apense-se a este(a) o(a) PL-589/2024. 12/03/2024
PL 519/2020	Carlos Sampaio - PSDB/SP	Altera a Lei n.º 11.340, de 7 de agosto de 2006 - Lei Maria da Penha, para considerar em flagrante impróprio todo agressor que tenha sido filmado ou fotografado ao cometer crime de violência doméstica e familiar contra a mulher, de forma a tornar cabível sua prisão em flagrante delito, nas circunstâncias que estabelece.	Câmara dos Deputados	Aguardando Parecer do Relator na Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania (CCJC)	Constituição e Justiça e de Cidadania ( CCJC ) Encerrado o prazo de 5 sessões para apresentação de emendas ao projeto (de 03/04/2023 a 19/04/2023). Não foram apresentadas emendas. 19/04/2023
PL 6622/2013	Carlos Sampaio - PSDB/SP	Altera o Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 (Código Penal) para tipificar o crime de feminicídio; modifica o § 11 do art. 129 do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 (Código Penal) para aumentar a pena da lesão corporal decorrente de violência doméstica, se o crime constituir violência de gênero contra as mulheres e acrescenta o art. 132-A ao Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 (Código Penal), para tipificar a violência psicológica contra a mulher; e altera o inciso I do art. 1º da Lei nº 8.072, de 25 de julho de 1990 (Lei de Crimes Hediondos) para incluir o feminicídio entre os crimes considerados hediondos.	Câmara dos Deputados	Aguardando Parecer do Relator na Comissão de Defesa dos Direitos da Mulher (CMULHER)	Mesa Diretora ( MESA ) Apense-se a este(a) o(a) PL-837/2024. 22/03/2024
PL 620/2020	Emanuel Pinheiro Neto - PTB/MT	Acrescenta dispositivos a Lei nº 11.340, de 7 de agosto de 2006 (Lei Maria da Penha), para dispor sobre a efetividade da pena e a suspensão qualificada do processo, objetivando a reparação do dano em favor da vítima e a reinserção social do agressor aos crimes praticados em situação de violência doméstica e familiar contra a mulher, cuja a pena mínima for igual ou inferior a um ano.	Câmara dos Deputados	Aguardando Designação de Relator na Comissão de Defesa dos Direitos da Mulher (CMULHER)	Constituição e Justiça e de Cidadania ( CCJC ) (Instalação da Comissão) A Relatora, Dep. Rosângela Moro, não integrava a Comissão na data da instalação (deixou de ser membro em 04/02/2024) 06/03/2024
PL 641/2020	Professora Dorinha Seabra Rezende - DEM/TO Dulce Miranda - MDB/TO Angela Amin - PP/SC Professora Rosa Neide - PT/MT e outros	Implementa medidas de combate à violência doméstica e familiar.	Câmara dos Deputados	Apensado ao PL 5114/2013	Mesa Diretora ( MESA ) Apense-se a este(a) o(a) PL-1749/2024. Inteiro teor Apensação da proposição PL-1749/2024 à proposição PL-641/2020. 21/05/2024

PL 1319/2020	Delegado Antônio Furtado - PSL/RJ	<b>Aumenta as penas aplicáveis aos crimes de violência doméstica e familiar contra a mulher, no caso de incidência da Lei nº 11.340, de 7 de agosto de 2006. a pena Mínima e Máxima será o dobro do originalmente previsto, enquanto durar o período de Estado de Calamidade decretado em razão do Coronavírus (COVID19).</b>	Câmara dos Deputados	Aguardando Despacho de Arquivamento na MESA	Defesa dos Direitos da Mulher ( CMULHER ) Devolução à CCP, em virtude da aprovação do Req. nº 1.905/2023. <b>25/10/2023</b>
PL 1444/2020	Alice Portugal - PCdoB/BA	<b>Estabelece medidas emergenciais de proteção à mulher vítima de violência doméstica durante a emergência de saúde pública decorrente da pandemia do coronavírus.</b>	Câmara dos Deputados	Aguardando Apreciação pelo Senado Federal	Mesa Diretora (MESA) Despacho exarado no Requerimento n. 1.692/2020, conforme o seguinte teor: "Dou por prejudicado o Requerimento n. 1.692/2020, nos termos do art. 164, I, do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, tendo em vista que o Projeto de Lei n. 1.444/2020 já foi apreciado pelo Plenário da Câmara dos Deputados. Publique-se." <b>22/12/2020</b>
PL 2248/2020	Alexandre Frota - PSDB/SP	<b>Altera o artigo 23, da Lei 11.340 de 7 de agosto de 2006, lei Maria da Penha, para maior proteção de mulher vítima de violência doméstica.</b>	Câmara dos Deputados	Devolvida ao Autor	COORDENAÇÃO DE COMISSÕES PERMANENTES (CCP) Encaminhada à publicação. Publicação Inicial no DCD de 10/07/21 PAG 65. <b>09/07/2021</b>
PL 2434/2020	Talíria Petrone - PSOL/RJ Benedita da Silva - PT/RJ	<b>Estabelece suspensão temporária de posse, porte e registro de armas de fogo à denunciados, inquiridos e réus em processo de violência doméstica, a fim de reduzir os impactos da quarentena provocada pela pandemia provocada pelo novo coronavírus -COVID-19 durante o estado de emergência de saúde internacional na vida das mulheres</b>	Câmara dos Deputados	Aguardando Designação de Relator na Comissão de Defesa dos Direitos da Mulher (CMULHER)	Defesa dos Direitos da Mulher ( CMULHER ) Devolução à CCP, em virtude da aprovação do Req. nº 1.905/23. <b>25/10/2023</b>
PL 2560/2020	Paula Belmonte - CIDADANIA/DF, Dra. Soraya Manato - PSL/ES, Talíria Petrone - PSOL/RJ, Patricia Ferraz - PODE/AP e outros	<b>Altera a redação do inciso II, do artigo 12-C da Lei 11.340, de 7 de agosto de 2006 (Lei Maria da Penha), para autorizar a concessão de medida protetiva de urgência, de ofício, pelo Delegado.</b>	Câmara dos Deputados	Pronta para Pauta na Comissão de Defesa dos Direitos da Mulher (CMULHER)	Segurança Pública e Combate ao Crime Organizado ( CSPCCO ) Encerrado o prazo de 5 sessões para apresentação de emendas ao projeto (de 06/06/2024 a 25/06/2024). Foi apresentada uma emenda. <b>25/06/2024</b>
PL 2582/2020	Amaro Neto - REPUBLIC/ES	<b>Altera a Lei nº 11.340, de 7 de agosto de 2006 (Lei Maria da Penha), para dispor sobre o uso de dispositivo móvel de segurança para assegurar efetividade às medidas protetivas de urgência.</b>	Câmara dos Deputados	Apensado ao PL 4827/2019	CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE CIDADANIA (CCJC) Recebimento pela CCJC, apensado ao PL-4827/2019. <b>09/09/2021</b>
PL 2690/2020	Erika Kokay - PT/DF, Professora Rosa Neide - PT/MT, Patrus Ananias - PT/MG, Assis Carvalho - PT/PI e outros	<b>Dispõe sobre condições mínimas para a oferta e manutenção de serviço de acolhimento de mulheres e seus dependentes em situação de violência doméstica e familiar em casas-abrigos, de que trata o inciso II do art. 35 da Lei nº 11.340, de 7 de agosto de 2006 - Lei Maria da Penha.</b>	Câmara dos Deputados	Aguardando Designação de Relator na Comissão de Saúde (CSAUDE)	Constituição e Justiça e de Cidadania ( CCJC ) Recebimento pela CCJC, com a proposição PL-2900/2020 apensada. <b>11/06/2024</b>
PL 2900/2020	Alexandre Frota - PSDB/SP	<b>Dispõe sobre a criação de casas de abrigo para o atendimento de mulheres em situação de violência doméstica, seus dependentes e da outras providências.</b>	Câmara dos Deputados	Apensado ao PL 2690/2020	Constituição e Justiça e de Cidadania ( CCJC ) Recebimento pela CCJC, apensado ao PL-2690/2020 <b>11/06/2024</b>

PL 3094/2023	Rogéria Santos - REPUBLIC/BA	Determina o estabelecimento de convênios entre Estados e Municípios com a União para a criação de Postos Humanizados de atenção à Mulher.	Câmara dos Deputados	Apensado ao PL 285/2022	COORDENAÇÃO DE COMISSÕES PERMANENTES ( CCP ) Encaminhada à publicação. Publicação Inicial em avulso e no DCD de 03/08/2023. <b>02/08/2023</b>
PL 3097/2023	Capitão Alberto Neto - PL/AM	Altera a Lei nº 11.340, de 7 de agosto de 2006 – Lei Maria da Penha, para dispor sobre o uso obrigatório de tornozeleira eletrônica como meio de fiscalizar o cumprimento das medidas protetivas de urgência.	Câmara dos Deputados	Apensado ao PL 1781/2022	Mesa Diretora ( MESA ) Arquivado nos termos do art. 163, combinado com o §4º do art. 164 do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, em razão da aprovação do PL 1.781/2022. <b>26/04/2024</b>
PL 3182/2023	Dra. Alessandra Haber - MDB/PA	Altera a Lei nº 11.340, de 7 de agosto de 2006 (Lei Maria da Penha), a fim de possibilitar a aplicação de medida protetiva de urgência pela autoridade policial à mulher em situação de violência doméstica e familiar em qualquer Município, ainda que seja sede de comarca.	Câmara dos Deputados	Apensado ao PL 2560/2020	Segurança Pública e Combate ao Crime Organizado ( CSPCCO ) Designado Relator, Dep. Delegado Fabio Costa (PP-AL), para o PL 2560/2020, ao qual esta proposição está apensada. <b>05/06/2024</b>
PL 3333/2020	Ricardo Barros - PP/PR	Acrescenta parágrafo 9º ao Artigo 9º da Lei 11.340 de 7 de agosto de 2006, Lei Maria da Penha.	Câmara dos Deputados	Pronta para Pauta na Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania (CCJC)	Constituição e Justiça e de Cidadania ( CCJC ) Apresentação do PRL n. 2 CCJC (Parecer do Relator), pela Deputada Laura Carneiro (PSD/RJ). Inteiro teor Parecer da Relatora, Dep. Laura Carneiro (PSD-RJ), pela constitucionalidade, juridicidade, técnica legislativa e, no mérito, pela aprovação, na forma do Substitutivo da Comissão de Defesa dos Direitos da Mulher, com subemenda substitutiva. <b>26/09/2023</b>
PL 3456/2020	Rubens Otoni - PT/GO	Acrescenta dispositivos na Lei nº 11.340 de 07 e agosto de 2006 para instituir assistência financeira a mulher em situação de violência doméstica e familiar.	Câmara dos Deputados	Apensado ao PL 6437/2019	Mesa Diretora (MESA) Apense-se a este(a) o(a) PL-2358/2021 <b>06/07/2021</b>
PL 3542/2020	Paulo Ramos - PDT/RJ	Altera a Lei n.º 11.340, de 7 de agosto de 2006, para determinar a isenção de custas processuais para solicitação, revisão e adoção de medidas protetivas às mulheres em situação de violência doméstica, independentemente de comprovação de hipossuficiência financeira.	Câmara dos Deputados	Pronta para Pauta na Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania (CCJC)	Mesa Diretora ( MESA ) Apresentação do autógrafa. Inteiro teor Remessa ao Senado Federal por meio do Of. nº 739/2023/PS-GSE. Inteiro teor <b>21/12/2023</b>
PL 3955/2020	Geninho Zuliani - DEM/SP	Altera a Lei nº 11.340, de 7 de agosto de 2006, a fim de aprimorar os procedimentos relativos às causas cíveis e criminais que versam sobre violência doméstica e familiar contra a mulher e dá outras providências.	Câmara dos Deputados	Apensado ao PL 5114/2013	CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE CIDADANIA (CCJC) Recebimento pela CCJC, apensado ao PL-5114/2013. <b>10/11/2021</b>
PL 4133/2020	Kim Kataguirí - DEM/SP	Altera a Lei Maria da Penha (Lei 11.340 de 2006) a fim de garantir mecanismos de proteção às mulheres vítimas de violência doméstica em contexto de pandemia	Câmara dos Deputados	Aguardando Designação de Relator na Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania (CCJC)	COORDENAÇÃO DE COMISSÕES PERMANENTES ( CCP ) Encaminhada à publicação. Parecer da Comissão de Finanças e Tributação Publicado em avulso e no DCD de 21/06/2022 PAG 845, Letra B. <b>20/06/2022</b>
PL 4286/2020	Margarete Coelho - PP/PI	Altera os artigos 5º e 6º da Lei 11.340, de 07 de agosto de 2006 (Lei Maria da Penha), a fim de aprimorar o conceito de violência doméstica e familiar contra a mulher.	Câmara dos Deputados	Apensado ao PL 6939/2017	Providência, Assis. Social, Infância, Adolescência e Família ( CPASF ) Designada Relatora, Dep. Laura Carneiro (PSD-RJ), para o PL 7163/2014, ao qual esta proposição está apensada. <b>22/12/2023</b>

PL 4336/2020	Cleber Verde - REPUBLIC/MA	Altera o inciso IV do § 2º do Art. 28-A do Decreto-Lei nº 3.689, de 3 de outubro de 1941, que dispõe sobre o Código de Processo Penal.	Câmara dos Deputados	Apensado ao PL 4524/2019	Comissão Especial - PL 8045/10 - CÓDIGO DE PROCESSO PENAL (PL804510) Recebimento pela PL804510. <b>08/03/2021</b>
PL 4875/2020	Marina Santos - SOLIDARI/PI, Rejane Dias - PT/PI, Bosco Saraiva - SOLIDARI/AM e outros	Acrescenta o parágrafo único ao inciso III do art., 23 da lei 11.340, de 7 de agosto de 2006, e dá outras providências.	Câmara dos Deputados	Aguardando apreciação pelo Senado Federal	Mesa Diretora ( MESA ) Recebido Ofício nº 864/2023-SF que comunica restituição de autógrafo do PL 4875/2020, sancionado. <b>19/09/2023</b>
PL 5192/2020	Elicione Barbalho - MDB/PA	Autoriza o atendimento da mulher vítima de violência a ser atendida diretamente pela defensoria pública ou pelo ministério público, nos municípios em que não houver Delegacia Especializada de Atendimento à Mulher ou Núcleo Investigativos de Femicídio ou equipe especializada para o atendimento e a investigação das violências graves contra a mulher.	Câmara dos Deputados	Aguardando Designação de Relator na Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania (CCJC)	Constituição e Justiça e de Cidadania ( CCJC ) O Relator, Dep. Yury do Paredão, deixou de ser membro da Comissão <b>03/07/2023</b>
PL 5203/2020	Denis Bezerra - PSB/CE	Altera a Lei nº 11.340, de 7 de agosto de 2006 - Lei Maria da Penha, para prever a atuação da equipe multidisciplinar no momento do atendimento à ocorrência.	Câmara dos Deputados	Aguardando Designação de Relator na Comissão de Segurança Pública e Combate ao Crime Organizado (CSPCCO)	Constituição e Justiça e de Cidadania ( CCJC ) Recebimento pela CCJC, com a proposição PL-1244/2023 apensada. <b>14/11/2023</b>
PL 5254/2020	Policial Katia Sastre - PL/SP	Altera a Lei nº 11.340, de 7 de agosto de 2006, lei Maria da Penha, que cria mecanismos para coibir a violência doméstica e familiar contra a mulher, para dispor sobre a obrigatoriedade da presença de matérias específicas de combate e prevenção da violência doméstica contra a mulher nos cursos de formação dos agentes de segurança pública.	Câmara dos Deputados	Apensado ao PL 5016/2020	Defesa dos Direitos da Mulher ( CMULHER ) Devolução à CCP, conforme solicitado. <b>04/07/2022</b>
PL 5264/2020	Denis Bezerra - PSB/CE	Acrescenta o § 9º ao art. 9º da Lei 11.340, de 7 de agosto de 2006, para garantir acesso gratuito à mulher em situação de violência doméstica e familiar e aos seus dependentes, financeiramente vulneráveis, no sistema de transporte público coletivo rodoviário interestadual.	Câmara dos Deputados	Apensado ao PL 124/2020	Viação e Transportes ( CVT ) Devolvido ao Relator, Dep. Juninho do Pneu (UNIÃO-RJ), para reexame de parecer., para o PL 124/2020, ao qual esta proposição está apensada. <b>12/06/2024</b>
PL 77/2021	Alexandre Frota – PSDB/SP	Altera a Lei nº 11.340, de 7 de agosto de 2006 – Lei Maria da Penha –, para garantir o direito à cirurgia plástica reparadora, no âmbito do Sistema Único de Saúde, à mulher vítima de violência doméstica da qual tenham resultado sequelas físicas.	Câmara dos Deputados	Aguardando Parecer do Relator na Comissão de Defesa dos Direitos da Mulher (CMULHER)	Defesa dos Direitos da Mulher ( CMULHER ) Designada Relatora, Dep. Ana Pimentel (PT-MG) <b>06/05/2024</b>
PL 85/2021	Alexandre Frota – PSDB/SP	Dispõe sobre comunicação aos órgãos de segurança sobre eventual ocorrência ou indicio de violência doméstica e familiar contra mulheres, crianças, adolescentes, idosos e pessoas com deficiência, em condomínios residenciais em todo território nacional.	Câmara dos Deputados	Apensado ao PL 1964/2020	Constituição e Justiça e de Cidadania ( CCJC ) Designado Relator, Dep. Ricardo Ayres (REPUBLIC-TO), para o PL 1964/2020, ao qual esta proposição está apensada. <b>21/05/2024</b>

PL 93/2021	Alexandre Frota – PSDB/SP	"A Câmara dos Deputados Federais estabelece a criação de órgão vinculado à Secretaria da Mulher com o intuito de receber denúncias, acolher e tomar providências cabíveis para qualquer cidadã vítima de violência doméstica."	Câmara dos Deputados	Devolvida ao Autor	Coordenação de Comissões Permanentes (CCP) Encaminhada à publicação. Publicação Inicial no DCD de 25/05/21 PAG 68 <b>24/05/2021</b>
PL 108/2021	Alexandre Frota - PSDB/SP	Institui o recebimento de comunicação de violência doméstica e familiar contra a mulher, por intermédio de atendentes em farmácias e outros estabelecimentos comerciais e prestadores de serviços em todo território nacional e dá outras providências.	Câmara dos Deputados	Devolvida ao Autor	Coordenação de Comissões Permanentes (CCP) Encaminhada à publicação. Publicação Inicial no DCD de 25/05/21 PAG 76 <b>24/05/2021</b>
PL 109/2021	Alexandre Frota - PSDB/SP	Determina a penhora, sequestro, arresto e a hipoteca legal de bens, salários e patrimônio pessoa que cometeu os crimes previstos na Lei 11.340 de 07 de agosto de 2006, Lei Maria da Penha, para garantia de ressarcimento de danos morais e materiais da vítima.	Câmara dos Deputados	Aguardando Designação de Relator na Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania (CCJC)	Constituição e Justiça e Cidadania (CCJC ) Recebimento pela CCJC. <b>26/05/2022</b>
PL 110/2021	Alexandre Frota - PSDB/SP	Altera a Lei nº 10.714, de 13 de agosto de 2003 - que autoriza o Poder Executivo a disponibilizar, em âmbito nacional, número telefônico destinando a atender denúncias de violência contra a mulher para tornar obrigatório placas com o número do disque denúncia nos locais que específica e dá outras providências.	Câmara dos Deputados	Aguardando Designação de Relator na Comissão de Defesa dos Direitos da Mulher (CMULHER)	Defesa dos Direitos da Mulher ( CMULHER ) Designada Relatora, Dep. Erika Kokay (PT-DF) <b>12/04/2024</b>
PL 218/2021	Marília Arraes - PT/PE	Altera o art. 147 do Decreto-Lei nº 2.848, de 07 de dezembro de 1940, Código Penal, para qualificar o crime de ameaça quando praticado em contexto de violência doméstica ou familiar contra a mulher.	Câmara dos Deputados	Apensado ao PL 5537/2019	CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE CIDADANIA (CCJC) Recebimento pela CCJC, apensado ao PL-5537/2019. <b>10/11/2021</b>
PL 301/2021	Celina Leão - PP/DF	Altera o Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 - Código Penal, o Decreto-Lei nº 3.689, de 3 de outubro de 1941 - Código de Processo Penal, e a Lei nº 11.340, de 7 de agosto de 2006. NOVA EMENTA: Altera o Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 (Código Penal), o Decreto-Lei nº 3.689, de 3 de outubro de 1941 (Código de Processo Penal), e a Lei nº 11.340, de 7 de agosto de 2006, para dispor sobre a proteção da mulher em situação de violência doméstica e familiar.	Câmara dos Deputados	Aguardando Apreciação pelo Senado Federal	Mesa Diretora (MESA) Apresentação do Autógrafo n. 1 MESA, pela CÂMARA DOS DEPUTADOS. Remessa ao Senado Federal por meio do Of. nº 1.481/2021/SGM-P. <b>24/11/2021</b>
PL 304/2021	Celina Leão - PP/DF	Estabelece regras para coibir a violência contra a mulher, dispondo sobre a obrigatoriedade de matérias específicas em cursos de formação dos agentes de segurança pública e dá outras providências.	Câmara dos Deputados	Apensado ao PL 5254/2020	COORDENAÇÃO DE COMISSÕES PERMANENTES (CCP) Encaminhada à publicação. Publicação Inicial em avulso e no DCD de 24/04/21 PAG 76. <b>23/04/2021</b>

PL 320/2021	Rosângela Gomes - REPUBLICAN/RJ	Dispõe sobre a proibição de exercício de cargo, emprego ou função pública de livre provimento por pessoa condenada por violência doméstica e familiar contra criança, adolescente, idoso e mulher.	Câmara dos Deputados	Apensado ao PL 2282/2019	Trabalho ( CTBAB ) Recebimento pela CTASP. <b>26/04/2021</b>
PL 322/2021	Rosângela Gomes - REPUBLICAN/RJ	Dispõe sobre a abertura de linha de crédito especial para compra de habitação em favor de mulheres chefe de família ou vítima de violência doméstica e dá outras providências, em momento de pandemia ou de crise financeira reconhecida pela sociedade brasileira.	Câmara dos Deputados	Apensado ao PL 2608/2011	Coordenação de Comissões Permanentes (CCP) Encaminhada à publicação. Publicação Inicial em avulso e no DCD de 24/04/21 PÁG 115 <b>23/04/2021</b>
PL 323/2021	Rosângela Gomes - REPUBLICAN/RJ	Dispõe sobre a prioridade de inclusão da mulher vítima de violência doméstica nos programas de geração de emprego e renda gerenciados e/ou financiados pelo Governo Federal e dá outras providências.	Câmara dos Deputados	Apensado ao PL 4264/2019	Defesa dos Direitos da Mulher ( CMULHER ) Designada Relatora, Dep. Rogéria Santos (REPUBLIC-BA), para o PL 10018/2018, ao qual esta proposição está apensada. <b>06/05/2024</b>
PL 324/2021	Rosângela Gomes - REPUBLIC/RJ	Autoriza o Poder executivo Federal a criar o Banco de Emprego para as mulheres vítimas de Violência Doméstica e familiar - BANVIDA e dá outras providências.	Câmara dos Deputados	Apensado ao PL 3414/2019	Defesa dos Direitos da Mulher ( CMULHER ) Designada Relatora, Dep. Rogéria Santos (REPUBLIC-BA), para o PL 10018/2018, ao qual esta proposição está apensada. <b>06/05/2024</b>
PL 561/2023	Delegada Adriana Accorsi - PT/GO	Obriga a instalação de "Salas Lilás" em todas as Delegacias Especializadas no Atendimento à Mulher e Núcleos Regionais de Polícia Técnico-Científica (PRPTC) dos Estados	Câmara dos Deputados	Aguardando Designação de Relator na Comissão de Finanças e Tributação (CFT)	Constituição e Justiça e de Cidadania ( CCJC ) Prazo para Emendas ao Projeto (5 sessões a partir de 21/06/2024) <b>20/06/2024</b>
PL 586/2021	Lauriete - PSC/ES	Altera a Lei n.º 11.340, de 7 de agosto de 2006, para incluir relações hierárquicas entre as hipóteses de aplicação da Lei Maria da Penha	Câmara dos Deputados	Apensado ao PL 7163/2014	Previdência, Assis. Social, Infância, Adolescência e Família ( CPASPF ) Designada Relatora, Dep. Laura Carneiro (PSD-RJ), para o PL 7163/2014, ao qual esta proposição está apensada. <b>20/04/2023</b>
PL 608/2021	Juninho do Pneu - DEM/RJ	Cria o Pacto Nacional de Enfrentamento da Violência contra a Mulher.	Câmara dos Deputados	Apensado ao PL 5036/2020	Mesa Diretora ( MESA ) Apense-se a este(a) o(a) PL-356/2024. <b>27/02/2024</b>
PL 633/2021	José Guimarães - PT/CE	Institui o Banco de Empregos para as Mulheres em Situação de Violência Doméstica e Familiar.	Câmara dos Deputados	Apensado ao PL 324/2021	Defesa dos Direitos da Mulher ( CMULHER ) Designada Relatora, Dep. Rogéria Santos (REPUBLIC-BA), para o PL 10018/2018, ao qual esta proposição está apensada. <b>06/05/2024</b>
PL 770/2021	Professora Rosa Neide - PT/MT	Inclui alínea ao art. 482 do Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943 (Consolidação das Leis do Trabalho) para estabelecer a demissão por justa causa em casos de prática de atos de violência contra a mulher.	Câmara dos Deputados	Aguardando Designação de Relator na Comissão de Trabalho (CTBAB)	Decisão da Presidência de 28/03/2023, conforme o seguinte teor: "Tendo em vista a edição da Resolução da Câmara dos Deputados n.º 1/2023 [...], criando a Comissão de Trabalho e a Comissão de Administração e Serviço Público, revejo o despacho de distribuição aposto..." "para o fim de determinar sua redistribuição à Comissão de Trabalho, em substituição à Comissão de Trabalho, de Administração e Serviço Público, extinta pela mesma Resolução." <b>28/03/2023</b>

PL 781/2021	Renata Abreu – PODE/SP	Altera o Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 - Código Penal, estabelecendo que não se considera em legítima defesa o ato praticado com a suposta finalidade de defesa da honra ou da imagem do autor do crime ou de terceiros, nos casos de violência doméstica e familiar contra a mulher.	Câmara dos Deputados	Aguardando Designação de Relator na Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania (CCJC)	COORDENAÇÃO DE COMISSÕES PERMANENTES ( CCP ) Encaminhada à publicação. Parecer da Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania Publicado em avulso e no DCD de 13/12/2023, Letra B. 12/12/2023
PL 782/2021	Lauriete - PSC/ES	Altera a Lei n.º 11.340, de 7 de agosto de 2006, para alterar a pena relativa ao descumprimento de medidas protetivas no âmbito da Lei Maria da Penha, bem como para disponibilizar à população a imagem dos infratores	Câmara dos Deputados	Apensado ao PL 2409/2019	Mesa Diretora ( MESA ) Apense-se a este(a) o(a) PL-1466/2023. 11/05/2023
PL 801/2021	Edna Henrique - PSDB/PB	Cria uma causa de aumento de pena para o crime de violência doméstica praticado na presença física ou virtual de descendente ou de ascendente da vítima.	Câmara dos Deputados	Apensado ao PL 9905/2018	Mesa Diretora ( MESA ) Desapensação deste do PL nº 9.905, de 2018, proposição principal, em face da aprovação da matéria, em Plenário, na forma do Substitutivo ao Projeto de Lei nº 9.905, de 2018, da Comissão de Previdência, Assistência Social, Infância, Adolescência e Família. 06/12/2023
PL 1025/2021	Carla Dickson - PROS/RN	Altera a Lei nº 11.340, de 7 de agosto de 2006 (Lei Maria da Penha), estabelecendo a oitiva prévia da ofendida como requisito necessário à revogação das medidas protetivas de urgência.	Câmara dos Deputados	Apensado ao PL 10019/2018	Mesa Diretora ( MESA ) Apense-se a este(a) o(a) PL-3111/2023. 01/08/2023
PL 1134/2021	Mara Rocha - PSDB/AC	Altera o Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 - Código Penal, para aumentar a pena do crime de feminicídio.	Câmara dos Deputados	Apensado ao PL 517/2019	Defesa dos Direitos da Mulher ( CMULHER ) Recebimento pela CMULHER. 04/05/2021
PL 1360/2021	Alê Silva - PSL/MG, Carla Zambeli - PSL/SP, Jaqueline Cassol - PP/RO	Cria mecanismos para coibir a violência doméstica e familiar contra crianças e adolescentes, nos termos do art. 227 da Constituição Federal de 1988. Altera o Código Penal para aumentar as penas do infanticídio, abandono de incapaz e maus tratos, imputar as mesmas penas a quem, sabendo do fato, se omite, e cria o crime de infanticídio fora do período puerperal. NOVA EMENTA: Cria mecanismos para a prevenção e o enfrentamento da violência doméstica e familiar contra a criança e o adolescente, nos termos do § 8º do art. 226 e do § 4º do art. 227 da Constituição Federal e das disposições específicas previstas em tratados, convenções ou acordos internacionais de que o Brasil seja parte; altera o Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 (Código Penal), e as Leis nºs 7.210, de 11 de julho de 1984 (Lei de Execução Penal), 8.069, de 13 de julho de 1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente), 8.072, de 25 de julho de 1990 (Lei de Crimes Hediondos), e 13.431, de 4 de abril de 2017, que estabelece o sistema de garantia de direitos da criança e do adolescente vítima ou testemunha de violência; e dá outras providências.	Câmara dos Deputados	Transformada na Lei Ordinária 14344/2022	Mesa Diretora ( MESA ) Remessa do Ofício nº 617/2022/PS-GSE ao Senado Federal, informando restituição de autógrafa sancionado. 09/11/2022
PL 1454/2021	Leonardo Gadelha - PSC/PB	Altera a Lei nº 14.133, de 2021 (Lei de Licitações e Contratos Administrativos), para reservar, pelo menos, 5% (cinco por cento) dos postos de trabalho nos contratos de serviços de execução por terceiros, para mulheres vítimas de violência doméstica, dependentes economicamente de seus cônjuges ou companheiros	Câmara dos Deputados	Apensado ao PL 9384/2017	Defesa dos Direitos da Mulher ( CMULHER ) Designada Relatora, Dep. Rogéria Santos (REPUBLIC-BA), para o PL 10018/2018, ao qual esta proposição está apensada. 06/05/2024

PL 1523/2021	Dagoberto Nogueira - PDT/MS	Altera a Lei n.º 11.340, de 7 de agosto de 2006 – Lei Maria da Penha e o Decreto-Lei n.º 2.848, de 7 de dezembro de 1940 – Código Penal, para vedar a nomeação, no âmbito da Administração Pública direta e indireta, para os cargos ou empregos públicos de qualquer natureza, de pessoas que tiverem sido condenadas, com trânsito em julgado, pelos crimes cometidos com violência doméstica e familiar contra a mulher.	Câmara dos Deputados	Apensado ao PL 3106/2019	Coordenação de Comissões Permanentes (CCP) Encaminhada à publicação. Publicação Inicial em avulso e no DCD de 25/05/21 PAG 395 <b>24/05/2021</b>
PL 1633/2021	Tia Eron - REPUBLIC/BA	Altera a Lei n.º 11.340, de 7 de agosto de 2006, que cria mecanismos para coibir a violência doméstica e familiar contra a mulher (Lei Maria da Penha), para dispor sobre o uso do "botão do pânico" como serviço de fiscalização das medidas protetivas de urgência.	Câmara dos Deputados	Retirado pelo Autor	Coordenação de Comissões Permanentes (CCP) Encaminhada à publicação. Publicação Inicial no DCD de 21/05/21 PAG 886 <b>20/05/2021</b>
PL 1705/2021	BENES LEOCÁDIO - REPUBLIC/RN	Dispõe sobre a prioridade de oferta de vagas para filhos ou dependentes de mulheres vítimas de violência doméstica.	Câmara dos Deputados	Aguardando Designação de Relator na Comissão de Saúde (CSAUDE)	Previdência, Assis. Social, Infância, Adolescência e Família ( CPASF ) - 14:00 Reunião Deliberativa Extraordinária (semipresencial) Lido o Parecer pela Relatora Discutiram a Matéria: Dep. Laura Carneiro (PSD-RJ) e Dep. Pastor Sargento Isidório (AVANTE-BA). Aprovado o Parecer. <b>19/06/2024</b>
PL 1714/2021	Bozzella - PSL/SP	Dispõe sobre o direito real de habitação da mulher vítima de violência doméstica judicialmente reconhecida.	Câmara dos Deputados	Pronta para Pauta na Comissão de Defesa dos Direitos da Mulher (CMULHER)	Constituição e Justiça e de Cidadania ( CCJC ) (Instalação da Comissão) A Relatora, Dep. Rosângela Moro, não integrava a Comissão na data da instalação (deixou de ser membro em 04/02/2024) <b>06/03/2024</b>
PL 1715/2021	Túlio Gadêlha - PDT/PE	Altera artigos do Decreto-Lei n.º 3.689, de 3 de outubro de 1941, Código de Processo Penal, para incluir disposições quanto à paridade de gênero no alistamento e na formação do Tribunal do Júri em casos de crime contra a vida, em geral, e especificamente na formação do Conselho de Sentença em casos de crime de feminicídio.	Câmara dos Deputados	Apensado ao PL 348/2015	Comissão Especial - PL 8045/10 - CÓDIGO DE PROCESSO PENAL (PL804510) Recebimento pela PL804510. <b>02/06/2021</b>
PL 1740/2021	Lídice de Mata - PSB/BA, Alice Portugal - PCdoB/BA, Tereza Nelma - PSDB/AL, Erika Kokay - PT/DF e outros	Institui o Programa de Contratação de Mulheres Vítimas de Violência Doméstica e Financeiramente Dependentes (PCMVF) que estabelece a concessão de incentivo fiscal no âmbito do Imposto sobre a Renda das Pessoas Jurídicas às empresas tributadas com base no lucro real que contratarem mulheres nessas condições.	Câmara dos Deputados	Apensado ao PL 3414/2019	Defesa dos Direitos da Mulher ( CMULHER ) Designada Relatora, Dep. Rogéria Santos (REPUBLIC-BA), para o PL 10018/2018, ao qual esta proposição está apensada. <b>06/05/2024</b>
PL 1787/2021	Bosco Costa - PL/SE	Amplia o alcance de proteção da Lei n.º 11.340, de 7 de agosto de 2006, a fim de aplicar as medidas protetivas de urgência contra o autor do crime de perseguição	Câmara dos Deputados	Apensado ao PL 505/2020	Previdência, Assis. Social, Infância, Adolescência e Família ( CPASF ) Designada Relatora, Dep. Laura Carneiro (PSD-RJ), para o PL 7163/2014, ao qual esta proposição está apensada. <b>22/12/2023</b>
PL 1796/2021	Osires Damasso - PSC/TO	Aumenta as penas previstas para o crime de homicídio qualificado, previsto §2º do art. 121 do Decreto-Lei n.º 2.848, de 7 de dezembro de 1940 (Código Penal).	Câmara dos Deputados	Apensado ao PL 2276/2015	Plenário ( PLEN ) Apresentação do Requerimento n. 450/2022, pelo Deputado Roberto Alves (REPUBLIC/SP), que "Requer a inclusão na Ordem do Dia do Projeto de Lei 4893 de 2015. E seus apensados, que altera os artigos. 121, 122, 129 e 136 e revoga o § 1º do art. 121 e os arts. 123 e 134 do Decreto-Lei n.º 2.848, de 7 de dezembro de 1940 - Código Penal". <b>20/03/2022</b>
PL 1824/2021	Tia Eron - REPUBLIC/BA, Greycy Elias - AVANTE/MG	Institui o Programa de Proteção às Crianças e Adolescentes Órfãos de Vítimas da Covid-19 e da Violência Doméstica e Familiar (PPCOV).	Câmara dos Deputados	Apensado ao PL 1437/2021	Previdência, Assis. Social, Infância, Adolescência e Família ( CPASF ) Designada Relatora, Dep. Flávia Moraes (PDT-GO), para o PL 1437/2021, ao qual esta proposição está apensada. <b>19/03/2024</b>
PL 1876/2021	Wilson Santiago - PTB/PB	Acrescenta inciso VIII no artigo 22 da Lei n.º 11.340, de 7 de agosto de 2006, para dispor sobre o uso de equipamento de monitoramento eletrônico pelo agressor, como medida protetiva de urgência, para garantir a incolumidade da vítima de violência doméstica e familiar.	Câmara dos Deputados	Apensado ao PL 5254/2019	Constituição e Justiça e de Cidadania ( CCJC ) Recebimento pela CCJC, apensado ao PL-5254/2019 <b>09/09/2021</b>

PL 1899/2021	Nicoletti - PSL/RR	Dispõe sobre o Cadastro Nacional de Investigações Policiais e da Perseguição Penal, altera a Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002 (Código Civil) para registrar o histórico de infratores de crimes contra as mulheres, e dá outras providências.	Câmara dos Deputados	Pronta para Pauta na Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania (CCJC)	Constituição e Justiça e de Cidadania ( CCJC ) Apresentação do RPD n. 29 CCJC (Requerimento de Retirada de Pauta), pelo Deputado Patrus Ananias (PT/MG -Fdr PT-PCdoB-PV). 22/08/2023
PL 1926/2021	Enrico Misasi - PV/SP, Margarete Coelho - PP/PI, Soraya Santos - PL/RJ, Paula Belmonte - CIDADANIA/DF, Celina Leão - PP/DF, Francisco Jr. - PSD/GO, Leandre - PV/PR e outros	Dispõe sobre políticas públicas para fortalecimento de vínculos familiares e garantia de convivência familiar e comunitária.	Câmara dos Deputados	Apensado ao PL 18/2020	Constituição e Justiça e de Cidadania ( CCJC ) Devolvida à Relatora, Dep. Julia Zanatta (PL-SC)., para o PL 18/2020, ao qual esta proposição está apensada. 08/04/2024
PL 2003/2021	José Guimarães - PT/CE	Dispõe sobre os efeitos da condenação e a restrição para obtenção do direito de dirigir nos crimes praticados com violência ou grave ameaça contra mulher.	Câmara dos Deputados	Aguardando Designação de Relator na Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania (CCJC)	Constituição e Justiça e Cidadania (CCJC ) Recebimento pela CCJC. 08/07/2022
PL 2019/2021	LUIZ LIMA - PSL/RJ	Cria a forma qualificada do crime de ameaça, previsto no art. 147 do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 (Código Penal), consistente na sua prática no contexto de violência doméstica e familiar contra a mulher.	Câmara dos Deputados	Apensado ao PL 5537/2019	Constituição e Justiça e de Cidadania (CCJC) Recebimento pela CCJC 10/11/2021
PL 2062/2021	Carlos Henrique Gaguim - DEM/TO	Cria o selo de responsabilidade social "Pró-Mulher", para concessão às empresas, às entidades governamentais e às entidades sociais que atuem no desenvolvimento de ações que envolvam a formação, a qualificação, a preparação e a inserção de mulheres vítimas de violência doméstica no mercado de trabalho.	Câmara dos Deputados	Aguardando Designação de Relator na Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania (CCJC)	COORDENAÇÃO DE COMISSÕES PERMANENTES ( CCP ) Encaminhada à publicação. Parecer da Comissão de Defesa dos Direitos da Mulher Publicado em avulso e no DCD de 15/08/2023, Letra B. 14/08/2023
PL 2117/2021	Policial Katia Sastre - PL/SP	Altera o Decreto-Lei nº 1.001, de 21 de outubro de 1969 (Código Penal Militar), a fim de atribuir à justiça comum a competência para o julgamento de crimes que envolvam violência doméstica e familiar contra a mulher, quando praticados por militar da ativa contra militar na mesma situação.	Câmara dos Deputados	Aguardando Envio ao Senado Federal	Mesa Diretora ( MESA ) Apresentação do autógrafa. Inteiro teor Remessa ao Senado Federal por meio do Of. nº 293/2023/SGM-P. 12/12/2023
PL 2166/2023	Capitão Augusto - PL/SP	Altera o Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 - Código Penal Brasileiro, para aumentar as penas previstas para o crime de lesão corporal.	Câmara dos Deputados	Apensado ao PL 4893/2012	COORDENAÇÃO DE COMISSÕES PERMANENTES ( CCP ) Encaminhada à publicação. Publicação Inicial em avulso e no DCD de 03/06/2023. 02/06/2023
PL 2195/2021	Edna Henrique- PSDB/PB	Altera a Lei nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993, para instituir o Programa de Amparo à Mulher Vítima de Violência Doméstica, de caráter permanente e intersetorial, integrante da Política Nacional de Assistência Social.	Câmara dos Deputados	Apensado ao PL 6437/2019	Coordenação de Comissões Permanentes (CCP) Encaminhada à publicação. Publicação Inicial em avulso e no DCD de 02/07/21 PAG 373 01/07/2021
PL 2221/2021	Pedro Lucas Fernandes - PTB/MA	Cria o Programa "Banco de Empregos para Mulheres Vítimas de Violência Doméstica e Familiar" e dá outras providências.	Câmara dos Deputados	Apensado ao PL 5548/2019 (Nº Anterior: PLS 244/2017)	Designada Relatora, Dep. Rogéria Santos (REPUBLIC-BA), para o PL 10018/2018, ao qual esta proposição está apensada. 06/09/2024

PL 2302/2021	Laura Carneiro - DEM/RJ	Dispõe sobre a fixação da pena nos crimes de violência doméstica e familiar contra a mulher, alterando a Lei nº 11.340, de 7 de agosto de 2006.	Câmara dos Deputados	Apensado ao PL 856/2019	Constituição e Justiça e de Cidadania (CCJC) Recebimento pela CCJC 10/11/2021
PL 2358/2021	Julio Cesar Ribeiro - REPUBLIC/DF	Altera a Lei nº 12.345 de 6 de julho de 2011, para definir objetivos no combate à violência contra a mulher.	Câmara dos Deputados	Apensado ao PL 3456/2020	COORDENAÇÃO DE COMISSÕES PERMANENTES ( CCP ) Encaminhada à publicação. Publicação Inicial em avulso e no DCD de 08/07/21 PAG 590. 07/07/2021
PL 2525/2021	Charles Evangelista - PSL/MG	Dispõe sobre a obrigatoriedade das plataformas de streaming de reter o pagamento referente à monetização de conteúdos de artistas e produtores que tenham cometido crimes relacionados à violência doméstica e/ou ao abuso e exploração sexual de crianças e adolescentes até o trânsito em julgado do processo criminal.	Câmara dos Deputados	Devolvida ao Autor	Coordenação de Comissões Permanentes (CCP) Encaminhada à publicação. Publicação Inicial no DCD de 16/09/21 PAG 984 15/09/2021
PL 2556/2021	Gonzaga Patriota - PSB/PE	Cria mecanismos para impedir que pessoas que estejam sob medidas cautelares ou condenadas por crimes de violência doméstica, contra crianças e adolescentes e contra idosos não possam tomar posse em cargos públicos, nem contratar com a Administração Pública Direta e Indireta.	Câmara dos Deputados	Aguardando Designação de Relator na Comissão de Administração e Serviço Público (CASP)	Mesa Diretora ( MESA ) Apense-se a este(a) o(a) PL-3326/2023. 01/08/2023
PL 2358/2021	Julio Cesar Ribeiro - REPUBLIC/DF	Altera a Lei nº 12.345 de 6 de julho de 2011, para definir objetivos no combate à violência contra a mulher.	Câmara dos Deputados	Apensado ao PL 3456/2020	COORDENAÇÃO DE COMISSÕES PERMANENTES ( CCP ) Encaminhada à publicação. Publicação Inicial em avulso e no DCD de 08/07/21 PAG 590. 07/07/2021
PL 2612/2021	Dr. Zacharias Calil - DEM/GO	Dispõe sobre a obrigatoriedade da divulgação da Central de Atendimento à Mulher (Disque 180) e do Serviço de Denúncia de Violações aos Direitos Humanos (Disque 100) nos condomínios residenciais em Estados, Municípios e no Distrito Federal.	Câmara dos Deputados	Apensado ao PL 4559/2020	Constituição e Justiça e de Cidadania ( CCJC ) Designado Relator, Dep. Ricardo Ayres (REPUBLIC-TO), para o PL 1964/2020, ao qual esta proposição está apensada. 21/05/2024
PL 2625/2021	Alexandre Frota - PSDB/SP	Altera o artigo 12 C da Lei 11.340 de 07 de agosto de 2006 que passa a vigorar com a seguinte redação, para dar maior autonomia aos delegados de polícia para determinar medidas protetivas às mulheres vítimas de violência.	Câmara dos Deputados	Apensado ao PL 2560/2020	Segurança Pública e Combate ao Crime Organizado ( CSPCCO ) Designado Relator, Dep. Delegado Fabio Costa (PP-AL), para o PL 2560/2020, ao qual esta proposição está apensada. 05/06/2024
PL 2702/2021	Edna Henrique- PSDB/PB	Altera o Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 (Código Penal), e a Lei nº 11.340, de 7 de agosto de 2006, para impedir que o condenado e o agressor tenham acesso a cargo inserido nas carreiras que especifica, em decorrência da prática do crime de que trata o art. 147-A do Código Penal ou de violência doméstica.	Câmara dos Deputados	Aguardando Designação de Relator na Comissão de Administração e Serviço Público (CASP)	Administração e Serviço Público ( CASP ) Recebimento pela CASP. 14/04/2023
PL 2706/2019	Rose de Freitas - PODEMOS/ES	Institui o Dia Nacional de Luta contra a Violência Doméstica e Familiar.	Câmara dos Deputados	Aguardando Designação de Relator na Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania (CCJC)	COORDENAÇÃO DE COMISSÕES PERMANENTES ( CCP ) Encaminhada à publicação. Parecer da Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania Publicado em avulso e no DCD de 09/11/2023, Letra B. 08/11/2023
PL 2707/2021	BENES LEOCÁDIO - REPUBLIC/RN	Dispõe sobre alteração Altera da Lei Maria da Penha para impor multa administrativa a ser revertida aos Fundos de Segurança Pública ao autor de violência doméstica e familiar contra a mulher.	Câmara dos Deputados	Apensado ao PL 4023/2019	Constituição e Justiça e de Cidadania (CCJC) Recebimento pela CCJC 10/11/2021

PL 2746/2021	Francisco Jr. - PSD/GO	Altera os artigos 5º, 8º e 22 da Lei nº 11.340, de 7 de agosto de 2006, para aperfeiçoar os mecanismos de combate à violência doméstica e familiar contra a mulher, em razão da condição do sexo feminino.	Câmara dos Deputados	Retirado pelo Autor	COORDENAÇÃO DE COMISSÕES PERMANENTES ( CCP ) À CDHM, o Memo nº 004/22, solicitando a devolução deste. <b>07/02/2022</b>
PL 2747/2021	Aluisio Mendes - PSC/MA	Altera a Lei nº 10.826, de 22 de dezembro de 2003 – Estatuto do Desarmamento, para dispor sobre o porte de arma de fogo para as mulheres sob medida protetiva decretada por ordem judicial ou sob comprovada ameaça de agressão.	Câmara dos Deputados	Apensado ao PL 6278/2019	Mesa Diretora ( MESA ) Apense-se a este(a) o(a) PL-2126/2022. <b>05/08/2022.</b>
PL 2748/2021	Aluisio Mendes - PSC/MA	Altera a Lei nº 11.340, de 7 de agosto de 2006 – Lei Maria da Penha, para dispor sobre o monitoramento eletrônico como meio de fiscalizar o cumprimento das medidas protetivas de urgência.	Câmara dos Deputados	Aguardando Apreciação pelo Senado Federal	Mesa Diretora ( MESA ) Apresentação do autógrafo. Inteiro teor Remessa ao Senado Federal por meio do Of. nº 544/2023/PS-GSE. <b>21/11/2023</b>
PL 2784/2021	Felipe Carreras - PSDB/PE	Altera o art. 18 da Lei nº 11.340, de 7 de agosto de 2006, para tornar obrigatória a ressocialização do agressor nos casos de violência doméstica e familiar.	Câmara dos Deputados	Aguardando Designação de Relator na Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania (CCJC)	COORDENAÇÃO DE COMISSÕES PERMANENTES ( CCP ) Encaminhada à publicação. Parecer da Comissão de Defesa dos Direitos da Mulher Publicado em avulso e no DCD de 30/05/2023, Letra A. <b>29/05/2023</b>
PL 2791/2021	Rose Modesto -PSDB/MS	Aumenta penas, altera regras de cumprimento de pena e veda a concessão de benefícios penais para os crimes que envolvam violência física e sexual contra a criança e adolescente, estabelecer normas para o recebimento de denúncias e incrementar a divulgação e visibilidade dos meios de denúncia.	Câmara dos Deputados	Aguardando Designação de Relator na Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania (CCJC)	Mesa Diretora ( MESA ) Apense-se a este(a) o(a) PL-5939/2023. <b>19/12/2023</b>
PL 2797/2021	BENES LEOCÁDIO - REPUBLIC/RN	Assegura à vítima de violência doméstica matrícula de seus filhos na instituição de ensino mais próxima de sua residência, seja pública ou privada, e para tanto altera Lei nº 11.340, de 7 de agosto de 2006 (Lei Maria da Penha), e dá outras providências.	Câmara dos Deputados	Apensado ao PL 1705/2021	Providência, Assis. Social, Infância, Adolescência e Família ( CPASF ) Designada Relatora, Dep. Daniela do Waguinho (UNIÃO-RJ), para o PL 1705/2021, ao qual esta proposição está apensada. <b>14/03/2024</b>
PL 2824/2021	Bosco Costa - PL/SE	Altera a Lei nº 11.340, de 7 de agosto de 2006 - Lei Maria da Penha, para tornar crime a exposição ou divulgação não autorizada de nome, imagem, ato ou documento de procedimento policial, administrativo ou judicial, ou qualquer outra referência que possibilite a identificação da mulher vítima de violência doméstica e familiar	Câmara dos Deputados	Aguardando Parecer do Relator na Comissão de Defesa dos Direitos da Mulher (CMULHER)	Mesa Diretora ( MESA ) Apense-se a este(a) o(a) PL-5513/2023. <b>24/11/2023</b>
PL 2830/2021	Carlos Henrique Gaguim - DEM/TO	Altera o art. 22 da Lei nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993, para prever a possibilidade de concessão de benefício financeiro provisório às mulheres vítimas de violência doméstica que tiverem de se afastar de sua residência habitual.	Câmara dos Deputados	Apensado ao PL 6437/2019	Coordenação de comissões permanentes (CCP) Encaminhada à publicação. Publicação Inicial em avulso e no DCD de 21/09/2021. <b>20/09/2021</b>
PL 2841/2021	Policial Katia Sastre - PL/SP	Altera a Lei nº 11.340, de 7 de agosto de 2006, para dispor sobre o atendimento à mulher policial ou bombeiro militar vítima de violência doméstica.	Câmara dos Deputados	Aguardando Parecer do Relator na Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania (CCJC)	Constituição e Justiça e de Cidadania ( CCJC ) (Instalação da Comissão) A Relatora, Dep. Rosângela Moro, não integrava a Comissão na data da instalação (deixou de ser membro em 04/02/2024) <b>06/03/2024</b>
PL 2952/2021	Renata Abreu - PODE/SP	Tipifica a conduta de quem presencia violência doméstica e familiar contra a mulher e deixa de comunicar o fato às autoridades policiais.	Câmara dos Deputados	Apensado ao PL 2510/2020	Providência, Assis. Social, Infância, Adolescência e Família ( CPASF ) Designado Relator, Dep. Luciano Ducci (PSB-PR), para o PL 2510/2020, ao qual esta proposição está apensada. <b>14/03/2024</b>
PL 2958/2021	Zé Vitor - PL/MG	Implementa medidas para conferir maior efetividade às penas dos crimes que envolvam violência doméstica e familiar contra a mulher.	Câmara dos Deputados	Apensado ao PL 2019/2021	CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE CIDADANIA (CCJC) <b>10/11/2021</b>

PL 2984/2021	Felipe Carreras - PSDB/PE	Altera os artigos 138, 139 e 140 do Decreto Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 - Código Penal Brasileiro, para aumentar a pena por crime de calúnia, difamação e injúria contra a mulher em situação de violência doméstica ou familiar.	Câmara dos Deputados	Apensado ao PL 2240/2021	Constituição e Justiça e de Cidadania (CCJC) Recebimento pelo CCJC 10/11/2021
PL 3112/2021	Dra. Soraya Manato - PSL/ES	Altera o Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 – Código Penal, para aumentar a pena do crime de lesão corporal praticado contra a mulher, por razões da condição do sexo feminino.	Câmara dos Deputados	Apensado ao PL 1526/2019	Mesa Diretora ( MESA ) Apense-se a este(a) o(a) PL-308/2024. 23/02/2024
PL 3129/2021	Carla Dickson - PROS/RN	Estabelece o atendimento prioritário nos serviços públicos de crianças e adolescentes órfãos em decorrência do feminicídio.	Câmara dos Deputados	Apensado ao PL 2753/2020	Mesa Diretora ( MESA ) Arquivado nos termos do art. 163, combinado com o §4º do art. 164 do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, em razão da aprovação do PL 2753/2020. 02/04/2024
PL 3133/2021	Luiz Lima - PSL/RJ	Cria mecanismos para coibir à violência doméstica e familiar contra pessoas idosas, nos termos do art. 227 da Constituição Federal de 1988.	Câmara dos Deputados	Apensado ao PL 215/2019	Constituição e Justiça e de Cidadania ( CCJC ) Designado Relator, Dep. Zé Haroldo Cathedral (PSD-RR), para o PL 4253/2019, ao qual esta proposição está apensada. 23/04/2024
PL 3285/2021	Felipe Carreras - PSDB/PE	Determina que as empresas concessionárias de serviço de transporte público de passageiros promovam a capacitação e reciclagem de condutores, cobradores e fiscais, para gerenciar situações de discriminação, racismo, violência doméstica e familiar, atos libidinosos e/ou crimes sexuais praticados contra vítimas vulneráveis.	Câmara dos Deputados	Arquivada	Mesa Diretora ( MESA ) Arquivado nos termos do art. 133 do RICD (rejeição nas Comissões de mérito). 02/06/2022
PL 3305/2021	Alexandre Frota - PSDB/SP	Autoriza o Poder Executivo a conceder a isenção tarifária dos transportes públicos intermunicipais e interestaduais para mulheres vítimas de violência doméstica ou estupro, e mulheres gestantes na forma que especifica.	Câmara dos Deputados	Apensado ao PL 124/2020	Viação e Transportes ( CVT ) Devolvido ao Relator, Dep. Juninho do Pneu (UNIÃO-RJ), para reexame de parecer., para o PL 124/2020, ao qual esta proposição está apensada. 12/06/2024
PL 3515/2021	Rejane Dias - PT	Altera a Lei no 11.340, de 7 de agosto de 2006, para incluir a promoção de programas de capacitação entre asdiretrizes da política pública que visa coibir a violência doméstica e familiar contra a mulher	Câmara dos Deputados	Apensado ao PL 4264/2019	Defesa dos Direitos da Mulher ( CMULHER ) Designada Relatora, Dep. Rogéria Santos (REPUBLIC-BA), para o PL 10018/2018, ao qual esta proposição está apensada. 06/05/2024
PL 3616/2021	Luiz Lima - PSL	Altera a Lei nº 11.340, de 07 de agosto de 2006 – Lei Maria da Penha, para estabelecer que a caracterizaçãoda forma de violência contra a mulher independe do meio pelo qual é manifestada.	Câmara dos Deputados	Apensado ao PL 7163/2014	Previdência, Assis. Social, Infância, Adolescência e Família ( CPASF ) Designada Relatora, Dep. Laura Carneiro (PSD-RJ), para o PL 7163/2014, ao qual esta proposição está apensada. 22/12/2023
PL 3642/2021	Alexandre Frota - PSDB	Dispõe sobre o acesso prioritário das mulheres vítimas de violência doméstica, em programas de qualificaçãoprofissional e emprego, geridos e/ou financiados pelo poder executivo.	Câmara dos Deputados	Apensado ao PL 4264/2019	Defesa dos Direitos da Mulher ( CMULHER ) Designada Relatora, Dep. Rogéria Santos (REPUBLIC-BA), para o PL 10018/2018, ao qual esta proposição está apensada. 06/05/2024
PL 3666/2021	Professora Dayae Pimentel - PSL/BA	Dispõe sobre a criação de banco de dados contendo informações relevantes sobre pessoas condenadas por violência doméstica.	Câmara dos Deputados	Aguardando Despacho do Presidente da Câmara dos Deputados; Aguardando Designação de Relator na Comissão de Previdência, Assistência Social, Infância, Adolescência e Família (CPASF)	Previdência, Assis. Social, Infância, Adolescência e Família ( CPASF ) Designada Relatora, Dep. Rogéria Santos (REPUBLIC-BA) 10/05/2024

PL 3680/2021	Fernando Rodolfo - PL/PE	Altera a Lei nº 11.340, de 7 de agosto de 2006 (Lei Maria da Penha), para dispor sobre o chamado "botão do pânico" (sistema de acionamento emergencial em caso de ameaça ou de violação a medidas protetivas de urgência), através de dispositivo móvel de segurança ou aplicativo instalado em aparelho de telefonia ou similar, que confira maior efetividade às medidas protetivas de urgência.	Câmara dos Deputados	Pronta para Pauta na Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania (CCJC)	Mesa Diretora ( MESA ) Apresentação do REQ n. 1639/2024 (Requerimento de Urgência (Art. 155 do RICD)), pelo Deputado Fernando Rodolfo (PL/PE) e outros, que "Solicita urgência urgentíssima (art. 155 do Regimento Interno da Câmara dos Deputados) para apreciação do Projeto de Lei nº 3.680, de 2021, que altera a Lei nº 11.340, de 7 de agosto de 2006 (Lei Maria da Penha), para dispor sobre o chamado 'botão do pânico' (sistema de acionamento emergencial em caso de ameaça ou de violação a medidas protetivas de urgência), através de dispositivo móvel de segurança ou aplicativo instalado em aparelho de telefonia ou similar, que confira maior efetividade às medidas protetivas de urgência". 15/05/2024
PL 3722/2021	Paulo Ramos PDT/RJ	Altera a Lei nº 11.340, de 07 de agosto de 2006 – Lei Maria da Penha, para vedar a aplicação da Lei nº 9.099, de 26 de setembro de 1995, às contravenções penais praticadas com violência doméstica e familiar contra a mulher.	Câmara dos Deputados	Apensado ao PL 6996/2017	Coordenação de Comissões Permanentes (CCP) Encaminhada à publicação. Publicação Inicial em avulso e no DCD de 15/12/21 PAG 598 14/12/2021
PL 3725/2021	Bozzella - PSL/SP	Dispõe sobre a comunicação aos órgãos de segurança pública sobre ocorrência ou indício de violência doméstica e familiar contra mulheres, crianças, adolescentes, idosos e pessoas com deficiência, em condomínios residenciais em todo território nacional.	Câmara dos Deputados	Apensado ao PL 2510/2020	Previdência, Assis. Social, Infância, Adolescência e Família ( CPASF ) Designado Relator, Dep. Luciano Ducci (PSB-PR), para o PL 2510/2020, ao qual esta proposição está apensada. 14/03/2024
PL 3731/2021	Mário Heringer - PDT/MG	Altera o art. 22 da Lei nº 11.340, de 7 de agosto de 2006 - Lei Maria da Penha, para determinar o uso de dispositivo eletrônico de monitoramento de localização como medida protetiva de urgência, e dá outras providências.	Câmara dos Deputados	Apensado ao PL 2748/2021	COORDENAÇÃO DE COMISSÕES PERMANENTES (CCP) Encaminhada à publicação. Publicação Inicial em avulso e no DCD de 04/12/21 PAG 128 03/12/2021
PL 3758/2021	Francisco Jr. - PSD	Dispõe sobre a garantia da transmissão de propagandas educativas contra a exploração sexual de crianças e adolescentes e contra a violência à mulher em eventos culturais, esportivos e nas salas de cinema e teatros, assim como, torna obrigatória a menção ao Disque Denúncia.	Câmara dos Deputados	Apensado ao PL 3259/2021	COORDENAÇÃO DE COMISSÕES PERMANENTES ( CCP ) Encaminhada à publicação. Publicação Inicial em avulso e no DCD de 04/12/2021. PAG 133 03/12/2021
PL 3781/2021	Capitão Alberto Neto - RPUBLIC/AM	Institui o benefício de amparo aos filhos menores de idade, órfãos em razão do crime de feminicídio tipificado no inc. VI do § 2º do art. 121 do Código Penal, cuja renda familiar mensal per capita seja igual ou menor que meio salário mínimo.	Câmara dos Deputados	Apensado ao PL 1824/2021	Previdência, Assis. Social, Infância, Adolescência e Família ( CPASF ) Designada Relatora, Dep. Flávia Morais (PDT-GO), para o PL 1437/2021, ao qual esta proposição está apensada. 12/03/2024
PL 3900/2021	Rejane Dias - PT	Altera a Lei nº 13.239, de 30 de dezembro de 2015, que dispõe sobre a oferta e a realização, no âmbito do Sistema Único de Saúde - SUS, de cirurgia plástica reparadora de sequelas de lesões causadas por atos de violência contra a mulher, para estabelecer prazo máximo para realização da cirurgia.	Câmara dos Deputados	Apensado ao PL 77/2021	Defesa dos Direitos da Mulher ( CMULHER ) Designada Relatora, Dep. Ana Pimentel (PT-MG), para o PL 77/2021, ao qual esta proposição está apensada. 06/05/2024
PL 3964/2021	Luizão Goulart - REPUBLIC	Determina a veiculação de propagandas educativas de combate à violência e ao abuso e exploração sexual contra a mulher, crianças e adolescentes, em salas de cinema e eventos culturais e esportivos.	Câmara dos Deputados	Apensado ao PL 3758/2021	COORDENAÇÃO DE COMISSÕES PERMANENTES ( CCP ) Encaminhada à publicação. Publicação Inicial em avulso e no DCD de 04/12/21 PAG 165 03/12/2021
PL 4011/2021	Alexandre Frota - PSDB/SP	Dispõe sobre a obrigatoriedade dos estabelecimentos comerciais a combaterem o assédio sexual na forma que especifica e dá outras providências.	Câmara dos Deputados	Apensado ao PL 2737/2020	Indústria, Comércio e Serviços ( CICS ) Designada Relatora, Dep. Ivoneide Caetano (PT-BA), para o PL 2737/2020, ao qual esta proposição está apensada. 21/03/2024

PL 4016/2021	Eduardo da Fonte - PP	Altera a Lei nº 11.340, de 7 de agosto de 2006 (Lei Maria da Penha), para dispor sobre a perda de bens do cônjuge ou companheiro condenado por violência doméstica e familiar contra a mulher.	Câmara dos Deputados	Apensado ao PL 1714/2021	Constituição e Justiça e de Cidadania ( CCJC ) Designada Relatora, Dep. Rosângela Moro (UNIÃO-SP), para o PL 1714/2021, ao qual esta proposição está apensada. 28/11/2023
PL 4148/2021	Alex Manente - CIDADANIA/SP	Altera o Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 - Código Penal - para incluir como condição qualificadora o aborto provocado por cônjuge ou companheiro.	Câmara dos Deputados	Apensado ao PL 2125/2021	Mesa Diretora ( MESA )Indeferido o REQ 1803/2023. 19/06/2023.
PL 4281/2021	Vivi Reis - PSOL/PA	Altera e acrescenta dispositivo à Lei 6.015 de 31 de dezembro de 1973 que "Dispõe sobre os registros públicos, e dá outras providências".	Câmara dos Deputados	Apensado ao PL 1578/2003	CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE CIDADANIA ( CCJC ) 04/02/2022
PL 4360/2021	Pedro Augusto Bezerra - PTB/CE	Institui, no âmbito nacional, o Programa de Microcrédito para Mulheres e dá outras providências.	Câmara dos Deputados	Pronta para Pauta na Comissão de Defesa dos Direitos da Mulher (CMULHER)	Defesa dos Direitos da Mulher ( CMULHER ) (Instalação da Comissão) A Relatora, Dep. Elcione Barbalho, não integrava a Comissão na data da instalação (deixou de ser membro em 04/02/2024) 06/03/2024
PL 4327/2021	Talíria Petrone - PSOL/RJ	Regulamenta o princípio da laicidade do Estado previsto nos incisos VI e VII do Art. 5º, e inciso II do Art. 19 da Constituição Federal e veda a exclusão de genitor ou ascendente do convívio de criança e adolescente por motivo de crença religiosa.	Câmara dos Deputados	Apensado ao PL 6238/2019	COORDENAÇÃO DE COMISSÕES PERMANENTES (CCP). Encaminhada à publicação. Publicação Inicial em avulso e no DCD de 04/02/2022. 03/02/2022
PL 4251/2021	Bosco Costa - PL/SE	Institui o Programa Nacional de Proteção e Apoio à Mulher vítima de violência doméstica ou familiar (PROMULHER).	Câmara dos Deputados	Aguardando Criação de Comissão Temporária pela MESA; ; Pronta para Pauta no Plenário (PLEN)	Mesa Diretora ( MESA )Apresentação do requerimento de inclusão de matéria na Ordem do Dia n.º 1373/2023, pelo Deputado Marangoni (UNIÃO/SP), que "Requer, nos termos regimentais, a inclusão do PL nº 4.251/2021, que "Institui o Programa Nacional de Proteção e Apoio à Mulher vítima de violência doméstica ou familiar (PROMULHER)", na pauta da Ordem do Dia" 02/05/2023
PL 4252/2021	Francisco Jr. - PSD/GO	Dispõe sobre a garantia da transmissão de propagandas educativas contra a exploração sexual de crianças e adolescentes e contra a violência à mulher em eventos culturais, esportivos e nas salas de cinema e teatros, assim como, torna obrigatória a menção ao Disque Denúncia.	Câmara dos Deputados	Devolvida ao Autor	COORDENAÇÃO DE COMISSÕES PERMANENTES (CCP) Encaminhada à publicação. Publicação Inicial no DCD de 09/02/2022. 08/02/2022
PL 4410/2021	Felipe Carreras - PSB/PE	Determina que todos os sítios eletrônicos do Poder Público compartilhem os canais oficiais para denúncias de crimes de violência doméstica e familiar.	Câmara dos Deputados	Apensado ao PL 110/2021	Defesa dos Direitos da Mulher ( CMULHER ) Designada Relatora, Dep. Erika Kokay (PT-DF), para o PL 110/2021, ao qual esta proposição está apensada. 12/04/2024
PL 4411/2021	Felipe Carreras - PSB/PE	Assegura às mulheres vítimas de violência patrimonial no âmbito das relações domésticas e familiares, o direito ao atendimento prioritário imediato para emissão de novos documentos pessoais.	Câmara dos Deputados	Aguardando Ervio ao Senado Federal	Mesa Diretora ( MESA ) Apresentação do autógrafo. Inteiro teor Remessa ao Senado Federal por meio do Of. nº 650/2023/PS-GSE. 22/12/2023
PL 4474/2021	Subtenente Gonzaga – PDT/MG	Altera o Decreto-Lei nº 1.001, de 21 de outubro de 1969 - Código Penal Militar, para afastar da competência da Justiça Militar os crimes cometidos no âmbito da violência doméstica.	Câmara dos Deputados	Retirado pelo Autor	Coordenação de Comissões Permanentes (CCP) Encaminhada à publicação. Publicação Inicial no DCD de 23/12/2021 PAG 348 22/12/2021
PL 4480/2021	Subtenente Gonzaga - PDT/MG	Altera o Decreto-Lei nº 1.001, de 21 de outubro de 1969 - Código Penal Militar, para definir como crime comum os praticados no âmbito da violência doméstica.	Câmara dos Deputados	Apensado ao PL 2117/202	Mesa Diretora ( MESA ) Desapensação deste do PL nº 2.117, de 2021, proposição principal, em face da aprovação da matéria, em Plenário, na forma do Substitutivo ao Projeto de Lei nº 2.117, de 2021, da Comissão de Defesa dos Direitos da Mulher. 07/12/2023
PL 4490/2021	Mário Heringer - PDT/MG	Altera o inciso II do art. 92 do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 – Código Penal, para incluir o impedimento para o exercício da guarda de menor de dezoito anos ou interdito entre os efeitos da condenação penal, e dá outras providências.	Câmara dos Deputados	Aguardando Designação de Relator na Comissão de Previdência, Assistência Social, Infância, Adolescência e Família (CPASF)	Previdência, Assis. Social, Infância, Adolescência e Família ( CPASF ) Apresentação do PRL n. 1 CPASF (Parecer do Relator), pela Deputada Laura Carneiro (PSD/RJ). Inteiro teor Parecer da Relatora, Dep. Laura Carneiro (PSD-RJ), pela aprovação. 05/06/2024

PL 4530/2021	Cássio Andrade - PSB	Altera a Lei nº 11.340, de 7 agosto de 2006, para estabelecer a diretriz de capacitação obrigatória servidores públicos em temas relativos à equidade de gênero e violência contra a mulher.	Câmara dos Deputados	Pronta para Pauta na Comissão de Defesa dos Direitos da Mulher (CMULHER)	COORDENAÇÃO DE COMISSÕES PERMANENTES ( CCP ) Parecer recebido para publicação. Encaminhada à publicação. Parecer da Comissão de Defesa dos Direitos da Mulher Publicado em avulso e no DCD de 21/05/2024, Letra A. 20/05/2024
PL 4574/2021	Marília Arraes - PT	Cria o Programa de Atenção a Mulheres na Menopausa e Clímatério, com oferta de serviços de saúde por meio do Sistema Único de Saúde.	Câmara dos Deputados	Apensado ao PL 5602/2019	COMISSÃO DE DEFESA DOS DIREITOS DA MULHER (CMULHER) Designada Relatora, Dep. Socorro Neri (PP-AC), para o PL 5602/2019, ao qual esta proposição está apensada. 12/04/2024
PL 4579/2021	Tabata Amaral - PSB	Institui o Benefício Alimentação Maternidade para as trabalhadoras do mercado informal ou desempregadas e assegura alimentação diferenciada para mulheres lactantes em penitenciárias.	Câmara dos Deputados	Aguardando Designação de Relator na Comissão de Defesa dos Direitos da Mulher (CMULHER)	Defesa dos Direitos da Mulher ( CMULHER ) Encerrado o prazo de 5 sessões para apresentação de emendas ao projeto (de 27/03/2023 a 12/04/2023). Não foram apresentadas emendas. 12/04/2023
PL 4593/2021	Tabata Amaral - PSB	Acrescenta parágrafo ao art. 37 da Lei nº 9.394, de 1996, de diretrizes e bases da educação nacional, para assegurar às mulheres com filhos ou dependentes a oferta de vagas, no turno diurno, para cursarem aeducação de jovens e adultos.	Câmara dos Deputados	Aguardando Designação de Relator na Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania (CCJC)	Constituição e Justiça e de Cidadania ( CCJC ) Apresentação do PRL n. 1 CCJC (Parecer do Relator), pelo Deputado Pedro Campos (PSB/PE). Inteiro teor Parecer do Relator, Dep. Pedro Campos (PSB-PE), pela constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa deste e do Substitutivo da Comissão de Educação. 14/03/2024
PL 24/2022	Alexandre Frota - PSDB/SP	Autoriza o Poder Executivo a criar um sistema virtual que possibilite a cêlere concessão de medidas protetivas, visando a garantir a segurança das vítimas de violência doméstica e dá outras providências.	Câmara dos Deputados	Apensado ao PL 3034/2020	Constituição e Justiça e Cidadania ( CCJC ) Recebimento pela CCJC, apensado ao PL-3034/2020 27/06/2022
PL 37/2022	Alexandre Frota - PSDB	Dispõe sobre a prioridade das mulheres responsáveis pela unidade familiar ou vítimas de violência doméstica e de baixa renda, nos programas de habitação de interesse social, e dá outras providências.	Câmara dos Deputados	Apensado ao PL 4692/2019	COORDENAÇÃO DE COMISSÕES PERMANENTES ( CCP ) Encaminhada à publicação. Publicação Inicial em avulso e no DCD de 09/02/2022. 08/02/2022
PL 43/2022	Alexandre Frota - PSDB/SP	Dispõe sobre a obrigatoriedade dos condomínios edifícios disponibilizarem por apartamento, um sistema eletrônico, via interfone ou aparelho similar, um botão de alarme para acionar a portaria do prédio, em casos de ocorrência de violência doméstica contra mulheres, crianças, adolescentes, idosos ou pessoas com deficiência.	Câmara dos Deputados	Aguardando Designação de Relator na Comissão de Saúde (CSAUDE)	Previdência, Assis. Social, Infância, Adolescência e Família ( CPASF ) Encerrado o prazo de 5 sessões para apresentação de emendas ao substitutivo (de 29/05/2024 a 18/06/2024). Não foram apresentadas emendas ao substitutivo. 18/06/2024
PL 45/2022	Alexandre Frota - PSDB/SP	Dispõe sobre a proibição da realização de publicidade de cunho misógino, sexista ou estimuladora de qualquer tipo de violência sexual e dá outras providências.	Câmara dos Deputados	Apensado ao PL 6191/2016	Comunicação ( CCOM ) Devolvida à Relatora, Dep. Luiza Erundina (PSOL-SP), para reformulação do parecer., para o PL 6191/2016, ao qual esta proposição está apensada. 08/04/2024
PL 81/2022	Julio Cesar Ribeiro - REPUBLIC	Dispõe sobre o direito de toda mulher a ter acompanhante, pessoa de sua livre escolha, nas consultas e exames, inclusive os ginecológicos, nos estabelecimentos públicos e privados. NOVA EMENTA: Altera a Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990, para ampliar o direito da mulher de ter um acompanhante nos atendimentos realizados nos serviços de saúde públicos e privados.	Câmara dos Deputados	Aguardando Apreciação pelo Senado Federal	Mesa Diretora ( MESA ) Remessa do Ofício nº 645/2023/PS-GSE ao Senado Federal, informando restituição de autógrafa sancionado. 12/12/2023
PL 82/2022	Felipe Rigoni - PSL	Acresce dispositivo à Lei N° 10.714, de 13 de agosto de 2003, a fim de disciplinar o cumprimento de critériosde acessibilidade no serviço de atendimento destinado a atender denúncias de violência contra a mulher a que se refere a Lei N° 10.714, de 13 de agosto de 2003.	Câmara dos Deputados	Aguardando Parecer do Relator na Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania (CCJC)	COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE CIDADANIA (CCJC) (Instalação da Comissão) A Relatora, Dep. Rosângela Moro, não integrava a Comissão na data da instalação (deixou de ser membro em 04/02/2024) 06/03/2024

PL 120/2022	Ely Santos - REPUBLIC/SP	Altera a Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, para estabelecer a obrigatoriedade de os órgãos e entidades públicas exigirem que percentual mínimo da mão de obra responsável pela execução do objeto de contratos administrativos seja constituído por pessoas nas situações especificadas.	Câmara dos Deputados	Aguardando Designação de Relator na Comissão de Defesa dos Direitos das Pessoas com Deficiência (CPD)	COORDENAÇÃO DE COMISSÕES PERMANENTES ( CCP ) Encaminhada à publicação. Parecer da Comissão de Defesa dos Direitos das Pessoas com Deficiência Publicado em avulso e no DCD de 25/05/2024, Letra A. <b>24/05/2024</b>
PL 153/2022	Alexandre Frota - PSDB/SP	Determina a prioridade processual para o tramite de processos que tenham como causa de pedir fato relacionado à violência contra a mulher e dá outras providências.	Câmara dos Deputados	Apensado ao PL 3876/2019	Constituição e Justiça e de Cidadania ( CCJC ) Devolvido ao Relator, Dep. Rubens Pereira Júnior (PT-MA), para o PL 3388/2008, ao qual esta proposição está apensada. <b>13/12/2023</b>
PL 163/2022	Alexandre Frota - PSDB/SP	Altera o artigo 2º da Lei 13.239 de 30 de dezembro de 2015 para determinar prazo para a realização de cirurgia reparadora e dá outras providências.	Câmara dos Deputados	Apensado ao PL 3900/2021	Defesa dos Direitos da Mulher ( CMULHER ) Designada Relatora, Dep. Ana Pimentel (PT-MG), para o PL 77/2021, ao qual esta proposição está apensada. <b>06/05/2024</b>
PL 202/2022	Alexandre Frota - PSDB/SP	Acrescenta o inciso XI no artigo 5º da Lei 13.019 de 31 de julho de 2014 para inserir nas Organizações da Sociedade Civil a proteção das mulheres vítimas de violência e dá outras providências.	Câmara dos Deputados	Apensado ao PL 4251/2021	Mesa Diretora ( MESA ) Deferido o Requerimento n. 488/2022, conforme despacho do seguinte teor: "Defiro. Apense-se o Projeto de Lei n. 202/2022 ao Projeto de Lei n. 4.251/2021. Em consequência disso, redistribua-se o Projeto de Lei n. 4.251/2021 à Comissão de Trabalho, de Administração e Serviço Público (CTASP). Observe-se que, em decorrência de sua redistribuição à CTASP, o Projeto de Lei n. 4.251/2021 passa a enquadrar-se na hipótese prevista no art. 34, II, do Regimento Interno da Câmara dos Deputados (RICD). Publique-se. [ATUALIZAÇÃO DO DESPACHO DO PL N. 4.251/2021: CMULHER, CTASP, CFT (mérito e art. 54 do RICD) e CCJC (mérito e art. 54 do RICD). Proposição Sujeita à Apreciação do Plenário. Regime de Tramitação: Urgência (art. 155 do RICD)]". <b>06/04/2022</b>
PL 285/2022	Luizão Goulart -REPUBLIC/PR	Altera a Lei nº 11.340, de 7 de agosto de 2006 – Lei Maria da Penha, para dispor sobre a criação de postos de apoio de atendimento às mulheres em terminais de transporte e prédios públicos.	Câmara dos Deputados	Apensado ao PL 101/2021	Mesa Diretora ( MESA ) Apense-se a este(a) o(a) PL-3094/2023. <b>01/08/2023</b>
PL 390/2022	Natália Bonavides - PT/RN	Altera a Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, para instituir direitos de remoção e de licença remunerada à servidora pública em situação de violência doméstica.	Câmara dos Deputados	Devolvida ao Autor	COORDENAÇÃO DE COMISSÕES PERMANENTES (CCP) Encaminhada à publicação. Publicação Inicial no DCD de 19/03/2022. <b>18/03/2022</b>
PL 467/2022	Luizão Goulart – REPUBLIC/PR	Dispõe sobre sistema de atendimento especial e prioritário em serviços públicos a órfãos crianças e adolescentes filhos ou filhas de mulheres vítimas de crimes de feminicídio, bem como de lesão corporal seguida quando se tratar de crime doloso consumado envolvendo violência doméstica e familiar ou menosprezo ou discriminação à condição de mulher; altera a Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990; e dá outras providências.	Câmara dos Deputados	Apensado ao PL 3129/2021	Mesa Diretora ( MESA ) Arquivado nos termos do art. 163, combinado com o §4º do art. 164 do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, em razão da aprovação do PL 2753/2020. <b>02/04/2024</b>
PL 478/2022	Soraya Santos - PL/RJ , Margarete Coelho - PP/PI , Professora Dorinha Seabra Rezende - UNIÃO/TO	Acrescenta o § 9º ao art. 9º e inciso VII ao art. 22 da Lei nº 11.340, de 7 de agosto de 2006 (Lei Maria da Penha), para dispor sobre a responsabilidade do agressor em ressarcir os custos relacionados aos serviços prestados pela Casa da Mulher Brasileira ou locais de apoio às mulheres vítimas de violência e estabelecer, preferencialmente, a prestação de serviços pelo agressor nestes locais.	Câmara dos Deputados	Aguardando Deliberação na Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania (CCJC)	Mesa Diretora ( MESA ) Apresentação do Autógrafo. Inteiro teor Remessa ao Senado Federal por meio do Of. nº 130/2024/SGM-P <b>09/05/2024</b>

PL 517/2022	João Marcelo Souza - MDB/MA	Altera a Lei nº 11.340, de 7 de agosto de 2006 – Lei Maria da Penha, para tipificar como crime a conduta de descumprimento de medida de afastamento imediato do agressor do lar, domicílio ou local de convivência com a ofendida determinado pelo delegado de polícia, quando o Município não for sede de comarca, ou pelo policial, quando o Município não for sede de comarca e não houver delegado disponível no momento da denúncia.	Câmara dos Deputados	Apensado ao PL 2560/2020	Segurança Pública e Combate ao Crime Organizado ( CSPCCO ) Designado Relator, Dep. Delegado Fabio Costa (PP-AL), para o PL 2560/2020, ao qual esta proposição está apensada. <b>05/06/2024</b>
PL 565/2022	Celina Leão – PP/DF	Qualifica a exposição de crianças e adolescentes sob guarda de pais ou responsáveis legais brasileiros a situações de violência doméstica em país estrangeiro como situação capaz de submetê-los a grave risco de ordem física ou psíquica, nos termos do art. 13 da Convenção sobre os Aspectos Cíveis do Sequestro Internacional de Crianças.	Câmara dos Deputados	Aguardando Apreciação pelo Senado Federal	Mesa Diretora ( MESA ) Apresentação da Redação Final n. 1 PLEN, pela Deputada Perpétua Almeida (PCdoB/AC). Inteiro teor Apresentação do Autógrafo n. 1 MESA, pela Câmara dos Deputados. Inteiro teor Remessa ao Senado Federal por meio do Of. nº 658/2022/SGM-P. Inteiro teor <b>22/12/2022</b>
PL 588/2022	Pinheirinho - PP/MG	Dispõe sobre a fixação de valor mínimo indenizatório a título de dano moral para a mulher vítima de violência doméstica e familiar, e para tanto altera a Lei Maria da Penha (Lei nº 11.340, de 7 de agosto de 2006).	Câmara dos Deputados	Apensado ao PL 478/2022	Mesa Diretora ( MESA ) Arquivado nos termos do art. 163, combinado com o §4º do art. 164 do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, em razão da aprovação do PL 478/2022. <b>02/04/2024</b>
PL 638/2022	Capitão Alberto Neto – PL/AM	Proíbe a nomeação, para cargos e empregos públicos, de pessoas condenadas pelo crime de estupro e de pessoas condenadas com fundamento na Lei nº 11.340, de 7 de agosto de 2006.	Câmara dos Deputados	Apensado ao PL 4032/2021	Mesa Diretora ( MESA ) Apense-se a este(a) o(a) PL-34/2024. <b>08/02/2024</b>
PL 813/2022	Alexandre Frota – PSDB/SP	Autoriza o Poder Executivo a celebrar parcerias com tatuadores para prestar atendimento às pessoas que tenham sofrido ocorrências que resultaram em marcas na pele e dá outras providências.	Câmara dos Deputados	Aguardando Designação de Relator na Comissão de Saúde (CSAUDE)	Saúde ( CSAUDE ) Encerrado o prazo de 5 sessões para apresentação de emendas ao projeto (de 24/04/2024 a 15/05/2024). Não foram apresentadas emendas. <b>15/05/2024</b>
PL 842/2022	Alexandre Frota - PSDB/SP	Dispõe sobre o alcance das pessoas protegidas pela Lei 11.340 de 07 de agosto de 2006, Lei Maria da Penha, para incluir as transexuais no rol das pessoas a serem beneficiadas.	Câmara dos Deputados	Apensado ao PL 8032/2014	Plenário ( PLEN ) Apresentação do REQ n. 1774/2023 (Requerimento de Desapensação), pela Deputada Erika Hilton (PSOL/SP -Fdr PSOL-REDE), que "Requer a desapensação do Projeto de Lei nº 1058/2023 <b>26/05/2023</b>
PL 875/2022	Eduardo da Fonte – PP/PE	Altera a Lei nº 11.340, de 7 de agosto de 2006, para dispor sobre o monitoramento eletrônico como medida protetiva urgência e dá outras providências.	Câmara dos Deputados	Apensado ao PL 2748/2021	COORDENAÇÃO DE COMISSÕES PERMANENTES ( CCP ) Encaminhada à publicação. Publicação Inicial em avulso e no DCD de 13/04/2022 PAG 492. <b>12/04/2022.</b>
PL 884/2022	Alexandre Frota - PSDB/SP	Altera a Lei 8.742 de 7 de dezembro de 1993, para inserir o parágrafo 16 no artigo 20, que estabelece a possibilidade de crianças e adolescente, órfãos de mães vitimadas por Femicídio, serem incluídas no Benefício de prestação Continuada (BPC)	Câmara dos Deputados	Apensado ao PL 3781/2021	Previdência, Assis. Social, Infância, Adolescência e Família ( CPASF ) Designada Relatora, Dep. Flávia Moraes (PDT-GO), para o PL 1437/2021, ao qual esta proposição está apensada. <b>12/03/2024</b>
PL 885/2022	Alexandre Frota - PSDB/SP	Altera a Lei 8.213 de 24 de julho de 1991, para inserir o parágrafo 7º no artigo 74, que estabelece a possibilidade de crianças e adolescente, órfãos de mães vitimadas por Femicídio, recebam pensão por morte.	Câmara dos Deputados	Apensado ao PL 3781/2021	Previdência, Assis. Social, Infância, Adolescência e Família ( CPASF ) Designada Relatora, Dep. Flávia Moraes (PDT-GO), para o PL 1437/2021, ao qual esta proposição está apensada. <b>12/03/2024</b>
PL 901/2022	José Nelto – PP/GO	Institui o programa "Tempo de evoluir".	Câmara dos Deputados	Apensado ao PL 4147/2021	Constituição e Justiça e de Cidadania ( CCJC ) Designada Relatora, Dep. Laura Carneiro (PSD-RJ), para o PL 4147/2021, ao qual esta proposição está apensada. <b>09/11/2023</b>

PL 993/2022	Alexandre Frota – PSDB/SP	Altera a Lei nº 11.340, de 7 de agosto de 2006 – Lei Maria da Penha– para garantir o direito à cirurgia plástica reparadora, no âmbito do Sistema Único de Saúde, às transexuais e transgêneros vítima de violência doméstica da qual tenham resultado sequelas físicas.	Câmara dos Deputados	Apensado ao PL 8032/2014	Direitos Humanos, Minorias e Igualdade Racial ( CDHMR ) Recebimento pela CDHM. <b>06/05/2022</b>
PL 976/2022	Maria do Rosário - PT/RS , Rejane Dias - PT/PI , Professora Rosa Neide - PT/MT , Gleisi Hoffmann - PT/PR , Natália Bonavides PT/RN , Luizianne Lins - PT/CE , Benedita da Silva - PT/RJ , Erika Kokay - PT/DF e outros	Institui pensão especial destinada às crianças e adolescentes filhas(os) de mães vítimas de feminicídio.	Câmara dos Deputados	Transformada na Lei Ordinária 14717/2023	Mesa Diretora ( MESA ) Recebido Ofício nº 1127/2023-SF que comunica restituição de autógrafo do PL 976/2022, sancionado. <b>07/11/2023</b>
PL 994/2022	Alexandre Frota – PSDB/SP	Dispõe sobre o atendimento nas delegacias da mulher em todo o país para pessoas transgêneros e dá outras providências.	Câmara dos Deputados	Apensado ao PL 842/2022	Plenário ( PLEN ) Apresentação do REQ n. 1774/2023 (Requerimento de Desapensação), pela Deputada Erika Hilton (PSOL/SP -Fdr PSOL-REDE), que "Requer a desapensação do Projeto de Lei nº 1058/2023". <b>26/05/2023</b>
PL 1156/2022	Danilo Cabral – PSB/PE	Dispõe sobre a inclusão da mulher vítima de violência doméstica entre os beneficiários do Benefício de Prestação Continuada (BPC).	Câmara dos Deputados	Apensado ao PL 6437/2019	Mesa Diretora ( MESA )Apense-se a este(a) o(a) PL-2024/2023. <b>30/05/2023.</b>
PL 1157/2022	Danilo Cabral – PSB/PE	Dispõe sobre a inclusão da mulher vítima de violência doméstica entre os beneficiários do Benefício de Prestação Continuada (BPC).	Câmara dos Deputados	Devolvida ao Autor	COORDENAÇÃO DE COMISSÕES PERMANENTES ( CCP ) Encaminhada à publicação. Publicação Inicial no DCD de 28/05/2022 PAG 90 <b>27/05/2022</b>
PL 1190/2022	José Netto – PP/GO	Dispõe sobre a obrigatoriedade de ensino de noções básicas da Lei Maria da Penha, no âmbito das escolas públicas.	Câmara dos Deputados	Apensado ao PL 6355/2016	COORDENAÇÃO DE COMISSÕES PERMANENTES ( CCP ) Encaminhada à publicação. Publicação Inicial em avulso e no DCD de 19/05/2022. <b>18/05/2022</b>
PL 1213/2022	Carla Dickson - UNIÃO/RN , Ossesio Silva - REPUBLIC/PE , Maria Rosas - REPUBLIC/SP , Rosângela Gomes - REPUBLIC/RJ e outros	Altera a Lei nº 14.149, de 5 de maio de 2021, para dispor sobre a aplicação obrigatória do Formulário Nacional de Avaliação de Risco no âmbito das Polícias Cíveis dos Estados e do Distrito Federal.	Câmara dos Deputados	Aguardando Envio ao Senado Federal	Mesa Diretora ( MESA ) Apresentação do autógrafo. Inteiro teor Remessa ao Senado Federal por meio do Of. nº 297/2023/SGM-P. <b>12/12/2023</b>
PL 1214/2022	Carla Dickson - UNIÃO/RN , Ossesio Silva - REPUBLIC/PE , Maria Rosas - REPUBLIC/SP , Rosângela Gomes - REPUBLIC/RJ e outros	Altera a Lei nº 11.340, de 7 de agosto de 2006 (Lei Maria da Penha), para prever a comunicação obrigatória pela autoridade policial sobre o descumprimento das medidas protetivas de urgência ao juiz no prazo de 24 (vinte e quatro) horas e dá outras providências.	Câmara dos Deputados	Aguardando Designação de Relator na Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania (CCJC)	Constituição e Justiça e de Cidadania ( CCJC ) Apresentação do PRL n. 1 CCJC (Parecer do Relator), pela Deputada Maria Arraes (SOLIDARI/PE). Inteiro teor Parecer da Relatora, Dep. Maria Arraes (SOLIDARI-PE), pela constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa deste e do Substitutivo da Comissão de Segurança Pública e Combate ao Crime Organizado. <b>18/06/2024</b>
PL 1292/2022	Luis Miranda – REPUBLIC/DF	Institui a pensão especial a ser concedida a dependentes com idade de até 21 (vinte e um) anos, órfãos em razão do crime de feminicídio tipificado no art. 121, § 2º, inciso VI, do Código Penal (Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940).	Câmara dos Deputados	Apensado ao PL 3781/2021	Previdência, Assis. Social, Infância, Adolescência e Família ( CPASF ) Designada Relatora, Dep. Flávia Moraes (PDT-GO), para o PL 1437/2021, ao qual esta proposição está apensada. <b>12/03/2024</b>
PL 1299/2022	Cleber Verde – REPUBLIC/MA	Altera a Lei nº 11.340, de 7 de agosto de 2006, que cria mecanismos para coibir a violência doméstica e familiar contra a mulher, nos termos do § 8º do art. 226 da Constituição Federal, da Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra as Mulheres; e dá outras providências, acrescentando § ao art.9º	Câmara dos Deputados	Aguardando Designação de Relator na Comissão de Defesa dos Direitos da Mulher (CMULHER)	Defesa dos Direitos da Mulher ( CMULHER ) Apresentação do PRL n. 2 CMULHER (Parecer do Relator), pela Deputada Silvyne Alves (UNIÃO/GO). Inteiro teor Parecer da Relatora, Dep. Silvyne Alves (UNIÃO-GO), pela aprovação do Projeto de Lei nº 1299/2022, e dos PLs 4226/2023 e 5037/2023, apensados, com Substitutivo. <b>08/07/2024</b>

PL 1350/2022	Eduardo da Fonte – PP/PE	Altera o Código Penal e a Lei Maria da Penha, para estabelecer novas penas ao crime de lesão corporal gravíssima contra a mulher que resulte em marca permanente, e dá outras providências.	Câmara dos Deputados	Aguardando Designação de Relator na Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania (CCJC)	Constituição e Justiça e de Cidadania ( CCJC ) (Instalação da Comissão) A Relatora, Dep. Rosângela Moro, não integrava a Comissão na data da instalação (deixou de ser membro em 04/02/2024) <b>06/03/2024</b>
PL 1371/2022	Alexandre Frota – PSDB/SP	Dispõe sobre a alteração da Lei de nº 8.036, de 11 de maio de 1990 e da Lei nº 11.340, de 7 de agosto de 2006, para possibilitar e tornar facultativo o saque do FGTS à mulher trabalhadora vítima de violência doméstica.	Câmara dos Deputados	Apensado ao PL 1379/2019	Defesa dos Direitos da Mulher (CMULHER) Recebimento pela CMULHER. <b>30/05/2022.</b>
PL 1411/2022	José Medeiros - PL/MT , Pastor Gil – PL/MA	Estabelece que a aplicação da Lei Maria da Penha independe do sexo do agressor, além de estender a proteção à vítima do sexo masculino na hipótese em que restar comprovada sua vulnerabilidade perante o agressor.	Câmara dos Deputados	Apensado ao PL 2030/2015	Saúde ( CSAUDE ) Recebimento pela CSSF. <b>01/06/2022.</b>
PL 1500/2022	José Nelto – PP/GO	Dispõe sobre assegurar às vítimas de violência doméstica e familiar o direito à comunicação prévia quando do relaxamento de medida de privação de liberdade ou de medida protetiva de urgência aplicada contra quem deu causa à violência e dá outras providências.	Câmara dos Deputados	Aguardando Parecer do Relator na Comissão de Defesa dos Direitos da Mulher (CMULHER)	Mesa Diretora ( MESA ) Apense-se a este(a) o(a) PL-450/2024. Inteiro teor Apense-se a este(a) o(a) PL-640/2024. <b>12/03/2024</b>
PL 1517/2022	Maria do Rosário - PT/RS	Acrescenta ao inciso II, do art. 9º, da Lei 11.340/2006 a garantia do auxílio por incapacidade temporária enquanto vigorar a necessidade de afastamento do local de trabalho para a vítima de Violência Doméstica com Medidas Protetivas de Urgência deferidas e acrescenta parágrafo ao art. 59 da Lei 8.213/91 para a concessão do benefício do auxílio-doença para mulheres vítimas de violência doméstica que necessitem de afastamento do trabalho em razão de Medidas Protetivas de Urgência deferidas.	Câmara dos Deputados	Apensado ao PL 5678/2019	Trabalho ( CTAB ) Recebimento pela CTASP. <b>10/06/2022.</b>
PL 1591/2022	Capitão Alberto Neto - PL/AM	Estabelece medidas de proteção ao noticiante e ao denunciante da prática de violência doméstica e familiar contra a mulher e típica como crime a conduta de deixar de comunicá-la à autoridade pública.	Câmara dos Deputados	Aguardando Parecer do Relator na Comissão de Defesa dos Direitos da Mulher (CMULHER)	Defesa dos Direitos da Mulher ( CMULHER ) Apresentação do PRL n. 1 CMULHER (Parecer do Relator), pela Deputada Silvye Alves (UNIÃO/GO). Inteiro teor Parecer da relatora, Dep. Silvye Alves (UNIÃO-GO), pela aprovação. Inteiro teor <b>03/04/2024</b>
PL 1768/2022	Danilo Cabral – PSB/PE	Determina que as empresas concessionárias de serviço de transporte público de passageiros ofereçam cursos de formação para condutores, cobradores e fiscais, com vistas a orientar a conduta desses trabalhadores diante de situações de discriminação, racismo, violência doméstica e familiar, atos libidinosos e/ou crimes sexuais.	Câmara dos Deputados	Devolvida ao Autor	COORDENAÇÃO DE COMISSÕES PERMANENTES ( CCP ) Encaminhada à publicação. Publicação Inicial no DCD de 16/07/2022. <b>15/07/2022</b>
PL 1769/2022	Danilo Cabral – PSB/PE	Determina a divulgação e compartilhamento dos canais oficiais para denúncias de crimes de violência doméstica e familiar, em todos os sítios eletrônicos administrados pelo Poder Público.	Câmara dos Deputados	Apensado ao PL 4410/2021	Defesa dos Direitos da Mulher ( CMULHER ) Designada Relatora, Dep. Erika Kokay (PT-DF), para o PL 110/2021, ao qual esta proposição está apensada. <b>12/04/2024</b>
PL 1781/2022	Fábio Trad – PSD/MS	Altera o art. 22 da Lei nº 11.340, de 7 de agosto de 2006, para possibilitar ao juiz submeter o agressor à monitoração eletrônica e conceder à vítima o acesso à localização, a fim de dar maior efetividade ao cumprimento de medidas protetivas de urgência nos casos de prática de violência doméstica e familiar contra a mulher.	Câmara dos Deputados	Aguardando Designação de Relator na Comissão de Defesa dos Direitos da Mulher (CMULHER)	Mesa Diretora ( MESA ) Apresentação do autógrafa. Inteiro teor Remessa ao Senado Federal por meio do Of. nº 165/2024/PS-GSE. <b>10/05/2024</b>

PL 1890/2022	Tabata Amaral - PSB/SP Lídice da Mata - PSB/BA Rejane Dias - PT/PI Tereza Nelma - PSD/AL Sâmia Bomfim – PSOL/SP	Altera a Lei nº 11.340, de 7 de agosto de 2006 - Lei Maria da Penha, para facilitar a concessão de medida protetiva e torná-la irrevogável se tiver prazo.	Câmara dos Deputados	Aguardando Parecer do Relator na Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania (CCJC)	Mesa Diretora ( MESA ) Apresentação do REQ n. 4186/2023 (Requerimento de Urgência (Art. 155 do RICD)), pela Deputada Tabata Amaral (PSB/SP) e outros, que "Requer regime de urgência para apreciação do PL 1890/2022". 05/12/2023
PL 1906/2022	Samuel Moreira – PSDB/SP Pedro Vilela - PSDB/AL	Altera as Leis n.º 7.210, de 11 de julho de 1984 – Lei de Execução Penal, n.º 8.112, de 11 de dezembro de 1990 – Estatuto dos Servidores Públicos Cíveis da União e n.º 13.869, de 5 de setembro de 2019 – Lei de Abuso de Autoridade, para, cumprindo o disposto na Convenção Interamericana para Prevenir, Punir e Erradicar a Violência contra a Mulher e na Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra a Mulher, dos quais o Brasil é signatário, prever medidas que reforcem a prevenção e o combate à violência contra a mulher, inclusive em seu ambiente de trabalho.	Câmara dos Deputados	Aguardando Criação de Comissão Temporária pela MESA; Aguardando Criação de Comissão Temporária pela MESA	Plenário ( PLEN ) Apresentação do REQ n. 642/2024 (Requerimento de Desapensação), pela Deputada Delegada Ione (AVANTE/IG), que "Requer a desapensação do Projeto de Lei nº 3658/2023, que tramita conjuntamente com o PL n.º 1906/2022. ". 06/03/2024
PL 2014/2022	Carla Dickson – UNIÃO/RN Aline Sleutjes - PROS/PR, Nelho Bezerra - UNIÃO/CE e outros	Altera o artigo 7 inciso III da Lei nº11.340 de 7 de agosto de 2006, sobre o conceito de violência sexual.	Câmara dos Deputados	Aguardando Designação de Relator na Comissão de Defesa dos Direitos da Mulher (CMULHER)	Defesa dos Direitos da Mulher ( CMULHER ) Devolvida pelo Relator sem Manifestação. 17/05/2023
PL 2074/2022	Tabata Amaral - PSB/SP	Dispõe sobre a locação social de imóveis residenciais para famílias de baixa renda com o objetivo de reduzir o déficit habitacional.	Câmara dos Deputados	Apensado ao PL 2053/2021	Previdência, Assis. Social, Infância, Adolescência e Família ( CPASF ) Devolvida à Relatora, Dep. Clarissa Tércio (PP-PE), a pedido, para reesame do parecer, para o PL 2053/2021, ao qual esta proposição está apensada. 12/12/2023
PL 2103/2022	Carmen Zanotto - CIDADANIA/SC	Cria mecanismos para a prevenção e o enfrentamento da violência institucional e doméstica contra mulheres e da proteção das pessoas que comuniquem a violência.	Câmara dos Deputados	Aguardando Designação de Relator na Comissão de Defesa dos Direitos da Mulher (CMULHER)	COORDENAÇÃO DE COMISSÕES PERMANENTES ( CCP ) Encaminhada à publicação. Parecer da Comissão de Defesa dos Direitos da Mulher Publicado em avulso e no DCD de 11/07/2024, Letra A. 10/07/2024
PL 2126/2022	Eduardo Bolsonaro - PL/SP	Altera a Lei nº 10.826, de 22 de dezembro de 2003, para autorizar o porte de arma de fogo para as mulheres sob medida protetiva decretada por ordem judicial ou sob qualquer ação ou omissão baseada no sexo que lhe cause morte, lesão, sofrimento físico, sexual ou psicológico e dano moral ou patrimonial.	Câmara dos Deputados	Apensado ao PL 2747/2021	Defesa dos Direitos da Mulher (CMULHER ) Recebimento pela CMULHER. 09/08/2022
PL 2262/2022	Felipe Carreras – PSB/PE	Altera o Art. 8º da Lei nº 11.340, de 07 de agosto de 2006, para incluir a oferta de canais de atendimento à mulher em situação de violência doméstica e familiar.	Câmara dos Deputados	Pronta para Pauta na Comissão de Defesa dos Direitos da Mulher (CMULHER)	COORDENAÇÃO DE COMISSÕES PERMANENTES ( CCP ) Encaminhada à publicação. Parecer da Comissão de Defesa dos Direitos da Mulher Publicado em avulso e no DCD de 26/04/2024, Letra A. 25/04/2024
PL 2338/2022	Otoni de Paula – MDB/RJ	Altera a Lei nº 11.340, de 7 de agosto de 2006 (Lei Maria da Penha), para que ela se aplique a todos os tipos de violência contra a mulher, e não apenas aos casos de violência doméstica e familiar.	Câmara dos Deputados	Apensado ao PL 4286/2020	Previdência, Assis. Social, Infância, Adolescência e Família ( CPASF ) Designada Relatora, Dep. Laura Carneiro (PSD-RJ), para o PL 7163/2014, ao qual esta proposição está apensada. 10/12/2023 Mesa Diretora ( MESA )
PL 2345/2022	José Nelto – PP/GO	Estabelece que as empresas com 50 ou mais funcionários devem ofertar, semestralmente, palestras sobre o tema da violência doméstica.	Câmara dos Deputados	Aguardando Parecer do Relator na Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania (CCJC)	Apresentação do REQ n. 3319/2023 (Requerimento de Redistribuição), pelo Deputado Mário Heringer (PDT/MG), que "Requer revisão de despacho de distribuição do Projeto de Lei nº 2.345, de 2022, que "Estabelece que as empresas com 50 ou mais funcionários devem ofertar, semestralmente, palestras sobre o tema da violência doméstica", a fim de considerar a inclusão da Comissão de Trabalho (CT) para análise do mérito da matéria". 07/08/2023 Mesa Diretora ( MESA )
PL 4973/2020	Rose de Freitas - PODEMOS/ES	Altera o art. 38 da Lei nº 11.340, de 7 de agosto de 2006 (Lei Maria da Penha), para estabelecer que os órgãos de segurança pública deverão publicar mensalmente os dados relativos à violência doméstica e familiar contra a mulher.	Câmara dos Deputados	Aguardando Designação de Relator na Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania (CCJC)	Apresentação do REQ n. 4145/2023 (Requerimento de Urgência (Art. 155 do RICD)), pela Deputada Professora Goreth (PDT/AP) e outros, que "Requer, nos termos do art. 155 do Regimento Interno, urgência para o Projeto de Lei nº 4973/2020, de autoria da Senadora Rose de Freitas - MDB/ES, que "Altera a Lei nº 11.340, de 7 de agosto de 2006 (Lei Maria da Penha) para estabelecer que os órgãos de segurança pública deverão publicar mensalmente os dados relativos à violência doméstica e familiar contra a mulher" 29/11/2023

PL 2225/2021	Nilda Gondim - MDB/PB	Altera a Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente), para prever a prioridade na matrícula em creches para crianças em situação de violência doméstica, enquanto perdurar a Emergência em Saúde Pública de Importância Nacional (ESPIN) declarada em decorrência da pandemia causada pelo coronavírus SARS-CoV-2.	Câmara dos Deputados	Pronta para Pauta na Comissão de Previdência, Assistência Social, Infância, Adolescência e Família (CPASF)	COORDENAÇÃO DE COMISSÕES PERMANENTES ( CCP ) Encaminhada à publicação. Parecer da Comissão de Previdência, Assistência Social, Infância, Adolescência e Família Publicado em avulso e no DCD de 06/02/2024, Letra C. <b>05/02/2024</b>
PL 4147/2021	Wellington Fagundes PL/MT	Incentiva programas nacionais de atendimento ao homem, em caráter preventivo à violência contra as mulheres, para fins de equânime desenvolvimento humano, regional e social, nos termos da Convenção sobre a Eliminação de todas as Formas de Discriminação contra a Mulher - ONU e da Convenção Interamericana para Prevenir, Punir e Erradicar a Violência contra a Mulher, de Belém do Pará – OEA. De igual forma, instrumentaliza mecanismos em canais de assistência preventiva para fins de contenção à violência doméstica e familiar, nos termos do art. 226, §8º, da Constituição Federal, bem como arts. 1º, 8º, VIII, 35, IV da Lei 11.340/06.	Câmara dos Deputados	Aguardando Parecer do Relator na Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania (CCJC)	Constituição e Justiça e de Cidadania ( CCJC ) Apresentação do PRL n. 1 CCJC (Parecer do Relator), pela Deputada Laura Carneiro (PSD/RJ). Inteiro teor Parecer da Relatora, Dep. Laura Carneiro (PSD-RJ), pela constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa deste, dos Projetos de Lei nºs 2705/2021, 901/2022 e 2195/2023, apensados, com substitutivos, e da Emenda da Comissão de Defesa dos Direitos da Mulher. <b>21/12/2023</b>
PL 1604/2022	Senadora Simone Tebet (MDB/MS)	Altera a Lei nº 11.340, de 7 de agosto de 2006 (Lei Maria da Penha), para dispor sobre as medidas protetivas de urgência e estabelecer que a causa ou a motivação dos atos de violência e a condição do ofensor ou da ofendida não excluem a aplicação da lei.	Câmara dos Deputados	Transformada na Lei Ordinária 14550/2023	Mesa Diretora ( MESA ) Remessa do Ofício nº 180/2024/PS-GSE ao Senado Federal, informando restituição de autógrafo sancionado. <b>10/05/2024</b>
PL 54/2023	Marangoni - UNIÃO/SP	Acrescenta dispositivos à Lei nº 10.046, de 10 de janeiro de 2002 (Código Civil), para prever as hipóteses em que não é cabível o arbitramento de aluguel, pelo uso exclusivo de imóvel comum por um dos condôminos, em favor do coproprietário.	Câmara dos Deputados	Apensado ao PL 3498/2021	Mesa Diretora ( MESA ) Apense-se a este(a) o(a) PL-6001/2023. <b>20/12/2023</b>
PL 115/2023	Rubens Otoni - PT/GO	Veda a nomeação para cargos em comissão de pessoas que tenham sido condenadas pela Lei Federal nº 11.340, de 7 de agosto de 2006, e dá outras providências.	Câmara dos Deputados	Apensado ao PL 638/2022	Administração e Serviço Público ( CASP ) Recebimento pela CASP. <b>30/03/2023</b>
PL 116/2023	Rubens Otoni - PT/GO	Dispõe sobre a criação de selo de qualidade para empresa que não tenha dentre os seus administradores agressores de violência doméstica e familiar.	Câmara dos Deputados	Aguardando Designação de Relator na Comissão de Finanças e Tributação (CFT)	NAJUR(SGM) ( NAJUR(SGM) ) Devolução à Najur/SGM <b>19/06/2024</b>
PL 138/2023	Rubens Otoni - PT/GO	Inclui alínea c no inciso I do art. 92 do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 (Código Penal), para acrescentar a perda de cargo, emprego ou função pública como resultado da condenação no delito que especifica.	Câmara dos Deputados	Apensado ao PL 1742/2022	COORDENAÇÃO DE COMISSÕES PERMANENTES ( CCP ) Encaminhada à publicação. Publicação Inicial em avulso e no DCD de 30/03/2023 PAG 660 <b>29/03/2023</b>
PL 970/2023	Mário Heringer - PDT/MG	Acrescenta § 5º ao art. 22 da Lei nº 11.340, de 7 de agosto de 2006 – Lei Maria da Penha, para estabelecer a obrigatoriedade de acolhimento da medida referida no inciso II quando da aplicação de quaisquer das medidas previstas nas alíneas do inciso III, e dá outras providências.	Câmara dos Deputados	Apensado ao PL 5114/2013	Constituição e Justiça e de Cidadania ( CCJC ) Recebimento pela CCJC. <b>27/04/2023</b>

PL 2922/2022	Aureo Ribeiro - SOLIDARI/RJ	Altera a Lei nº 9.472, de 1997 para dispor sobre a obrigatoriedade de instalação, nos aparelhos de telefonia móvel homologados pela Agência Nacional de Telecomunicação (Anatel), de tecnologia que permita a sua localização em tempo real e o acionamento de autoridades competentes e familiares em caso de iminente ameaça de agressão ("botão de pânico").	Câmara dos Deputados	Pronta para Pauta no Plenário (PLEN)	Mesa Diretora ( MESA )  Apresentação do REQ n. 149/2024 (Requerimento de Inclusão de Matéria na Ordem do Dia), pelo Deputado Marangoni (UNIÃO/SP), que "Requer, nos termos regimentais, a inclusão do Projeto de Lei nº 2.922, de 2022, que "Altera a Lei nº 9.472, de 1997 para dispor sobre a obrigatoriedade de instalação, nos aparelhos de telefonia móvel homologados pela Agência Nacional de Telecomunicação (Anatel), de tecnologia que permita a sua localização em tempo real e o acionamento de autoridades competentes e familiares em caso de iminente ameaça de agressão ("botão de pânico")", na pauta da Ordem do Dia". Inteiro teor Apresentação do REQ n. 159/2024 (Requerimento de Inclusão de Matéria na Ordem do Dia), pelo Deputado Marangoni (UNIÃO/SP), que "Requer, nos termos regimentais, a inclusão do Projeto de Lei nº 2.922, de 2022, que "Altera a Lei nº 9.472, de 1997 para dispor sobre a obrigatoriedade de instalação, nos aparelhos de telefonia móvel homologados pela Agência Nacional de Telecomunicação (Anatel), de tecnologia que permita a sua localização em tempo real e o acionamento de autoridades competentes e familiares em caso de iminente ameaça de agressão ("botão de pânico")", na pauta da Ordem do Dia". <b>06/02/2024</b>
PLV 2/2023	Alice Portugal - PCdoB/BA	Institui o Programa de Prevenção e Enfrentamento ao Assédio Sexual e Demais Crimes Contra a Dignidade Sexual, e à Violência Sexual, no âmbito da administração pública direta e indireta, federal, estadual, distrital e municipal.	Câmara de Deputados	Transformado em Norma Jurídica	Apresentação do Projeto de Lei de Conversão n. 2/2023, pela Deputada Alice Portugal (PCdoB/BA), que "Institui o Programa de Prevenção e Enfrentamento ao Assédio Sexual e Demais Crimes Contra a Dignidade Sexual, e à Violência Sexual, no âmbito da administração pública direta e indireta, federal, estadual, distrital e municipal". Inteiro teor <b>07/03/2023</b>
PL 923/2023	Célio Silveira - MDB/GO	Altera a Lei nº 11.340, de 7 de agosto de 2006, para assegurar gratuidade no sistema de transporte público à vítima de violência doméstica para receber atendimento psicológico, social e/ou jurídico.	Câmara dos Deputados	Apensado ao PL 124/2020	Viação e Transportes ( CVT )  Devolvido ao Relator, Dep. Juninho do Pneu (UNIÃO-RJ), para reexame de parecer., para o PL 124/2020, ao qual esta proposição está apensada. <b>12/06/2024</b>
PL 460/2023	Fred Linhares - REPUBLIC/DF	Altera a Lei nº 11.340, de 7 de agosto de 2006, para criar o aluguel-social às mulheres vítimas de violência doméstica e familiar inscritas no Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal (CadÚnico).	Câmara dos Deputados	Aguardando Despacho do Presidente da Câmara dos Deputados	COORDENAÇÃO DE COMISSÕES PERMANENTES ( CCP ) Encaminhada à publicação. Publicação Inicial em avulso e no DCD de 31/03/2023. <b>30/03/2023</b>
PL 581/2023	Detinha - PL/MA	Institui a Campanha "Com a Força do Coração Lilás" nas Unidades de Ensino da Rede Pública e Privada, no âmbito nacional e determina disponibilizar no ato da matrícula do aluno, ficha de dados com o intuito de obter informações como medida de prevenção à violência doméstica e familiar e dá outras providências.	Câmara dos Deputados	Apensado ao PL 3154/2019	Mesa Diretora ( MESA )  Apresentação do REQ n. 1773/2024 (Requerimento de Desapensação), pela Deputada Detinha (PL/MA), que "Requer a desapensação do projeto de lei nº 581, de 2023, do projeto de lei nº 3.154, de 2019". <b>23/05/2024</b>
PL 12/2023	Duarte - PSB/MA	Dispõe sobre o Protocolo de Segurança para prevenção e identificação da prática de atos que atentem contra a liberdade sexual da mulher em locais de lazer e outros estabelecimentos destinados ao entretenimento.	Câmara dos Deputados	Apensado ao PL 3/2023	Mesa Diretora ( MESA )  Desapensação deste do PL nº 3, de 2023, principal, em face da declaração de prejudicialidade deste e do seu consequente arquivamento (Sessão Deliberativa Extraordinária de 1º/8/2023 - 18h - 123ª Sessão). <b>01/08/2023</b>
PL 951/2023	Marcos Pollon - PL/MS	Atribui presunção de efetiva necessidade para possuir e/ou portar armas de fogo de uso permitido por mulheres em situação de violência doméstica ou familiar ou situação de risco a integridade.	Câmara dos Deputados	Apensado ao PL 6278/2019	COORDENAÇÃO DE COMISSÕES PERMANENTES ( CCP ) Encaminhada à publicação. Publicação Inicial em avulso e no DCD de 26/04/2023. <b>25/04/2023</b>
PL 1058/2023	Erika Hilton - PSOL/SP	Dispõe sobre a obrigatoriedade da Central de Atendimento à Mulher (Disque 180) de garantir atendimento e encaminhamento especializado às mulheres transexuais e travestis vítimas de violência.	Câmara dos Deputados	Apensado ao PL 994/2022	Mesa Diretora ( MESA )  Apresentação do REQ n. 1774/2023 (Requerimento de Desapensação), pela Deputada Erika Hilton (PSOL/SP -Fdr PSOL-REDE), que "Requer a desapensação do Projeto de Lei nº 1058/2023 <b>26/05/2023</b>

PL 979/2023	Pompeo de Mattos - PDT/RS	Altera a Lei 13.105, de 16 de março de 2015, para conceder tramitação prioritária automática aos processos protocolados em qualquer juízo ou tribunal, cuja parte seja mulher vítima de violência física	Câmara dos Deputados	Apensado ao PL 6833/2017	Mesa Diretora ( MESA ) Apense-se a este(a) o(a) PL-478/2024. 12/03/2024
PL 684/2023	Ana Paula Lima - PT/SC	Institui a Política Nacional para o Sistema Integrado de Informações de Violência Contra a Mulher, denominado Observatório da Violência contra a Mulher e dá outras providências.	Câmara dos Deputados	Aguardando Parecer do Relator na Comissão de Defesa dos Direitos da Mulher (CMULHER)	Defesa dos Direitos da Mulher ( CMULHER ) Devolvida à Relatora, Dep. Ana Pimentel (PT-MG), para reexame. 13/06/2024
PL 3333/2020	Ricardo Barros (PP-PR)	O Projeto de Lei 3333/20 prevê absoluto sigilo para as informações constantes nos boletins de ocorrência e autos de processos no caso de denúncia de violência doméstica, inclusive em relação à identidade da vítima ou demais denunciantes	Câmara dos Deputados	Pronta para Pauta na Comissão de Defesa dos Direitos da Mulher (CMULHER)	Constituição e Justiça e de Cidadania ( CCJC ) Apresentação do PRL n. 2 CCJC (Parecer do Relator), pela Deputada Laura Carneiro (PSD/RJ). Inteiro teor Parecer da Relatora, Dep. Laura Carneiro (PSD-RJ), pela constitucionalidade, juridicidade, técnica legislativa e, no mérito, pela aprovação, na forma do Substitutivo da Comissão de Defesa dos Direitos da Mulher, com subemenda substitutiva. 26/09/2022
PL 1419/2019	Rose de Freitas - PODEMOS/ES	Altera a Lei nº 10.826, de 22 de dezembro de 2003 - Estatuto do Desarmamento -, para impedir a aquisição de arma de fogo por quem praticar violência doméstica e familiar contra a mulher.	Câmara de Deputados	Aguardando Designação de Relator na Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional (CREDN)	Relações Exteriores e de Defesa Nacional ( CREDN ) Designada Relatora, Dep. Fernanda Melchionna (PSOL-RS) 08/05/2024
PL 4973/2020	Rose de Freitas - PODEMOS/ES	Altera o art. 38 da Lei nº 11.340, de 7 de agosto de 2006 (Lei Maria da Penha), para estabelecer que os órgãos de segurança pública deverão publicar mensalmente os dados relativos à violência doméstica e familiar contra a mulher.	Câmara de Deputados	Aguardando Designação de Relator na Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania (CCJC)	Mesa Diretora ( MESA ) Apresentação do REQ n. 4145/2023 (Requerimento de Urgência (Art. 155 do RICD)), pela Deputada Professora Goreth (PDT/AP) e outros, que "Requer, nos termos do art. 155 do Regimento Interno, urgência para o Projeto de Lei nº 4973/2020, de autoria da Senadora Rose de Freitas - MDB/ES, que "Altera a Lei nº 11.340, de 7 de agosto de 2006 (Lei Maria da Penha) para estabelecer que os órgãos de segurança pública deverão publicar mensalmente os dados relativos à violência doméstica e familiar contra a mulher" 29/11/2023
PL 2325/2021	Z e n a i de Maia - PROS/RN	Altera o Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 (Código Penal), e o Decreto-Lei nº 3.689, de 3 de outubro de 1941 (Código de Processo Penal), para, respectivamente, excluir os crimes de violência doméstica e familiar contra a mulher e o feminicídio das circunstâncias atenuantes e redutoras de pena relacionadas à violenta emoção e à defesa de relevante valor moral ou social; e para vedar o uso da tese da legítima defesa da honra como argumento para absolvição, pelo tribunal do júri, de acusado de feminicídio.	Câmara de Deputados	Apensado ao PL 781/2021	Constituição e Justiça e Cidadania (CCJC) Recebimento pela CCJC. 16/08/2022
PL 1294/2023	Rogéria Santos - REPUBLIC/BA	Altera a Lei nº 12.258, de 15 de junho de 2010, que altera o Decreto-Lei no 2.848, de 7 de dezembro de 1940 (Código Penal), e a Lei no 7.210, de 11 de julho de 1984 (Lei de Execução Penal), para acrescentar a previsão de fiscalização por meio de monitoração eletrônica em acusados ou condenados nos casos de violência contra a mulher e/ou violência doméstica e familiar devendo estar interligado ao dispositivo do botão do pânico de proteção à mulher.	Câmara de Deputados	Apensado ao PL 553/2023	Constituição e Justiça e de Cidadania ( CCJC ) Designada Relatora da Redação Final, Dep. Fernanda Pessoa (UNIÃO-CE), para o PL 1781/2022, ao qual esta proposição está apensada. 13/03/2024
PL 1304/2023	Moses Rodrigues - UNIÃO/CE	Dispõe sobre a obrigatoriedade das delegacias possuírem atendimento humanizado às mulheres vítimas de violência doméstica e sexual com acolhimento de psicólogo e assistência social	Câmara de Deputados	Apensado ao PL 561/2023	Constituição e Justiça e de Cidadania ( CCJC ) Designada Relatora, Dep. Chris Tonietto (PL-RJ), para o PL 561/2023, ao qual esta proposição está apensada. 19/06/2024

PL 1319/2023	Lêda Borges - PSDB/GO	Cria o programa de capacitação de agentes comunitárias de saúde para realização de acolhimento a vítimas de violência doméstica, denominado "Capacitando Quem Acolhe" e dá outras providências.	Câmara de Deputados	Arquivada	Mesa Diretora ( MESA ) Desapensação deste do PL nº 309, de 2023, principal, em face da declaração de prejudicialidade deste e do seu consequente arquivamento (Sessão Deliberativa Extraordinária de 20/9/2023 - 13h55 - 180ª Sessão). <b>20/09/2023</b>
PL 1466/2023	Roseana Sarney - MDB/MA	Acresce dispositivos à Lei nº 11.340, de 7 de agosto de 2006, para agravar a violação das proibições e a penalidade decorrentes de reincidência no descumprimento de medidas protetivas	Câmara de Deputados	Apensado ao PL 782/2021	COORDENAÇÃO DE COMISSÕES PERMANENTES ( CCP ) Encaminhada à publicação. Publicação Inicial em avulso e no DCD de 16/05/2023. <b>15/05/2023</b>
PL 1419/2019	Rose de Freitas - PODEMOS/ES	Altera a Lei nº 10.826, de 22 de dezembro de 2003 - Estatuto do Desarmamento -, para impedir a aquisição de arma de fogo por quem praticar violência doméstica e familiar contra a mulher.	Câmara de Deputados	Aguardando Parecer do Relator na Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional (CREDN)	Relações Exteriores e de Defesa Nacional ( CREDN ) Designada Relatora, Dep. Fernanda Melchionna (PSOL-RS) <b>08/05/2024</b>
PL 2225/2021	Nilda Gondim - MDB/PB	Altera a Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente), para prever a prioridade na matrícula em creches para crianças em situação de violência doméstica, enquanto perdurar a Emergência em Saúde Pública de Importância Nacional (ESPIN) declarada em decorrência da pandemia causada pelo coronavírus	Câmara de Deputados	Aguardando Designação de Relator na Comissão de Saúde (CSAUDE)	COORDENAÇÃO DE COMISSÕES PERMANENTES ( CCP ) Encaminhada à publicação. Parecer da Comissão de Previdência, Assistência Social, Infância, Adolescência e Família Publicado em avulso e no DCD de 06/02/2024, Letra C. <b>05/02/2024</b>
PL 2889/2021	Nilda Gondim - MDB/PB	Altera a Lei nº 9.263, de 12 de janeiro de 1996, para dispor sobre regras que garantam a autonomia de escolha do método contraceptivo.	Câmara dos Deputados	Aguardando Designação de Relator na Comissão de Defesa dos Direitos da Mulher (CMULHER)	Previdência, Assis. Social, Infância, Adolescência e Família ( CPASF ) Designada Relatora, Dep. Chris Tonietto (PL-RJ) <b>10/05/2024</b>
PL 1416/2019	Pedro Lucas Fernandes - PTB/MA	Altera a Lei nº 9.615, de 24 de março de 1998, para garantir isonomia entre homens e mulheres com relação às premiações nas competições esportivas em que haja emprego de recursos públicos.	Senado Federal	Aguardando Apreciação pelo Senado Federal	Plenário ( PLEN ) Remessa ao Senado Federal por meio do Of. nº 24/2021/PS-GSE <b>28/04/2021</b>
PL 3897/2021	Randolfo Rodrigues - REDE	Altera a Lei nº 9.263, de 12 de janeiro de 1996, que trata do planejamento familiar, para facilitar o acesso damulher a procedimentos de esterilização cirúrgica	Câmara dos Deputados	Aguardando Designação de Relator na Comissão de Saúde (CSAUDE)	COMISSÃO DE SAÚDE (CSAUDE) Designado Relator, Dep. Diego Garcia (REPUBLIC-PR) <b>13/03/2024</b>
PL 6010/2019	Kátia Abreu - PDT/TO	Altera a Lei nº 11.340, de 7 de agosto de 2006 (Lei Maria da Penha), para determinar que, em casos de violência doméstica e familiar contra a mulher, a revogação da prisão preventiva e a liberação do agressor preso em flagrante por descumprir medida protetiva de urgência dependerão de laudo psicológico que verifique o grau de probabilidade de o agressor reincidir contra a ofendida ou outras mulheres.	Câmara dos Deputados	"COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE CIDADANIA (CCJC ) Designado Relator, Dep. Yury do Paredão (PL-CE) 11/05/2023"	COMISSÃO DE DEFESA DOS DIREITOS DA MULHER (CMULHER ) Recebimento pela CMULHER. <b>09/12/2019</b>
PL 10019/2018	Senado Federal - Pedro Taques - PDT/MT	Altera a Lei nº 11.340, de 7 de agosto de 2006 (Lei Maria da Penha), para dispor sobre a necessidade de realização de audiência de admoestação para a soltura de agressor em caso de revogação de prisão preventiva.	Câmara dos Deputados	Aguardando Designação - Aguardando Devolução de Relator que deixou de ser Membro	Constituição e Justiça e de Cidadania ( CCJC ) O Relator, Dep. Yury do Paredão, deixou de ser membro da Comissão <b>03/07/2023</b>
691/2023	Leo Prates - PDT/BA	Acrescenta o art. 41-A à Lei nº 11.340, de 7 de agosto de 2006, para proibir de prestar concursos públicos ou assumir cargos, empregos ou funções públicas, o condenado por crimes de violência sexual virtual contra mulher	Câmara dos Deputados	Apensado ao PL 291/2023	Administração e Serviço Público ( CASP ) Recebimento pela CASP. <b>25/04/2023</b>
PL 754/2023	Lídice da Mata - PSB/BA	Altera a Lei 4.117, de 27 de agosto de 1962, que institui o Código Brasileiro de Telecomunicações, para dispor sobre a divulgação de canais de atendimento à mulher vítima de violência na "Voz do Brasil".	Câmara dos Deputados	Aguardando Parecer do Relator na Comissão de Defesa dos Direitos da Mulher (CMULHER)	Mesa Diretora ( MESA ) Apresentação do AA n. 1 MESA (Autógrafo), pela Câmara dos Deputados. Inteiro teor Remessa ao Senado Federal por meio do Of. nº 31/2024/SGM-P. Inteiro teor <b>14/03/2024</b>

PL 901/2023	Benes Leocádio - UNIÃO/RN	Altera o art. 147 do Decreto-Lei nº 2.848 de 7 de dezembro de 1940 - Código Penal, para punir de forma mais rígida o crime de ameaça, quando cometido com violência doméstica e familiar contra a mulher.	Câmara dos Deputados	Apensado ao PL 5537/2019	Constituição e Justiça e de Cidadania ( CCJC ) Recebimento pela CCJC. <b>27/04/2023</b>
PL 912/2023	Rubens Pereira Júnior - PT/MA	Acrescenta §2º ao art. 322 do Decreto-Lei nº 3.689, de 3 de outubro de 1941, renumerando-se o atual parágrafo único, para prever a competência da autoridade judicial para arbitrar fiança nos casos de lesão corporal contra mulher vítima de violência doméstica.	Câmara dos Deputados	Apensado ao PL 6916/2017	Mesa Diretora ( MESA ) Apense-se a este(a) o(a) PL-2253/2023 <b>06/06/2023</b>
PL 2467/2022	Norma Ayub – PP/ES	Estabelece a eliminação do candidato de concurso público cuja certidão de antecedentes criminais atestar a condenação, por sentença condenatória transitada em julgado nos últimos 8 anos, pela prática dos crimes que relaciona.	Câmara dos Deputados	Devolvida ao Autor	COORDENAÇÃO DE COMISSÕES PERMANENTES ( CCP ) Encaminhada à publicação. Publicação Inicial no DCD de 06/10/2022. <b>05/10/2022</b>
PL 471/2023	Marangoni - UNIÃO/SP , Silvye Alves - UNIÃO/GO	Altera o inciso II do art. 226, do Decreto-lei nº 2.848, de 07 de dezembro de 1940 - Código Penal, para majorar a causa de aumento de pena nos crimes contra a liberdade sexual e aqueles envolvendo violência doméstica ou familiar contra a mulher.	Câmara dos Deputados	Apensado ao PL 554/2020	Plenário ( PLEN ) Designada Relatora, Dep. Alice Portugal (PCdoB-BA), para o PL 4749/2016, ao qual esta proposição está apensada. <b>05/12/2023</b>
PL 472/2023	Marangoni - UNIÃO/SP , Silvye Alves - UNIÃO/GO	Altera a Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002 (Código Civil), para impedir a prestação de alimentos ou a partilha de bens adquiridos na constância do casamento ou da união estável, em favor do cônjuge ou companheiro agressor.	Câmara dos Deputados	Apensado ao PL 4016/2021	Constituição e Justiça e de Cidadania ( CCJC ) Designada Relatora, Dep. Rosângela Moro (UNIÃO-SP), para o PL 1714/2021, ao qual esta proposição está apensada. <b>28/11/2023</b>
PL 539/2023	Bebeto - PP/RJ	Acrescenta art. 43-A à Lei nº 11.340, de 07 de agosto de 2006, para vedar aos condenados por crimes praticados com violência contra a mulher a participação em concursos públicos e inabilitá-los para o exercício de funções de confiança e cargos em comissão na Administração Pública.	Câmara dos Deputados	Apensado ao PL 291/2023	COORDENAÇÃO DE COMISSÕES PERMANENTES ( CCP ) Encaminhada à publicação. Publicação Inicial em avulso e no DCD de 27/04/2023. <b>26/04/2023</b>
PL 538/2023	Delegada Ione - AVANTE/MG	Inserir nova causa de aumento de pena na lesão corporal cometida no âmbito de violência doméstica ou por razões da condição do sexo feminino, quando praticada na presença física ou virtual de descendente ou de ascendente da vítima.	Câmara dos Deputados	Apensado ao PL 801/2021	Plenário ( PLEN ) Aprovado requerimento n. 1203/2023 da Sra. Delegada Ione que requer regime de urgência para apreciação do Projeto de Lei n.º PL 538/2023 que insere nova causa de aumento de pena na lesão corporal cometida no âmbito de violência doméstica ou por razões da condição do sexo feminino, quando praticada na presença física ou virtual de descendente ou de ascendente da vítima. Matéria aprovada na forma do Substitutivo ao Projeto de Lei nº 9.905, de 2018, da Comissão de Previdência, Assistência Social, Infância, Adolescência e Família (Sessão Deliberativa Extraordinária de 06/12/2023 - 13h55 - 261ª Sessão). Esta proposição e as demais apensadas ficam prejudicadas, na forma do art. 191, do RICD. <b>06/12/2023</b>
PL 543/2023	Denise Pessoa - PT/RS	Acrescenta art. 60-A à Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991 (Dispõe sobre os Planos de Benefícios da Previdência Social e dá outras providências.).	Câmara dos Deputados	Apensado ao PL 5388/2019	Trabalho ( CTAB ) Recebimento pela CTAB. <b>02/05/2023</b>

PL 558/2023	Delegada Adriana Accorsi - PT/GO	DETERMINA QUE SEJA DISPONIBILIZADO EM SITES E APLICATIVOS DE ÓRGÃOS PÚBLICOS UM ÍCONE DESTINADO A REALIZAÇÃO DE DENÚNCIAS RELACIONADAS AOS CRIMES COMETIDOS CONTRA MULHERES.	Câmara dos Deputados	Apensado ao PL 4410/2021	Defesa dos Direitos da Mulher ( CMULHER ) Designada Relatora, Dep. Erika Kokay (PT-DF), para o PL 110/2021, ao qual esta proposição está apensada. <b>12/04/2024</b>
PL560/2023	Delegada Adriana Accorsi - PT/GO	DISPÕE SOBRE A POLÍTICA DE PROTEÇÃO DAS MULHERES SURDAS, VÍTIMAS DE VIOLÊNCIA DOMÉSTICA E FAMILIAR A SEREM ATENDIDAS NAS DELEGACIAS DA MULHER POR PROFISSIONAIS HABILITADOS EM LÍNGUA BRASILEIRA DE SINAIS (LIBRAS)	Câmara dos Deputados	Apensado ao PL 4067/2019	Administração e Serviço Público ( CASP ) Designado Relator, Dep. Prof. Reginaldo Veras (PV-DF), para o PL 5995/2019 (Nº Anterior: PLS 155/2017), ao qual esta proposição está apensada. <b>08/05/2024</b>
PL 763/2023	Adriano do Baldy - PP/GO	Altera a Lei no 10.406, de 10 de janeiro de 2002 (Código Civil), para possibilitar a USUCAPIAÇÃO FAMILIAR ESPECIAL de pessoa vítima de violência doméstica, pessoa idosa ou pessoa com deficiência.	Câmara dos Deputados	Apensado ao PL 42/2023	Constituição e Justiça e de Cidadania ( CCJC ) Designada Relatora, Dep. Tabata Amaral (PSB-SP), para o PL 42/2023, ao qual esta proposição está apensada. <b>26/03/2024</b>
PL 766/2023	Marcos Pollon - PL/MS	Dispõe sobre a isenção do imposto sobre Produtos Industrializados (IP) na aquisição de armas de fogo para mulheres vítimas de violência doméstica ou que desempenhem atividade em período noturno.	Câmara dos Deputados	Apensado ao PL 3746/2021	COORDENAÇÃO DE COMISSÕES PERMANENTES ( CCP ) Encaminhada à publicação. Publicação Inicial em avulso e no DCD de 26/04/2023 PAG 675 <b>25/04/2023</b>
PL 779/2023	Camila Jara - PT/MS	Institui a Política Nacional de Proteção e Atenção aos Órfãos do Feminicídio.	Câmara dos Deputados	Apensado ao PL 112/2023	Previdência, Assis. Social, Infância, Adolescência e Família ( CPASF ) Designada Relatora, Dep. Flávia Moraes (PDT-GO), para o PL 1437/2021, ao qual esta proposição está apensada. <b>12/03/2024</b>
PL 869/2023	Maurício Carvalho - UNIÃO/RO	Altera a Lei nº 11.340, de 7 de agosto de 2006 – Lei Maria da Penha, para dispor sobre a aplicação das medidas protetivas de urgência por prazo indeterminado.	Câmara dos Deputados	Apensado ao PL 1890/2022	Constituição e Justiça e de Cidadania ( CCJC ) Designada Relatora, Dep. Chris Tonietto (PL-RJ), para o PL 1890/2022, ao qual esta proposição está apensada. <b>26/10/2023</b>
PL 892/2023	Sílvia Waiãpi - PL/AP	Inclui a dermopigmentação funcional como serviço assistencial complementar do Sistema Único de Saúde – SUS, em todo território nacional.	Câmara dos Deputados	Apensado ao PL 813/2022	Saúde ( CSAUDE ) Designado Relator, Dep. Delegado Paulo Bilynskyj (PL-SP), para o PL 813/2022, ao qual esta proposição está apensada. <b>23/04/2024</b>
PL 2553/2023	Silvye Alves - UNIÃO/GO	Dispõe da aplicação de multa ao agressor das vítimas de violência doméstica e familiar.	Câmara dos Deputados	Apensado ao PL 4560/2019	COORDENAÇÃO DE COMISSÕES PERMANENTES ( CCP ) Encaminhada à publicação. Publicação Inicial em avulso e no DCD de 04/07/2023. <b>03/07/2023</b>
PL 1056/2023	Fábio Macedo - PODE/MA	Altera a Lei nº 11.340, de 7 de agosto de 2006, para incluir a violência obstétrica como forma de violência doméstica e familiar, e garantir a assistência à saúde mental da mulher vítima desse tipo de violência.	Câmara dos Deputados	Apensado ao PL 422/2023	Educação ( CE ) Recebimento pela CE, apensado ao PL-422/2023 <b>27/04/2023</b>
1176/2023	Maurício Carvalho - UNIÃO/RO	Estabelece programa de incentivo à contratação de mulheres vítimas de violência doméstica	Câmara dos Deputados	Apensado ao PL 1740/2021	Defesa dos Direitos da Mulher ( CMULHER ) Designada Relatora, Dep. Rogéria Santos (REPUBLIC-BA), para o PL 10018/2018, ao qual esta proposição está apensada. <b>06/05/2024</b>
725/2023	Carol Dartora - PT/PR	Altera dispositivo da Lei nº 11.340, de 7 de agosto de 2006 (Lei Maria da Penha), e da Lei 9.784, de 29 de janeiro de 1999, para dispor sobre a tramitação prioritária dos processos administrativos que figurem como parte ou interessada a pessoa em situação de violência doméstica e familiar.	Câmara dos Deputados	Apensado ao PL 3876/2019	Constituição e Justiça e de Cidadania ( CCJC ) Devolvido ao Relator, Dep. Rubens Pereira Júnior (PT-MA), para o PL 3388/2008, ao qual esta proposição está apensada. <b>13/12/2023</b>
PL 200/2023	Delegado Bruno Lima - PP/SP , Delegado Matheus Laiola - UNIÃO/PR , Fred Costa - PATRIOTA/MG	Dispõe sobre a concessão de auxílio-aluguel às mulheres vítimas de violência doméstica, e dá outras providências.	Câmara dos Deputados	Apensado ao PL 4062/2020	COORDENAÇÃO DE COMISSÕES PERMANENTES ( CCP ) Encaminhada à publicação. Publicação Inicial em avulso e no DCD de 31/03/2023. <b>30/03/2023</b>
PL 945/2023	Professora Luciene Cavalcante - PSOL/SP	Altera a Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990 e Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 (Código Penal), para dispor sobre medidas protetivas à mulher servidora pública em situação de violência doméstica e familiar, prevendo a possibilidade de licença e remoção às vítimas e garantindo o acolhimento e instrução legal por meio da chefia imediata do órgão onde é lotada ou presta serviço, a fim de resguardar sua integridade física e psicológica e direitos trabalhistas e para constar como agravante o fato do autor do crime de violência doméstica ser funcionário público.	Câmara dos Deputados	Apensado ao PL 943/2023	Defesa dos Direitos da Mulher ( CMULHER ) Designada Relatora, Dep. Talíria Petrone (PSOL-RJ), para o PL 3475/2019, ao qual esta proposição está apensada. <b>06/05/2024</b>

PL 2856/2023	Jonas Donizette - PSB/SP	<b>Ementa</b> Estabelece que a configuração da violência doméstica independe de coabitação ou da condição de vulnerabilidade da ofendida, e veda a aplicação do princípio da insignificância nas infrações penais praticadas com violência doméstica e familiar contra a mulher.	Câmara dos Deputados	Apensado ao PL 9337/2017	Previdência, Assis. Social, Infância, Adolescência e Família ( CPASF ) Designada Relatora, Dep. Laura Carneiro (PSD-RJ), para o PL 7163/2014, ao qual esta proposição está apensada. 22/12/2023
PL 422/2023	Laura Carneiro - PSD/RJ	Dispõe sobre a violência obstétrica, e sobre o dever dos diversos Poderes dos entes da Federação de promover políticas públicas integradas para a sua prevenção e repressão, alterando a Lei nº 11.340, de 7 de agosto de 2006.	Câmara dos Deputados	Apensado ao PL 7633/2014	Educação ( CE ) Recebimento pela CE, apensado ao PL-7633/2014 27/04/2023
PL 437/2023	Delegada Katarina - PSD/SE	Altera a Lei nº 13.483, de 21 de setembro de 2017, e a Lei nº 13.999, de 18 de maio de 2020, para instituir linhas de crédito a microempresas e empresas de pequeno porte controladas e dirigidas por mulheres vítimas de violência doméstica e familiar.	Câmara dos Deputados	Apensado ao PL 1912/2022	Desenvolvimento Econômico ( CDE ) Recebimento pela CDE. 31/03/2023
PL 2791/2023	Pastor Gil - PL/MA	Dispõe sobre a obrigatoriedade de plataformas de streaming de vídeos na internet de divulgar campanhas educacionais de combate à violência escolar, violência doméstica, e dá outras providências.	Câmara dos Deputados	Aguardando Designação de Relator na Comissão de Previdência, Assistência Social, Infância, Adolescência e Família (CPASF)	Previdência, Assis. Social, Infância, Adolescência e Família ( CPASF ) A Relatora, Dep. Clarissa Tércio, deixou de ser membro da Comissão 01/07/2024 Pretário ( PLEN )
PL 2396/2023	Capitão Alberto Neto - PL/AM	Inserir nova causa de aumento de pena para o crime de violência doméstica praticado na presença física ou virtual de descendente ou de ascendente da vítima.	Câmara dos Deputados	Apensado ao PL 801/2021	Matéria aprovada na forma do Substitutivo ao Projeto de Lei nº 9.905, de 2018, da Comissão de Previdência, Assistência Social, Infância, Adolescência e Família (Sessão Deliberativa Extraordinária de 06/12/2023 - 13h55 - 261ª Sessão). Esta proposição e as demais apensadas ficam prejudicadas, na forma do art. 191, do RICD. 06/12/2023 Mesa Diretora ( MESA )
PL 950/2023	Erika Hilton - PSOL/SP	Institui a licença remunerada às vítimas de violência doméstica e familiar, "Licença Maria da Penha", e dá outras providências.	Câmara dos Deputados	Apensado ao PL 1510/2019	Apresentação do REQ n. 3662/2023 (Requerimento de Desapensação), pela Deputada Erika Hilton (PSOL/SP -Fdr PSOL-REDE), que "Requer a desapensação do Projeto de Lei nº 950/2023. 24/10/2023
PL 1750/2023	Luizianne Lins - PT/CE	Sugere alteração na Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, visando inserir entre as hipóteses de remoção a pedido a referente às mulheres que se encontrem em situação de violência doméstica e familiar.	Câmara dos Deputados		COORDENAÇÃO DE COMISSÕES PERMANENTES ( CCP ) Encaminhada à publicação. Publicação Inicial no DCD de 30/05/2023. 29/05/2023
PL 1479/2023	Yury do Paredão - PL/CE	Dispõe sobre a exposição na Internet dos agressores cadastrados por violência doméstica e familiar nos termos da Lei Maria da Penha.	Câmara dos Deputados	Apensado ao PL 1320/2019	COORDENAÇÃO DE COMISSÕES PERMANENTES ( CCP ) Encaminhada à publicação. Publicação Inicial em avulso e no DCD de 13/05/2023. 12/05/2023
PL 291/2023	Josenildo - PDT/AP	"Estabelece, no âmbito da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, restrições aplicáveis aos atos de nomeação para cargos em comissão e de designação para funções de confiança, bem como para inscrições em concursos públicos destinados ao provimento dos cargos que discrimina, contratação de empregado por empresa e dá outras providências."	Câmara dos Deputados	Apensado ao PL 638/2022	Mesa Diretora ( MESA ) Apense-se a este(a) o(a) PL-539/2023. 24/04/2023
PL 293/2023	Delegado Bruno Lima - PP/SP, Delegado Matheus Laiola - UNIÃO/PR	Institui a "Semana Nacional de Conscientização sobre a relação entre os maus-tratos aos animais e a violência doméstica (Teoria do Elo)", e dá outras providências.	Câmara dos Deputados	Aguardando Parecer do Relator na Comissão de Previdência, Assistência Social, Infância, Adolescência e Família (CPASF)	Constituição e Justiça e de Cidadania ( CCJC ) Apresentação do PRL n. 1 CCJC (Parecer do Relator), pela Deputada Laura Carneiro (PSD/RJ). Inteiro teor Parecer da Relatora, Dep. Laura Carneiro (PSD-RJ), pela constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa. 04/04/2023
309/2023	Maria Rosas - REPUBLIC/SP	Dispõe sobre a capacitação das equipes de saúde em procedimentos humanizados e qualificados de atenção a mulheres vítimas de violência.	Câmara dos Deputados	Aguardando Apreciação pelo Senado Federal	Mesa Diretora ( MESA ) Apresentação do Autógrafo. Inteiro teor Remessa ao Senado Federal por meio do Of. nº 214/2023/SGM-P. 21/09/2023

PL 311/2023	Maria Rosas - REPUBLIC/SP	Altera a Lei nº 11.340, de 7 de agosto de 2006 – Lei Maria da Penha, para dispor sobre o monitoramento eletrônico como meio de fiscalizar o cumprimento das medidas protetivas de urgência.	Câmara dos Deputados	Apensado ao PL 1781/2022	Mesa Diretora ( MESA ) Arquivado nos termos do art. 163, combinado com o §4º do art. 164 do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, em razão da aprovação do PL 1.781/2022. 26/04/2024
PL 553/2023	Maria Arraes - SOLIDARI/PE	Cria mecanismos para coibir a violência doméstica e familiar contra a mulher e dá outras providências, a fim de estabelecer a possibilidade de monitoração eletrônica do agressor e de utilização de sistema de alerta pela ofendida nas ocorrências de violência doméstica e familiar contra a mulher.	Câmara dos Deputados	Apensado ao PL 1781/2022	Mesa Diretora ( MESA ) Arquivado nos termos do art. 163, combinado com o §4º do art. 164 do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, em razão da aprovação do PL 1.781/2022. 26/04/2024
PL 331/2023	Maria Rosas - REPUBLIC/SP	Altera a Lei nº 11.340, de 7 de agosto de 2006, para instituir o programa de teleorientação em questões de gênero direcionada à população masculina.	Câmara dos Deputados	Retirado pelo Autor	COORDENAÇÃO DE COMISSÕES PERMANENTES ( CCP ) Encaminhada à publicação. Publicação Inicial no DCD de 26/04/2023 PAG 453 25/04/2023
PL 341/2023	Renata Abreu - PODE/SP	Dispõe sobre a comunicação compulsória às autoridades competentes, por parte dos condomínios residenciais, conjuntos habitacionais e congêneres sobre os casos de violência doméstica contra a mulher praticados em suas dependências comuns e privadas.	Câmara dos Deputados	Retirado pelo Autor	COORDENAÇÃO DE COMISSÕES PERMANENTES ( CCP ) Encaminhada à publicação. Publicação Inicial no DCD de 25/04/2023. 24/04/2023
PL 2024/2023	Denise Pessôa - PT/RS	Altera o Art. 1º, Art. 2º, I, alíneas "c" e "e" e Art. 20 e acrescenta Parágrafo Segundo ao Art. 2º à Lei 8.742, de 7 de dezembro de 1993, (Dispõe sobre a organização da Assistência Social e dá outras providências), para conceder benefício de prestação continuada às vítimas de violência doméstica.	Câmara dos Deputados	Apensado ao PL 1156/2022	COORDENAÇÃO DE COMISSÕES PERMANENTES ( CCP ) Encaminhada à publicação. Publicação Inicial em avulso e no DCD de 01/05/2023. 31/05/2023
PL 404/2023	Marx Beltrão - PP/AL	Altera o art. 22 da Lei nº 11.340, de 7 de agosto de 2006, para possibilitar ao juiz submeter o agressor à monitoração eletrônica e conceder à vítima o acesso à localização, a fim de dar maior efetividade ao cumprimento de medidas protetivas de urgência nos casos de prática de violência doméstica e familiar contra a mulher.	Câmara dos Deputados	Apensado ao PL 1781/2022	Mesa Diretora ( MESA ) Arquivado nos termos do art. 163, combinado com o §4º do art. 164 do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, em razão da aprovação do PL 1.781/2022. 26/04/2024
PL 409/2023	Yandra Moura - UNIÃO/SE	Dispõe sobre a garantia de implementação e funcionamento de casas de acolhimento da mulher vítima de violência e dá outras providências.	Câmara dos Deputados	Apensado ao PL 2618/2022	Defesa dos Direitos da Mulher ( CMULHER ) Recebimento pela CMULHER. 29/03/2023
PL 421/2023	Laura Carneiro - PSD/RJ	Altera o Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 (Código Penal), e a Lei nº 11.340, de 7 de agosto de 2006 (Lei Maria da Penha), a fim de aumentar o prazo para a vítima de violência doméstica oferecer representação criminal.	Câmara dos Deputados	Pronta para Pauta na Comissão de Defesa dos Direitos da Mulher (CMULHER)	Mesa Diretora ( MESA ) Apresentação do Autógrafo. Inteiro teor Remessa ao Senado Federal por meio do Of. nº 8/2024/PS-GSE. 08/02/2024
PL 1298/2023	Carlos Sampaio - PSDB/SP	Assegura às mulheres vítimas de violência doméstica e familiar o direito à realização gratuita, pelo Sistema Único de Saúde, de procedimento de micropigmentação paramédica ou de tatuagem para a correção, a atenuação ou a cobertura das cicatrizes deixadas pela violência física.	Câmara dos Deputados	Apensado ao PL 813/2022	Saúde ( CSAUDE ) Designado Relator, Dep. Delegado Paulo Bilynskyj (PL-SP), para o PL 813/2022, ao qual esta proposição está apensada. 23/04/2024
PL 371/2023	Márcio Marinho - REPUBLIC/BA	Altera a Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, para estabelecer a obrigatoriedade de os órgãos e entidades públicas exigirem que percentual mínimo da mão de obra responsável pela execução do objeto de contratos administrativos seja constituído por pessoas nas situações especificadas.	Câmara dos Deputados	Apensado ao PL 120/2022	Defesa dos Direitos da Mulher ( CMULHER ) Recebimento pela CMULHER, apensado ao PL-120/2022 23/05/2024
PL 381/2023	Marangoni - UNIÃO/SP, Silvy Alves - UNIÃO/GO	Altera a Lei nº 14.118, de 12 de janeiro de 2021, que institui o Programa Casa Verde e Amarela; altera a Lei nº 11.977, de 7 de julho de 2009, que dispõe sobre o Programa Minha Casa, Minha Vida – PMCMV, para dispor sobre a destinação de unidades habitacionais às mulheres vítimas de violência doméstica e familiar.	Câmara dos Deputados	Apensado ao PL 4016/2021	Constituição e Justiça e de Cidadania ( CCJC ) Designada Relatora, Dep. Rosângela Moro (UNIÃO-SP), para o PL 1714/2021, ao qual esta proposição está apensada. 28/11/2023
PL 573/2023	Daniela Reinehr - PL/SC	Cria a Política Nacional de Incentivo ao Empreendedorismo Feminino com vistas ao incentivo profissional e a inserção de mulheres no mercado de trabalho em combate à violência doméstica	Câmara dos Deputados	Apensado ao PL 1912/2022	Mesa Diretora ( MESA ) Apense-se a este(a) o(a) PL-1527/2024. 06/05/2024
PL 818/2023	Silvy Alves - UNIÃO/GO	Cria qualificadora para o crime de ameaça quando cometido no âmbito de violência doméstica e familiar contra a mulher, e cria causa de aumento de pena para o crime de violência psicológica contra a mulher para o caso em que o delito é cometido por meio da rede mundial de computadores.	Câmara dos Deputados	Apensado ao PL 5537/2019	Constituição e Justiça e de Cidadania ( CCJC ) Recebimento pela CCJC. 25/04/2023
PL 821/2023	Silvy Alves - UNIÃO/GO, Alfredo Gaspar - UNIÃO/AL	Altera o Decreto-Lei nº 3.689, de 03 de outubro de 1941 (Código de Processo Penal), para incluir nova hipótese de decretação da prisão preventiva.	Câmara dos Deputados	Apensado ao PL 5537/2019	Constituição e Justiça e de Cidadania ( CCJC ) Recebimento pela CCJC. 25/04/2023
PL 866/2023	Pedro Aihara - PATRIOTA/MG	Acrescenta dispositivo a Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990, e a Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, para vedar a contratação em entidades públicas e privadas de pessoas que tenham cometido crimes contra crianças e adolescentes.	Câmara dos Deputados	Apensado ao PL 165/2023	COORDENAÇÃO DE COMISSÕES PERMANENTES ( CCP ) Encaminhada à publicação. Publicação Inicial em avulso e no DCD de 26/04/2023 PAG 843 25/04/2023
PL 1604/2023	Lêda Borges - PSDB/GO	sta Lei altera a Lei nº 10.714, de 13 de agosto de 2003, para dispor sobre a divulgação ao público dos códigos de acesso telefônico destinados a atender denúncias de violência contra a mulher (Ligue 180) e de violações de direitos humanos (Disque 100).	Câmara dos Deputados	Apensado ao PL 110/2021	Defesa dos Direitos da Mulher ( CMULHER ) Designada Relatora, Dep. Erika Kokay (PT-DF), para o PL 110/2021, ao qual esta proposição está apensada. 19/04/2024

PL 1653/2023	Marangoni - UNIÃO/SP	Altera a Lei nº 14.541, de 3 de abril de 2023, que "Dispõe sobre a criação e o funcionamento ininterrupto de Delegacias Especializadas de Atendimento à Mulher" para incluir o atendimento a crianças e adolescentes nas delegacias da mulher.	Câmara dos Deputados	Aguardando Parecer do Relator na Comissão de Segurança Pública e Combate ao Crime Organizado (CSPCCO)	Previdência, Assis. Social, Infância, Adolescência e Família ( CPASF ) Recebimento pela CPASF. 19/06/2024
PL 1707/2023	Apensado ao PL 3876/2019	Dispõe sobre a tramitação prioritária dos processos administrativos e públicos em que figurem como parte ou pessoa interessada a vítima de violência doméstica e familiar contra mulher.	Câmara dos Deputados	Apensado ao PL 3876/2019	Constituição e Justiça e de Cidadania ( CCJC ) Devolvido ao Relator, Dep. Rubens Pereira Júnior (PT-MA), para o PL 3388/2008, ao qual esta proposição está apensada. 13/12/2023
PL 1807/2023	Antonio Carlos Rodrigues - PL/SP	Altera o art. 25 da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, para estabelecer reserva de 5% (cinco por cento) da mão de obra para egressos do sistema prisional e apenados em regime semiaberto e aberto, nas contratações de obras e serviços de engenharia e nas contratações de serviços contínuos com regime de dedicação exclusiva.	Câmara dos Deputados	Apensado ao PL 120/2022	Defesa dos Direitos da Mulher ( CMULHER ) Recebimento pela CMULHER, apensado ao PL-120/2022 23/05/2024
PL 1839/2023	Silvye Alves - UNIÃO/GO	Altera a Lei nº 13.935, de 11 de dezembro de 2019, para dispor sobre a obrigatoriedade de profissional da psicologia na rede pública e privada da educação básica.	Câmara dos Deputados	Apensado ao PL 1563/2021	Educação ( CE ) Designado Relator, Dep. Professor Alcides (PL-GO), para o PL 1616/2011, ao qual esta proposição está apensada. 23/11/2023
PL 1865/2023	Lincoln Portela - PL/MG	Altera a Lei nº 9.294, de 15 de julho de 1996, para dispor sobre a propaganda de bebidas alcoólicas nas emissoras de televisão.	Câmara dos Deputados	Apensado ao PL 217/2020	COORDENAÇÃO DE COMISSÕES PERMANENTES ( CCP ) Encaminhada à publicação. Publicação Inicial em avulso e no DCD de 25/05/2023. 24/05/2023
PL 1885/2023	Waldemar Oliveira - AVANTE/PE	Institui a Política Nacional de Prevenção e Combate à Violência nas Escolas.	Câmara dos Deputados	Apensado ao PL 1680/2023	Previdência, Assis. Social, Infância, Adolescência e Família ( CPASF ) Recebimento pela CPASF. 30/05/2023
PL 874/2023	Roberto Duarte - REPUBLIC/AC	Altera as Leis nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, e Lei 14.133, de 1º de Abril de 2021, para impedir a posse em concurso público ou contratação com a Administração Pública de pessoas que estejam sob medidas cautelares ou que tenham sido condenadas por crimes de Violência Doméstica, contra idosos ou contra Crianças e Adolescentes	Câmara dos Deputados	Apensado ao PL 2556/2021	COORDENAÇÃO DE COMISSÕES PERMANENTES ( CCP ) Encaminhada à publicação. Publicação Inicial em avulso e no DCD de 26/04/2023. 25/04/2023
PL 918/2023	Delegado Matheus Laiola - UNIÃO/PR , Silvye Alves - UNIÃO/GO , Marcelo Queiroz - PP/RJ	Altera a Lei nº 11.340, de 7 de agosto de 2006, para dispor sobre o direito de garantia de proteção e de segurança de vítimas de violência doméstica e de seus animais de estimação e dá outras providências.	Câmara dos Deputados	Aguardando Designação de Relator na Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável (CMADS)	Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável ( CMADS ) Prazo para Emendas ao Substitutivo (5 sessões a partir de 10/07/2024) 09/07/2024
PL 923/2023	Célio Silveira - MDB/GO	Altera a Lei nº 11.340, de 7 de agosto de 2006, para assegurar gratuidade no sistema de transporte público à vítima de violência doméstica para receber atendimento psicológico, social e/ou jurídico.	Câmara dos Deputados	Apensado ao PL 124/2020	Viação e Transportes ( CVT ) Devolvido ao Relator, Dep. Juninho do Pneu (UNIÃO-RJ), para reexame de parecer., para o PL 124/2020, ao qual esta proposição está apensada. 12/06/2024
PL 943/2023	Professora Luciene Cavalcante - PSOL/SP	Altera a Lei nº 11.340, de 7 de agosto de 2006 (Lei Maria da Penha), para dispor sobre medidas protetivas à mulher servidora pública em situação de violência doméstica e familiar, garantindo afastamento remunerado e acomodação em outra unidade para prestação de serviço, a fim de resguardar sua integridade física e psicológica.	Câmara dos Deputados	Apensado ao PL 3475/2019	Mesa Diretora ( MESA ) Apense-se a este(a) o(a) PL-945/2023. 11/05/2023
PL 955/2023	Marcos Pollon - PL/MS	Altera a lei nº 7.713, de 22 de dezembro de 1988.	Câmara dos Deputados	Aguardando Designação de Relator na Comissão de Finanças e Tributação (CFT)	Finanças e Tributação ( CFT ) Recebimento pela CFT. 10/11/2023
PL 977/2023	Delegado Paulo Bilynskyj - PL/SP	Altera a Lei 10.826, de 22 de dezembro de 2003, para incluir dispositivo que autorize mulheres sob medida protetiva decretada por ordem judicial portem arma de fogo.	Câmara dos Deputados	Apensado ao PL 4426/2020	COORDENAÇÃO DE COMISSÕES PERMANENTES ( CCP ) Encaminhada à publicação. Publicação Inicial em avulso e no DCD de 26/04/2023. 25/04/2023
PL 982/2023	Delegado Palumbo - MDB/SP	Altera o artigo 581 do Decreto-lei nº 3.689, de 3 de outubro de 1941 – Código de Processo Penal, para inserir o inciso XXVI que permitirá interpor recurso em face de decisão que indeferir medida protetiva de urgência, e altera o artigo 19 da Lei n. 11.340, de 7 de agosto de 2006, Lei Maria da Penha, para inserir a previsão de recurso em face de decisão que indeferir medida protetiva de urgência.	Câmara dos Deputados	Pronta para Pauta na Comissão de Defesa dos Direitos da Mulher (CMULHER)	Defesa dos Direitos da Mulher ( CMULHER ) Designada Relatora, Dep. Juliana Cardoso (PT-SP) 05/07/2024
PL 986/2023	Felipe Becari - UNIÃO/SP	Altera a Lei 14.133/2021 e a Lei 13.303/2016, para dispor sobre o impedimento de licitar e contratar com a União e seus entes, nos casos de violência contra a mulher e dá outras providências.	Câmara dos Deputados	Apensado ao PL 2556/2021	COORDENAÇÃO DE COMISSÕES PERMANENTES ( CCP ) Encaminhada à publicação. Publicação Inicial em avulso e no DCD de 27/04/2023. 26/04/2023
988/2023	Juliana Cardoso - PT/SP	Altera a Lei nº 10.778, de 2003, para dispor sobre o acompanhamento psicossocial às mulheres vítimas de violência; e altera a Lei nº 11.340, de 2006, Lei Maria da Penha, para ampliar as possibilidades de cuidado de seus dependentes a fim de proporcionar condições para obtenção de renda própria.	Câmara dos Deputados	Apensado ao PL 3180/2020	Previdência, Assis. Social, Infância, Adolescência e Família ( CPASF ) Recebimento pela CPASF, apensado ao PL-3180/2020 29/05/2024

PL 999/2023	Luizianne Lins - PT/CE	Institui o Protocolo Nacional de Segurança e Acolhimento às Vítimas de Violência Sexual em locais de entretenimento e lazer.	Câmara dos Deputados	Arquivada	Mesa Diretora ( MESA ) Desapensação deste do PL nº 3, de 2023, principal, em face da declaração de prejudicialidade deste e do seu consequente arquivamento (Sessão Deliberativa Extraordinária de 1º/8/2023 - 18h - 123ª Sessão). 04/08/2023
PL 1000/2023	Guilherme Uchoa - PSB/PE	Revoga o artigo 181 e altera os artigos 182 e 183 do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 (Código Penal), para dispor sobre a inaplicabilidade de escusas absolutórias aos crimes cometidos no âmbito da violência doméstica e familiar, cometidos contra mulher grávida, contra pessoa com deficiência mental e contra pessoa com deficiência visual ou auditiva.	Câmara dos Deputados	Aguardando Parecer do Relator na Comissão de Defesa dos Direitos da Mulher (CMULHER)	Defesa dos Direitos das Pessoas com Deficiência ( CPD ) Designado Relator, Dep. Aureo Ribeiro (SOLIDARI-RJ) 28/05/2024
PL 1005/2023	Célio Studart - PSD/CE	Altera o Art. 19 da Lei 11.340, de 7 de agosto de 2006, ao acrescentar o § 4º, que estabelece que as medidas protetivas serão despachadas pelo Juiz com prazo indeterminado.	Câmara dos Deputados	Apensado ao PL 869/2023	Constituição e Justiça e de Cidadania ( CCJC ) Designada Relatora, Dep. Chris Tonietto (PL-RJ), para o PL 1890/2022, ao qual esta proposição está apensada. 26/10/2023
PL 1006/2023	Cristiane Lopes - UNIÃO/RO	Altera a Lei nº 11.340, de 7 de agosto de 2006, para dispor sobre o monitoramento eletrônico como medida protetiva urgência e dá outras providências.	Câmara dos Deputados	Apensado ao PL 311/2023	Constituição e Justiça e de Cidadania ( CCJC ) Designada Relatora da Redação Final, Dep. Fernanda Pessoa (UNIÃO-CE), para o PL 1781/2022, ao qual esta proposição está apensada. 13/03/2024
PL 1037/2023	Rogéria Santos - REPUBLIC/BA	Altera a Lei nº 8.036, de 11 de maio de 1990, para permitir a movimentação da conta vinculada do trabalhador no FGTS para custear a manutenção, reparos, reforma, ampliação, conclusão e/ou melhoria em imóvel habitacional, comercial ou misto, prioritariamente, pertencente a trabalhadora responsável pelo grupo familiar e/ou responsável por família monoparental feminina, e/ou esteja em situação de vulnerabilidade, assim como, autorizar o saque do saldo do FGTS para a trabalhadora que for responsável pelo grupo familiar, pela família monoparental feminina, responsável legal ou que possua dependente com deficiência ou doença grave, gestante, parturiente, ou vítima de violência doméstica.	Câmara dos Deputados	Apensado ao PL 3863/2019	Designada Relatora, Dep. Delegada Katarina (PSD-SE), para o PL 6980/2017, ao qual esta proposição está apensada. Designada Relatora, Dep. Delegada Katarina (PSD-SE), para proferir Parecer em Plenário pela Comissão de Trabalho., para o PL 6980/2017, ao qual esta proposição está apensada. Designada Relatora, Dep. Delegada Katarina (PSD-SE), para proferir Parecer em Plenário pela Comissão de Finanças e Tributação., para o PL 6980/2017, ao qual esta proposição está apensada. Designada Relatora, Dep. Delegada Katarina (PSD-SE), para proferir Parecer em Plenário pela Comissão de Defesa dos Direitos da Mulher., para o PL 6980/2017, ao qual esta proposição está apensada. Designada Relatora, Dep. Delegada Katarina (PSD-SE), para proferir Parecer em Plenário pela Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania., para o PL 6980/2017, ao qual esta proposição está apensada. 07/11/2023
PL 1196/2023	Rosângela Moro - UNIÃO/SP	Aumenta a pena dos crimes de violência doméstica, de furto, de roubo e de estelionato praticados contra pessoa com deficiência.	Câmara dos Deputados	Apensado ao PL 5089/2016	Mesa Diretora ( MESA ) Apresentação do REQ n. 3245/2023 (Requerimento de Urgência (Art. 155 do RICD)), pela Deputada Rosângela Moro (UNIÃO/SP) e outros, que "Requer urgência nos termos do art. 155, do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, para apreciação do Projeto de Lei nº 1196/2023 20/09/2023
PL 1197/2023	Albuquerque - REPUBLIC/RR	Veda a acareação entre o acusado e a ofendida no caso de crime cometido com violência contra a mulher.	Câmara dos Deputados	Aguardando Designação de Relator na Comissão de Defesa dos Direitos da Mulher (CMULHER)	COORDENAÇÃO DE COMISSÕES PERMANENTES ( CCP ) Encaminhada à publicação. Parecer da Comissão de Defesa dos Direitos da Mulher Publicado em avulso e no DCD de 21/05/2024, Letra B. 20/05/2024
PL 1222/2023	Apensado ao PL 779/2023	Estabelece diretrizes para a instituição do Programa Órfãos do Feminicídio.	Câmara dos Deputados	Apensado ao PL 779/2023	Previdência, Assis. Social, Infância, Adolescência e Família ( CPASF ) Designada Relatora, Dep. Flávia Morais (PDT-GO), para o PL 1437/2021, ao qual esta proposição está apensada. 10/03/2024
PL 1244/2023	Ana Paula Lima - PT/SC	Altera a Lei nº 11.340, de 7 de agosto de 2006 – Lei Maria da Penha, para prever o atendimento da ocorrência de violência contra a mulher por policial militar feminina e dá outras providências	Câmara dos Deputados	Apensado ao PL 5203/2020	Constituição e Justiça e de Cidadania ( CCJC ) Recebimento pela CCJC, apensado ao PL-5203/2020 14/11/2023
PL 1562/2023	Laura Carneiro - PSD/RJ	Institui o Marco Regulatório Nacional do Acolhimento de Crianças e Adolescentes.	Câmara dos Deputados	Aguardando Parecer do Relator na Comissão de Previdência, Assistência Social, Infância, Adolescência e Família (CPASF)	Previdência, Assis. Social, Infância, Adolescência e Família ( CPASF ) Devolvida à Relatora, Dep. Andreia Siqueira (MDB-PA), para se manifestar quanto a emenda apresentada ao substitutivo. 06/06/2024
PL 1564/2023	Laura Carneiro - PSD/RJ	Institui o Marco Regulatório Nacional do Acolhimento de Crianças e Adolescentes.	Câmara dos Deputados		COORDENAÇÃO DE COMISSÕES PERMANENTES ( CCP ) Encaminhada à publicação. Publicação Inicial no DCD de 27/05/2023. 26/05/2023
PL 1567/2023	Duda Salabert - PDT/MG	Institui, em âmbito nacional, o "Maio Furta-Cor" como mês dedicado às ações de conscientização, incentivo ao cuidado e à promoção da saúde mental materna.	Câmara dos Deputados	Pronta para Pauta na Comissão de Defesa dos Direitos da Mulher (CMULHER)	COORDENAÇÃO DE COMISSÕES PERMANENTES ( CCP ) Encaminhada à publicação. Parecer da Comissão de Defesa dos Direitos da Mulher Publicado em avulso e no DCD de 14/12/2023, Letra A. 13/12/2023

PL 3048/2021	Leila Barros - CIDADANIA/DF	Altera o Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 (Código Penal), para aumentar as penas de crimes contra a honra cometidos contra a mulher, por razões da condição de sexo feminino.	Câmara dos Deputados	Pronta para Pauta na Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania (CCJC)	Constituição e Justiça e de Cidadania ( CCJC ) Apresentação do Parecer do Relator n. 1 CCJC, pela Deputada Laura Carneiro (PSD/RJ). Inteiro teor Parecer da Relatora, Dep. Laura Carneiro (PSD-RJ), pela constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa e, no mérito, pela aprovação. 24/04/2023
PL 3074/2023	Eriberto Medeiros - PSB/PE	Dispõe sobre a comunicação dos condomínios residenciais aos órgãos de segurança pública sobre a ocorrência ou indicio de violência com idosos em seu interior.	Câmara dos Deputados	Apensado ao PL 43/2022	Previdência, Assis. Social, Infância, Adolescence e Família ( CPASP ) Designada Relatora, Dep. Meire Serafim (UNIÃO-AC), para o PL 43/2022, ao qual esta proposição está apensada. 11/04/2023
PL 3878/2020	Capitão Alberto Neto - REPUBLIC/AM	Altera a Lei nº 13.667, de 17 de maio de 2018, para dispor sobre a prioridade no atendimento às mulheres em situação de violência doméstica ou familiar pelo Sistema Nacional de Emprego (Sine).	Câmara dos Deputados	Transformada na Lei Ordinária 14542/2023	Sanção (Presidência da República) Lei nº 14.542 de 03/04/2023 11/04/2023
PL 3258/2019	Daniella Ribeiro - PP/PB	Altera a Lei nº 12.587, de 3 de janeiro de 2012, para garantir a mulheres, idosos e pessoas com deficiência o direito de desembarcar fora dos locais de parada do transporte coletivo no período noturno.	Câmara dos Deputados	Aguardando Parecer do Relator na Comissão de Viação e Transportes (CVT)	Viação e Transportes ( CVT ) Designado Relator, Dep. Diego Andrade (PSD-MG) 15/04/2024
PL 12/2023	Duarte Jr. - PSB/MA	Dispõe sobre o Protocolo de Segurança para prevenção e identificação da prática de atos que atentem contra a liberdade sexual da mulher em locais de lazer e outros estabelecimentos destinados ao entretenimento.	Câmara dos Deputados	Arquivada	Mesa Diretora ( MESA ) Desapensação deste do PL nº 3, de 2023, principal, em face da declaração de prejudicialidade deste e do seu consequente arquivamento (Sessão Deliberativa Extraordinária de 1º/8/2023 - 18h - 123ª Sessão). 01/08/2023
PL 201/2023	Delegado Bruno Lima - PP/SP, Delegado Matheus Laiola - UNIÃO/PR, Fred Costa - PATRIOTA/MG	Dispõe sobre a prioridade das mulheres responsáveis pela unidade familiar, vítimas de violência doméstica e de baixa renda, na contratação de financiamentos habitacionais e nos programas de habitação de interesse social promovidos pelos Governos Federal, Estaduais e Municipais, e dá outras providências.	Câmara dos Deputados	Apensado ao PL 4692/2019	COORDENAÇÃO DE COMISSÕES PERMANENTES ( CCP ) Encaminhada à publicação. Publicação Inicial em avulso e no DCD de 31/03/2023 PAG 607 30/03/2023
PL 248/2023	Alex Manente - CIDADANIA/SP, Amom Mandel - CIDADANIA/AM	Dispõe sobre o Protocolo de Medidas de Segurança em Estabelecimentos de Lazer e similares, visando à proteção das mulheres em suas dependências	Câmara dos Deputados	Arquivada	Mesa Diretora ( MESA ) Desapensação deste do PL nº 3, de 2023, principal, em face da declaração de prejudicialidade deste e do seu consequente arquivamento (Sessão Deliberativa Extraordinária de 1º/8/2023 - 18h - 123ª Sessão). 01/08/2023
PL 403/2023	Fred Linhares - REPUBLIC/DF	Dispõe sobre a concessão de linha de crédito especial para a mulher vítima de violência doméstica e familiar, que esteja inscrita no Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal (CadÚnico)	Câmara dos Deputados	Apensado ao PL 4360/2021	Defesa dos Direitos da Mulher ( CMOCTER ) Designada Relatora, Dep. Socorro Neri (PP-AC), para o PL 4360/2021, ao qual esta proposição está apensada.
PL 2054/2023	Alberto Fraga - PL/DF	Altera a Lei nº 11.340, de 7 de agosto de 2006, para estabelecer medida de proteção à ofendida, e dá outras providências.	Câmara dos Deputados	Aguardando Designação de Relator na Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania (CCJC)	Constituição e Justiça e de Cidadania ( CCJC ) Apresentação do PRL n. 1 CCJC (Parecer do Relator), pela Deputada Lêda Borges (PSDB/GO -Fdr PSDB-CIDADANIA). Inteiro teor Parecer da Relatora, Dep. Lêda Borges (PSDB-GO), pela constitucionalidade, juridicidade, técnica legislativa e, no mérito, pela aprovação, na forma do Substitutivo da Comissão de Defesa dos Direitos da Mulher. 08/05/2024
PL 2164/2023	Lêda Borges - PSDB/GO	Altera a Lei nº 11.340, de 7 de agosto de 2006, para dispor sobre a capacitação dos servidores públicos que especifica quanto aos instrumentos de proteção aos direitos humanos das mulheres e das medidas de assistência à mulher em situação de violência doméstica e familiar e, ainda, assegurar licença remunerada à servidora pública, quando necessário o afastamento do local de prestação de serviço.	Câmara dos Deputados	Apensado ao PL 4530/2021	DAdministração e Serviço Público ( CASP ) Recebimento pela CASP, apensado ao PL-4530/2021 20/05/2024
PL 2195/2023	Nely Aquino - PODE/MG	Cria o Programa Tempo de Respeitar, que dispõe sobre a reflexão, conscientização e responsabilização dos autores de violência doméstica e grupos reflexivos de homens, e dá outras providências	Câmara dos Deputados	Apensado ao PL 901/2022	Constituição e Justiça e de Cidadania ( CCJC ) Designada Relatora, Dep. Laura Carneiro (PSD-RJ), para o PL 4147/2021, ao qual esta proposição está apensada. 09/11/2023
PL 2199/2023	Amaro Neto - REPUBLIC/ES	Altera o art. 16 da Lei nº 11.340, de 07 de agosto de 2006, para definir que todo o crime praticado no contexto de violência doméstica e familiar contra a mulher é de ação penal pública incondicionada	Câmara dos Deputados	Apensado ao PL 2217/2019	Constituição e Justiça e de Cidadania ( CCJC ) Recebimento pela CCJC. 05/06/2023

PL 2221/2023	Iza Arruda - MDB/PE	Dispõe acerca de salas de acolhimento exclusivas para mulheres vítimas de violência nos serviços de saúde próprios e os serviços privados contratados ou conveniados que integram o Sistema Único de Saúde.	Câmara dos Deputados	Aguardando Designação de Relator na Comissão de Saúde (CSAUDE)	Mesa Diretora ( MESA ) Recebido Ofício nº 165/2024-SF que comunica remessa à sanção do PL 2221/2023. <b>11/04/2024</b>
2253/2023	Rosângela Moro - UNIÃO/SP	Altera o Decreto-Lei nº 3.689, de 03 de outubro de 1941 - Código de Processo Penal, a fim de condicionar o arbitramento da fiança, nos crimes sujeitos à aplicação da Lei nº 11.340 de 7 de agosto de 2006 - Lei Maria da Penha, à decisão do juiz.	Câmara dos Deputados	Apensado ao PL 912/2023	COORDENAÇÃO DE COMISSÕES PERMANENTES ( CCP ) Encaminhada à publicação. Publicação Inicial em avulso e no DCD de 08/06/2023. <b>07/06/2023</b>
PL 2298/2023	Vinicius Carvalho - REPUBLIC/SP	Altera a Lei nº 11.340, de 7 de agosto de 2006 (Lei Maria da Penha) e a Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002 – (Código Civil), para prever prazo para a partilha de bens na ação de divórcio ou de dissolução de união estável proposta pela ofendida no Juizado de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher.	Câmara dos Deputados	Apensado ao PL 3244/2020	Defesa dos Direitos da Mulher ( CMULHER ) Designada Relatora, Dep. Laura Carneiro (PSD-RJ), para o PL 3244/2020, ao qual esta proposição está apensada. <b>06/12/2023</b>
PL 2426/2023	Aureo Ribeiro - SOLIDARI/RJ	Altera o Decreto-Lei nº 3.689, de 3 de outubro de 1941 (Código de Processo Penal) e a Lei n. 8.069, de 13 de julho de 1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA) para obrigar o Conselho Tutelar e a autoridade policial a informar ao juiz competente indícios de violência doméstica ou familiar cometida contra criança ou adolescente (“Lei Sophia de Jesus”).	Câmara dos Deputados	Aguardando Parecer do Relator na Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania (CCJC)	Constituição e Justiça e de Cidadania ( CCJC ) Encerrado o prazo de 5 sessões para apresentação de emendas ao substitutivo (de 19/12/2023 a 19/03/2024). Não foram apresentadas emendas ao substitutivo. <b>19/03/2024</b>
PL 2437/2023	Lêda Borges - PSDB/GO	Altera a Lei n.º 11.340, de 7 de agosto de 2006 (Lei Maria da Penha), para suspender, por cento e oitenta dias, a exigibilidade das operações de crédito contratadas por mulher de baixa renda em situação de violência doméstica e familiar.	Câmara dos Deputados	Apensado ao PL 403/2023	Defesa dos Direitos da Mulher ( CMULHER ) Designada Relatora, Dep. Socorro Neri (PP-AC), para o PL 4360/2021, ao qual esta proposição está apensada. <b>05/07/2024</b>
PL 2454/2023	Fausto Santos Jr. - UNIÃO/AM	Altera a Lei nº 11.340, de 7 de agosto de 2006, para dispor sobre a revogação de medidas protetivas.	Câmara dos Deputados	Apensado ao PL 1025/2021	COORDENAÇÃO DE COMISSÕES PERMANENTES ( CCP ) Encaminhada à publicação. Publicação Inicial em avulso e no DCD de 21/06/2023. <b>20/06/2023</b>
PL 2521/2023	Saullo Vianna - UNIÃO/AM	Altera o art. 45 da Lei nº 10.741 de 1º de outubro de 2003, que dispõe sobre o Estatuto da Pessoa Idosa e dá outras providências.	Câmara dos Deputados	Apensado ao PL 4316/2020	Constituição e Justiça e de Cidadania ( CCJC ) Designado Relator, Dep. Zé Haroldo Cathedral (PSD-RR), para o PL 4253/2019, ao qual esta proposição está apensada. <b>22/04/2024</b>
PL 2552/2023	Fred Linhares - REPUBLIC/DF	Altera a Lei nº 11.340, de 7 de agosto de 2006, que cria mecanismos para coibir a violência doméstica e familiar contra a mulher, para estabelecer a obrigação de o agressor ressarcir as despesas decorrentes do acionamento do serviço público para atender à mulher vítima de violência e o pagamento de multa, a ser aplicada segundo a capacidade econômica do agressor e gravidade da infração.	Câmara dos Deputados	Apensado ao PL 4560/2019	COORDENAÇÃO DE COMISSÕES PERMANENTES ( CCP ) Encaminhada à publicação. Publicação Inicial em avulso e no DCD de 04/07/2023. <b>03/07/2023</b>
PL 2613/2023	Benes Leocádio - UNIÃO/RN	Altera a Lei nº 11.340, de 7 de agosto de 2006, para determinar a reserva de unidades habitacionais, em programas públicos ou subsidiados com recursos públicos, para atendimento de mulheres em situação de violência doméstica e familiar.	Câmara dos Deputados	Apensado ao PL 3290/2019	ACOORDENAÇÃO DE COMISSÕES PERMANENTES ( CCP ) Encaminhada à publicação. Publicação Inicial em avulso e no DCD de 04/07/2023. <b>03/07/2023</b>
PL 2668/2023	Rogéria Santos - REPUBLIC/BA	Cria o Programa Cartão Habitar Melhor e dá outras providências.	Câmara dos Deputados	Aguardando Designação de Relator na Comissão de Desenvolvimento Urbano (CDU)	COORDENAÇÃO DE COMISSÕES PERMANENTES ( CCP ) Encaminhada à publicação. Parecer da Comissão de Previdência, Assistência Social, Infância, Adolescência e Família Publicado em avulso e no DCD de 13/12/2023, Letra A. <b>12/12/2023</b>
PL 2736/2023	Lázaro Botelho - PP/TO	Estabelece a obrigatoriedade de submissão à monitoração eletrônica do agressor contra quem tiver sido aplicada medida protetiva de urgência em decorrência de violência doméstica e familiar contra a mulher.	Câmara dos Deputados	Apensado ao PL 1781/2022	Mesa Diretora ( MESA ) Arquivado nos termos do art. 163, combinado com o §4º do art. 164 do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, em razão da aprovação do PL 1.781/2022. <b>26/04/2024</b>
PL 2837/2023	Lêda Borges - PSDB/GO	Altera a Lei Maria da Penha para assegurar o trabalho remoto à mulher em situação de violência doméstica e familiar.	Câmara dos Deputados	Aguardando Designação de Relator na Comissão de Trabalho (CTRAB)	Trabalho ( CTRAB ) Encerrado o prazo de 5 sessões para apresentação de emendas ao projeto (de 19/06/2024 a 08/07/2024). Não foram apresentadas emendas. <b>08/07/2024</b>

PL 2738/2023	Marx Beltrão - PP/AL	Dispõe sobre a alteração da Lei de nº 8.036, de 11 de maio de 1990 e da Lei nº 11.340, de 7 de agosto de 2006, para tratar sobre o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), e torna facultativo o saque do FGTS à mulher trabalhadora vítima de violência doméstica.	Câmara dos Deputados	Apensado ao PL 1379/2019	Defesa dos Direitos da Mulher ( CMULHER ) Recebimento pela CMULHER. 04/07/2023
PL 2861/2023	Laura Carneiro - PSD/RJ	Institui o direito ao brincar, o brincar livre e a parentalidade positiva como estratégias intersetoriais de prevenção às violências contra crianças e altera a Lei nº 14.334 de 24 de maio de 2022.  Nova Ementa da Redação NOVA EMENTA: Institui a parentalidade positiva e o direito ao brincar como estratégias intersetoriais de prevenção à violência contra crianças; e altera a Lei nº 14.344, de 24 de maio de 2022.	Câmara dos Deputados	Aguardando Apreciação pelo Senado Federal	Mesa Diretora ( MESA ) Recebido Ofício nº 122/2024-SF que comunica restituição de autógráfo do PL 2861/2023, sancionado. 27/03/2024
PL 2887/2023	Carol Dartora - PT/PR , Welter - PT/PR	Dispõe sobre incentivos e benefícios para fomentar ações de enfrentamento à violência doméstica e de promoção dos direitos da mulher, e autoriza deduzir do imposto de renda devido pelas pessoas físicas e jurídicas as doações efetuadas aos fundos controlados pelos Conselhos Municipais, Estaduais e Nacional de Direitos da Mulher.	Câmara dos Deputados	Pronta para Pauta na Comissão de Defesa dos Direitos da Mulher (CMULHER)	COORDENAÇÃO DE COMISSÕES PERMANENTES ( CCP ) Parecer recebido para publicação. Encaminhada à publicação. Parecer da Comissão de Defesa dos Direitos da Mulher Publicado em avulso e no DCD de 07/05/2024, Letra A. 06/05/2024
PL 2897/2023	Florentino Neto - PT/PI	Altera o Decreto- Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 - Código Penal para acrescentar circunstâncias agravantes de pena do crime.	Câmara dos Deputados	Apensado ao PL 6284/2005	COORDENAÇÃO DE COMISSÕES PERMANENTES ( CCP ) Encaminhada à publicação. Publicação Inicial em avulso e no DCD de 07/07/2023. 06/07/2023
PL 2975/2023	Juliana Cardoso - PT/SP	<b>Ementa</b> Introduz a situação específica da mulher indígena na legislação de enfrentamento da violência e de promoção da saúde e da educação.  Nova Ementa da Redação NOVA EMENTA: Altera o Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 (Código Penal), e as Leis nºs 11.340, de 7 de agosto de 2006 (Lei Maria da Penha), 8.080, de 19 de setembro de 1990 (Lei Orgânica da Saúde), e 9.394, de 20 de dezembro de 1996 (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional), para incluir a mulher indígena na legislação de enfrentamento da violência e de promoção da saúde e da educação.	Câmara dos Deputados	Aguardando Apreciação pelo Senado Federal	Mesa Diretora ( MESA ) Apresentação do autógráfo. Inteiro teor Remessa ao Senado Federal por meio do Of. nº 258/2023/SGM-P. 08/11/2023
PL 3001/2023	Denise Pessoa - PT/RS	Inscribe o nome de Lélia de Almeida Gonzalez no Livro dos Heróis e Heroínas da Pátria.	Câmara dos Deputados	Pronta para Pauta na Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania (CCJC)	Constituição e Justiça e de Cidadania ( CCJC ) (Instalação da Comissão) A Relatora, Dep. Ana Pimentel, não integrava a Comissão na data da instalação (deixou de ser membro em 04/02/2024) 06/03/2024
PL 3200/2023	Rogéria Santos - REPUBLIC/BA	Altera a Lei nº 11.096 de 13 de janeiro de 2015 que institui o Programa Universidade para Todos - PROUNI, para permitir o aumento da renda familiar mensal per capita não exceda o valor de até 2 (dois) salários-mínimos e ½ (meio) e assegurar a prioridade na concessão de bolsas de estudo para estudantes que sejam mulheres e jovens vítimas de violência doméstica e intrafamiliar, assim como, as estudantes mulheres responsáveis por família monoparental feminina.	Câmara dos Deputados	Aguardando Designação de Relator na Comissão de Educação (CE)	Apresentação do PRL n. 1 CE (Parecer do Relator), pela Deputada Franciane Bayer (REPUBLIC/RS). Inteiro teor Parecer da Relatora, Dep. Franciane Bayer (REPUBLIC-RS), pela aprovação deste e do Projeto de Lei nº 3.201/2023, apensado, na forma do Substitutivo da Comissão de Defesa dos Direitos da Mulher. 27/06/2024
PL 3201/2023	Rogéria Santos - REPUBLIC/BA	Altera a Lei nº 10.260, de 12 de julho de 2001 para acrescentar a destinação prioritária do financiamento com recursos do Fies para estudantes mulheres e jovens vítimas de violência doméstica e intrafamiliar e estudantes mulheres responsáveis por família monoparental feminina.	Câmara dos Deputados	Apensado ao PL 3200/2023	Educação ( CE ) Designada Relatora, Dep. Franciane Bayer (REPUBLIC-RS), para o PL 3200/2023, ao qual esta proposição está apensada. 27/05/2024
PL 3251/2023	Yury do Paredão - PL/CE	Torna o feminicídio um crime autônomo e aumenta a pena a ele cominada.	Câmara dos Deputados	Apensado ao PL 4196/2020	Saúde ( CSAUDE ) Devolvida pelo Relator sem manifestação. 28/09/2023
3271/2023	Rogéria Santos - REPUBLIC/BA	Acrescenta e altera dispositivo da Lei nº 14.188, de 28 de julho de 2021, que define o programa de cooperação Sinal Vermelho contra a Violência Doméstica, para prever que a promoção e a realização do programa poderá ocorrer de forma presencial ou virtual.	Câmara dos Deputados	Apensado ao PL 4410/2021	Defesa dos Direitos da Mulher ( CMULHER ) Designada Relatora, Dep. Erika Kokay (PT-DF), para o PL 110/2021, ao qual esta proposição está apensada. 12/04/2024
PL 3350/2023	Ana Paula Lima - PT/SC	Determina a criação de plataforma digital de economia colaborativa para mães e mulheres, nos termos em que especifica, e altera a Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, que institui o Estatuto Nacional da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte e as Leis nos 14.457, de 21 de setembro de 2022, que institui o Programa Emprega + Mulheres e 14.533, de 11 de janeiro de 2023, que institui a Política Nacional de Educação Digital.	Câmara dos Deputados	Apensado ao PL 1912/2022	COORDENAÇÃO DE COMISSÕES PERMANENTES ( CCP ) Encaminhada à publicação. Publicação Inicial em avulso e no DCD de 03/08/2023. 02/08/2023
PL 3363/2023	Dandara - PT/MG	Altera a Consolidação das Leis do Trabalho - CLT, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, visando permitir a ausência da trabalhadora vítima de violência doméstica ou sexual para realização de boletim de ocorrência e exame de corpo de delito sem prejuízo do salário	Câmara dos Deputados	Apensado ao PL 6935/2013	COORDENAÇÃO DE COMISSÕES PERMANENTES ( CCP ) Encaminhada à publicação. Publicação Inicial em avulso e no DCD de 03/08/2023. 02/08/2023

PL 3470/2023	Iza Arruda - MDB/PE	Tipifica como crime o estupro marital.	Câmara dos Deputados	Aguardando Designação de Relator na Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania (CCJC)	COORDENAÇÃO DE COMISSÕES PERMANENTES ( CCP ) Encaminhada à publicação. Publicação Inicial em avulso e no DCD de 05/08/2023. <b>04/08/2023</b>
PL 3628/2023	Julia Zanatta - PL/SC	Altera o art. 147 do Código Penal Brasileiro - Decreto-lei no 2.848, de 7 de dezembro de 1940, para aumentar a pena do crime de ameaça e insere o § 1º, também do art. 147, para qualificar o crime de ameaça em situação de violência doméstica.	Câmara dos Deputados	Apensado ao PL 5537/2019	COORDENAÇÃO DE COMISSÕES PERMANENTES ( CCP ) Encaminhada à publicação. Publicação Inicial em avulso e no DCD de 10/08/2023. <b>09/08/2023</b>
PL 3689/2023	Dra. Alessandra Haber - MDB/PA	Altera o art. 19 da Lei nº 11.340, de 7 de agosto de 2006, para prever que as medidas protetivas de urgência tenham prazo mínimo de um ano.	Câmara dos Deputados	Apensado ao PL 869/2023	Constituição e Justiça e de Cidadania ( CCJC ) Designada Relatora, Dep. Chris Tonietto (PL-RJ), para o PL 1890/2022, ao qual esta proposição está apensada. <b>26/10/2023</b>
PL 3700/2023	Maria Rosas - REPUBLIC/SP	Altera a Consolidação das Leis do Trabalho e a Lei nº 11.340, de 7 de agosto de 2006, para dispor sobre a estabilidade provisória da empregada durante o período de vigência de medida protetiva de urgência.	Câmara dos Deputados	Aguardando Designação de Relator na Comissão de Trabalho (CTRAB)	Trabalho ( CTRAB ) Devolvida pela Relatora sem Manifestação. <b>04/04/2024</b>
PL 3705/2023	Ely Santos - REPUBLIC/SP	Dispõe sobre a criação do § 5º do art. 22 da Lei Nº 11.340, de 07 de agosto de 2006 (Lei Maria da Penha) possibilidade de requerimento da vítima de audiência nos juizados de violência doméstica, quando o juiz indeferir pedido de medidas protetivas.	Câmara dos Deputados	Apensado ao PL 982/2023	Defesa dos Direitos da Mulher ( CMULHER ) Designada Relatora, Dep. Juliana Cardoso (PT-SP), para o PL 982/2023, ao qual esta proposição está apensada. <b>05/07/2024</b>
PL 3728/2023	Fausto Santos Jr. - UNIÃO/AM	Altera o Decreto-Lei n. 2.848, de 7 de dezembro de 1940 - Código Penal, que define o crime de tráfico de pessoas.	Câmara dos Deputados	Apensado ao PL 10627/2018	COORDENAÇÃO DE COMISSÕES PERMANENTES ( CCP ) Encaminhada à publicação. Publicação Inicial em avulso e no DCD de 17/08/2023. <b>16/08/2023</b>
PL 3735/2023	Tabata Amaral - PSB/SP , Maria do Rosário - PT/RS	Altera a Lei nº 10.046, de 10 de janeiro de 2002, que institui o Código Civil, para proibir o casamento e união civil de menores de 18 (dezoito) anos.	Câmara dos Deputados	Apensado ao PL 404/2021	Constituição e Justiça e de Cidadania ( CCJC ) Recebimento pela CCJC, apensado ao PL-404/2021 <b>13/09/2023</b>
PL 3753/2023	Alberto Fraga - PL/DF	Altera a Lei nº 11.340, de 7 de agosto de 2006, para garantir à mulher vítima de violência doméstica alerta em tempo real de aproximação indevida do agressor, e dá outras providências.	Câmara dos Deputados	Apensado ao PL 1781/2022	Mesa Diretora ( MESA ) Arquivado nos termos do art. 163, combinado com o §4º do art. 164 do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, em razão da aprovação do PL 1.781/2022. <b>26/04/2024</b>
PL 3764/2023	Marcelo Lima - PSB/SP	Altera a Lei nº 11.340 de 7 de agosto de 2006, para assegurar transporte gratuito às vítimas de violência doméstica, seus dependentes e de testemunha de violência doméstica, nas hipóteses e condições em que se especifica.	Câmara dos Deputados	Aguardando Designação de Relator na Comissão de Viação e Transportes (CVT)	Viação e Transportes ( CVT ) Encerrado o prazo de 5 sessões para apresentação de emendas ao projeto (de 20/06/2024 a 08/07/2024). Não foram apresentadas emendas. <b>08/07/2024</b>

PL 3767/2023	Alfredinho - PT/SP	Altera a Lei nº 11.340, de 7 de agosto de 2006 – Lei Maria da Penha, para conceder auxílio transporte para a mulher em situação de violência doméstica.	Câmara dos Deputados	Apensado ao PL 3764/2023	Viação e Transportes ( CVT ) Designado Relator, Dep. Diego Andrade (PSD-MG), para o PL 3764/2023, ao qual esta proposição está apensada. <b>19/06/2024</b>
PL 3802/2023	Jeferson Rodrigues - REPUBLIC/GO	Acrescenta a alínea "d" ao inciso III do Art. 22 da Lei Maria da Penha.	Câmara dos Deputados	Aguardando Parecer do Relator na Comissão de Defesa dos Direitos da Mulher (CMULHER)	Defesa dos Direitos da Mulher ( CMULHER ) Prazo de Vista Encerrado <b>07/05/2024</b>
PL 3828/2023	Rubens Otoni - PT/GO	Inserir dispositivos na Lei 11.340 de 07 de agosto de 2006 para criar mecanismos complementares de proteção e defesa da mulher em situação de violência doméstica e familiar.	Câmara dos Deputados	Apensado ao PL 3097/2023	Constituição e Justiça e de Cidadania ( CCJC ) Designada Relatora da Redação Final, Dep. Fernanda Pessoa (UNIÃO-CE), para o PL 1781/2022, ao qual esta proposição está apensada. <b>13/03/2024</b> Plenário ( PLEN )
PL 3847/2023	Adail Filho - REPUBLIC/AM	Altera o art.129 do Código Penal, no intuito de aperfeiçoar as normas relativas à violência doméstica.	Câmara dos Deputados	Apensado ao PL 801/2021	Matéria aprovada na forma do Substituto ao Projeto de Lei nº 9.905, de 2018, da Comissão de Previdência, Assistência Social, Infância, Adolescência e Família (Sessão Deliberativa Extraordinária de 06/12/2023 - 13h55 - 261ª Sessão). Esta proposição e as demais apensadas ficam prejudicadas, na forma do art. 191, do RICD. <b>06/12/2023</b>
PL 3856/2023	Apensado ao PL 779/2023	Altera a Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990, que dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente, para tratar da garantia de atendimento prioritário à saúde mental de crianças órfãs em razão de feminicídio.	Câmara dos Deputados	Apensado ao PL 779/2023	Previdência, Assis. Social, Infância, Adolescência e Família ( CPASF ) Designada Relatora, Dep. Flávia Moraes (PDT-GO), para o PL 1437/2021, ao qual esta proposição está apensada. <b>12/03/2024</b>
PL 3858/2023	Delegada Ione - AVANTE/MG , Lêda Borges - PSDB/GO	Inserir o §2º no art. 114 da Lei n.º 7.210, de 11 de julho de 1984, que institui a Lei de Execução Penal, para tornar obrigatório o comparecimento do sentenciado a programas de recuperação e reeducação, para o ingresso no regime aberto, nos casos de violência doméstica e/ou familiar contra a mulher.	Câmara dos Deputados	Apensado ao PL 1906/2022	Mesa Diretora ( MESA ) Apresentação do REQ n. 642/2024 (Requerimento de Desapensação), pela Deputada Delegada Ione (AVANTE/MG), que "Requer a desapensação do Projeto de Lei nº 3858/2023, que tramita conjuntamente com o PL n.º 1906/2022. ". <b>06/03/2024</b>
PL 3874/2023	Max Lemos - PDT/RJ	Dispõe sobre a proibição de aquisição de posse e porte de armas de fogo e munições por indivíduo que tenha registro de agressão contra mulher em inquérito e processo judicial.	Câmara dos Deputados	Aguardando Designação de Relator na Comissão de Segurança Pública e Combate ao Crime Organizado (CSPCCO)	Segurança Pública e Combate ao Crime Organizado ( CSPCCO ) Designado Relator, Dep. Aluisio Mendes (REPUBLIC-MA) <b>10/04/2024</b>
PL 4043/2023	Célio Studart - PSD/CE	Altera a Lei n. 11.340, de 7 de agosto de 2006, para dispor sobre o direito da guarda provisória dos animais de estimação de vítimas de violência doméstica.	Câmara dos Deputados	Apensado ao PL 918/2023	Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável ( CMADS ) Designado Relator, Dep. Bruno Ganem (PODE-SP), para o PL 918/2023, ao qual esta proposição está apensada. <b>10/05/2024</b>
PL 4069/2023	Laura Carneiro - PSD/RJ	Institui mecanismos, ações e procedimentos para a prevenção, repressão e combate à violência política contra a mulher, e dá outras providências.	Câmara dos Deputados	Pronta para Pauta na Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania (CCJC)	Constituição e Justiça e de Cidadania ( CCJC ) Apresentação do PRL n. 2 CCJC (Parecer do Relator), pelo Deputado Ricardo Ayres (REPUBLIC/TO). Inteiro teor Parecer do Relator, Dep. Ricardo Ayres (REPUBLIC-TO), pela constitucionalidade, juridicidade, técnica legislativa e, no mérito, pela aprovação. <b>28/11/2023</b>
PL 4100/2023	Ely Santos - REPUBLIC/SP	Dispõe sobre a criação de casas-abrigos para acolhimento de mulheres vítimas de violência doméstica e seus dependentes na forma do inciso II do art. 35 da Lei Nº 11.340, de 7 de agosto de 2006 (Lei Maria da Penha)	Câmara dos Deputados	Aguardando Parecer do Relator na Comissão de Segurança Pública e Combate ao Crime Organizado (CSPCCO)	Segurança Pública e Combate ao Crime Organizado ( CSPCCO ) - 14:00 Reunião Deliberativa Extraordinária (semipresencial) Retirado de pauta, de ofício, em razão da relatora se encontrar em Missão Oficial. <b>18/06/2024</b>
PL 4125/2023	Marcos Tavares - PDT/RJ	Dispõe sobre a criação de cota para mulheres vítimas de violência doméstica e familiar, na aquisição de imóveis construídos pelos Programas Habitacionais de Interesse Social, financiados Poder Público.	Câmara dos Deputados	Apensado ao PL 3290/2019	COORDENAÇÃO DE COMISSÕES PERMANENTES ( CCP ) Encaminhada à publicação. Publicação Inicial em avulso e no DCD de 06/09/2023. <b>05/09/2023</b>
PL 4226/2023	Dilvanda Faro - PT/PA	Acrescenta o § 9º ao Art. 9º da Lei nº 11.340, de 7 de agosto de 2006 e o §3º ao Art. 387 do Decreto-lei nº 3.689, de 3 de outubro de 1941, para instituir a condenação do agressor ao pagamento de indenização pelo dano moral e patrimonial causado à vítima de violência no âmbito doméstico e familiar.	Câmara dos Deputados	Apensado ao PL 1299/2022	Defesa dos Direitos da Mulher ( CMULHER ) Devolvida à Relatora, Dep. Silvye Alves (UNIÃO-GO), para reexame., para o PL 1299/2022, ao qual esta proposição está apensada. <b>12/06/2024</b>

PL 4230/2023	Márcio Correa - MDB/GO	Altera a Lei nº 11.340, de 7 de agosto de 2006, para incentivar a geração de empregos e contratação de mulheres vítimas de violência doméstica.	Câmara dos Deputados	Apensado ao PL 1740/2021	Defesa dos Direitos da Mulher ( COWOMHER ) Designada Relatora, Dep. Rogéria Santos (REPUBLIC-BA), para o PL 10018/2018, ao qual esta proposição está apensada. <b>06/04/2024</b>
PL 4315/2023	Gervásio Maia - PSB/PB , Lídice da Mata - PSB/BA	Altera o art. 145 do Código Penal Brasileiro - Decreto-lei no 2.848, de 7 de dezembro de 1940, para acrescentar que nos crimes contra a honra, quando ocorrer em situação de violência doméstica, proceder-se-á mediante representação.	Câmara dos Deputados	Apensado ao PL 2217/2019	Mesa Diretora ( MESA ) Apresentação do REQ n. 3369/2023 (Requerimento de Desapensação), pelo Deputado Gervásio Maia (PSB/PB), que "Requer a desapensação do Projeto de Lei nº 4.315, de 2023, do Projeto de Lei nº 4.194, de 2019 e seus apensados". <b>03/10/2023</b>
PL 4381/2023	Célia Xakriabá - PSOL/MG	Regulamenta sobre procedimentos a serem adotados pelas delegacias de polícia e demais órgãos responsáveis para o atendimento de mulheres indígenas vítimas de violências, nas hipóteses de medidas protetivas de urgência previstas na Lei n.º 11.340/2006 e Decreto 11.431/2023.	Câmara dos Deputados	Aguardando Parecer do Relator na Comissão de Segurança Pública e Combate ao Crime Organizado (CSPCCO)	Amazônia e dos Povos Originários e Tradicionais ( CPOVOS ) Recebimento pela CPOVOS. <b>16/05/2024</b>
PL 4424/2023	Prof. Paulo Fernando - REPUBLIC/DF	Permite a dedução, no cálculo do Imposto de Renda devido por pessoas físicas ou jurídicas, das doações efetuadas a entidades ou organizações específicas de assistência social, sem fins lucrativos, que prestem atendimento a pessoas carentes, inclusive as pessoas com deficiência, mulheres vítimas de violência e famílias albergadas.	Câmara dos Deputados	Apensado ao PL 4285/2019	Finanças e Tributação ( CFT ) Designado Relator, Dep. Gilberto Abramo (REPUBLIC-MG), para o PL 4285/2019, ao qual esta proposição está apensada. <b>18/12/2023</b>
PL 4486/2023	Flavinha - MDB/MT	Dispõe sobre a criação da Patrulha Nacional de Prevenção à Violência Doméstica e Familiar contra Crianças e Adolescentes.	Câmara dos Deputados	Aguardando Parecer do Relator na Comissão de Segurança Pública e Combate ao Crime Organizado (CSPCCO)	Educação ( CE ) Prazo para Emendas ao Projeto (5 sessões a partir de 05/07/2024) <b>04/07/2024</b>
PL 4520/2023	Amanda Gentil - PP/MA	Altera a Lei nº 14.620, de 13 de julho de 2023, que dispõe sobre o Programa Minha Casa, Minha Vida, para contemplar projetos de melhoria habitacional que aperfeiçoem a habitabilidade e segurança de moradias ocupadas por mulheres vítimas de violência doméstica e familiar que estejam sob medida protetiva.	Câmara dos Deputados	Apensado ao PL 3290/2019	Mesa Diretora ( MESA ) Apresentação do REQ n. 4054/2023 (Requerimento de Desapensação), pela Deputada Amanda Gentil (PP/MA), que "Requer que o Projeto de Lei nº 4.520, de 2023, seja desapensado do Projeto de Lei nº 5.514, de 2005. ". <b>24/11/2023</b>
PL 4577/2023	Marcos Tavares - PDT/RJ	Dispõe sobre a criação da CASA DA MULHER para atendimentos de mulheres vítimas de violência em razão de gênero e dá outras providências.	Câmara dos Deputados	Apensado ao PL 4100/2023	Segurança Pública e Combate ao Crime Organizado ( CSPCCO ) Designada Relatora, Dep. Delegada Ione (AVANTE-MG), para o PL 4100/2023, ao qual esta proposição está apensada. <b>01/11/2023</b>
PL 4578/2023	Marcos Tavares - PDT/RJ	Institui o pagamento de Aluguel Social para mulheres vítimas de violência doméstica e dá outras providências.	Câmara dos Deputados	Apensado ao PL 4143/2020	COORDENAÇÃO DE COMISSÕES PERMANENTES ( CCP ) Encaminhada à publicação. Publicação Inicial em avulso e no DCD de 29/09/2023. <b>28/09/2023</b>
PL 4626/2023	Pedro Uczai - PT/SC	Cria o Programa de Segurança e Acolhimento à Mulher (PSAM).	Câmara dos Deputados	Apensado ao PL 3673/2023	Viação e Transportes ( CVT ) Designado Relator, Dep. Juninho do Pneu (UNIÃO-RJ), para o PL 3673/2023, ao qual esta proposição está apensada. <b>22/05/2024</b>

PL 4885/2023	Capitão Alberto Neto - PL/AM	Altera a Lei nº 10.826, de 22 de dezembro de 2003, para que amulher vítima de violência doméstica tenha direito e prioridade no processo de aquisição e porte de arma de fogo.	Câmara dos Deputados	Apensado ao PL 6278/2019	COORDENAÇÃO DE COMISSÕES PERMANENTES ( CCP ) Encaminhada à publicação. Publicação Inicial em avulso e no DCD de 27/10/2023. <b>26/10/2023</b>
PL 4972/2023	Dayany Bittencourt - UNIÃO/CE	Altera o Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940, Código Penal, para estabelecer medidas punitivas mais severas aos crimes de feminicídio e que envolvam violência doméstica e familiar, e dá outras providências.	Câmara dos Deputados	Apensado ao PL 2315/2020	COORDENAÇÃO DE COMISSÕES PERMANENTES ( CCP ) Encaminhada à publicação. Publicação Inicial em avulso e no DCD de 27/10/2023. <b>26/10/2023</b>
PL 4986/2023	Aguardando Parecer do Relator na Comissão de Defesa dos Direitos da Mulher (CMULHER)	ALTERA A LEI Nº 14.541, DE 3 DE ABRIL DE 2023, PARA PREVER SALAS DE APOIO 24 HORAS EM MUNICÍPIOS QUE NÃO DISPONHA DE DELEGACIA ESPECIALIZADA DE ATENDIMENTO À MULHER.	Câmara dos Deputados	Aguardando Parecer do Relator na Comissão de Defesa dos Direitos da Mulher (CMULHER)	Segurança Pública e Combate ao Crime Organizado ( CSPCCO ) Encerrado o prazo de 5 sessões para apresentação de emendas ao projeto (de 06/06/2024 a 25/06/2024). Não foram apresentadas emendas. <b>25/06/2024</b>
PL 5037/2023	Laura Carneiro - PSD/RJ	Dispõe sobre o dano moral causado pela infração perpetrada no contexto de violência doméstica e familiar contra a mulher e sua reparação.	Câmara dos Deputados	Apensado ao PL 1299/2022	Defesa dos Direitos da Mulher ( CMULHER ) Devolvida à Relatora, Dep. Silvye Alves (UNIÃO-GO), para reexame., para o PL 1299/2022, ao qual esta proposição está apensada. <b>12/06/2024</b>
PL 5125/2023	Aguardando Parecer do Relator na Comissão de Segurança Pública e Combate ao Crime Organizado (CSPCCO)	Altera o Decreto-Lei nº 3.689, de 03 de outubro de 1941, Código de Processo Penal, e a Lei 7.210, de 11 de julho de 1984, Lei de Execução Penal, para estabelecer a prisão nos casos de descumprimento de medidas cautelares, como monitoramento eletrônico e proibição de manter contato com a vítima, quando relacionados a crimes violentos ou que envolvam violência doméstica e familiar contra a mulher, criança, adolescente, idoso, enfermo ou pessoa com deficiência.	Câmara dos Deputados	Aguardando Parecer do Relator na Comissão de Segurança Pública e Combate ao Crime Organizado (CSPCCO)	Constituição e Justiça e de Cidadania ( CCJC ) Recebimento pela CCJC. <b>11/04/2024</b>
PL 5145/2023	Laura Carneiro - PSD/RJ	Altera a Lei nº 11.340, de 7 de agosto de 2006, e a Lei nº 10.714, de 13 de agosto de 2003, para incluir a ação das organizações da sociedade civil como integrante da Rede de Enfrentamento à Violência contra a Mulher.	Câmara dos Deputados	Aguardando Parecer do Relator na Comissão de Defesa dos Direitos da Mulher (CMULHER)	Defesa dos Direitos da Mulher ( CMULHER ) Apresentação do PRL n. 3 CMULHER (Parecer do Relator), pela Deputada Flávia Morais (PDT/GO). Inteiro teor Parecer da relatora, Dep. Flávia Morais (PDT-GO), pela aprovação. <b>16/05/2024</b>
PL 5178/2023	Laura Carneiro - PSD/RJ	Altera a ementa da Lei nº 11.340, de 7 de agosto de 2006, para denominá-la oficialmente "Lei Maria da Penha".	Câmara dos Deputados	Aguardando Parecer do Relator na Comissão de Cultura (CCULT)	COORDENAÇÃO DE COMISSÕES PERMANENTES ( CCP ) Encaminhada à publicação. Parecer da Comissão de Cultura Publicado em avulso e no DCD de 21/05/2024, Letra A. <b>20/05/2024</b>
PL 5245/2023	Capitão Alberto Neto - PL/AM	Altera o Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 (Código Penal) e a Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002 (Código Civil), para dispor sobre efeitos da condenação penal e estabelecer impedimento para casar.	Câmara dos Deputados	Aguardando Designação de Relator na Comissão de Previdência, Assistência Social, Infância, Adolescência e Família (CPASF)	Previdência, Assis. Social, Infância, Adolescência e Família ( CPASF ) Encerrado o prazo de 5 sessões para apresentação de emendas ao projeto (de 21/05/2024 a 04/06/2024). Não foram apresentadas emendas. <b>04/06/2024</b>
PL 5253/2023	Romero Rodrigues - PODE/PB	Altera a Lei nº 11.340, de 7 de agosto de 2006, para prever o atendimento da mulher vítima de violência familiar ou doméstica preferencialmente por profissional de saúde do sexo feminino.	Câmara dos Deputados	Aguardando Apreciação pelo Senado Federal	Mesa Diretora ( MESA ) Apresentação de autógrafo. Inteiro teor Remessa ao Senado Federal por meio do Of. nº 294/2023/SGM-P. Inteiro teor <b>12/12/2023</b>
PL 5270/2023	Helder Salomão - PT/ES	Altera a Lei nº 13.667, de 17 de maio de 2018, e o Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, para incentivar a contratação e a qualificação de jovens egressos de instituições de acolhimentos.	Câmara dos Deputados	Apensado ao PL 2630/2019	Trabalho ( CTAB ) Designado Relator, Dep. Sanderson (PL-RS), para o PL 1685/2007, ao qual esta proposição está apensada. <b>27/03/2024</b>
PL 5295/2023	Dilvanda Faro - PT/PA	Altera a Lei nº 11.340, de 7 de agosto de 2006, para prever o sigilo dos dados e informações da mulher vítima de violência familiar ou doméstica e de seus dependentes nos diversos cadastros mantidos pelo poder público em que seja inscrita.	Câmara dos Deputados	Aguardando Designação de Relator na Comissão de Administração e Serviço Público (CASP)	Administração e Serviço Público ( CASP ) Prazo para Emendas ao Projeto (5 sessões a partir de 04/07/2024) <b>03/07/2024</b>

PL 5427/2023	Gutemberg Reis - MDB/RJ	Aprimora a aplicação de medida protetiva, alterando a Lei nº 11.340, de 7 de agosto de 2006.	Câmara dos Deputados	Aguardando Apreciação pelo Senado Federal	Mesa Diretora ( MESA ) Apresentação do autógrafa. Inteiro teor Remessa ao Senado Federal por meio do Of. nº 287/2023/SGM-P. Inteiro teor 12/12/2023
PL 5432/2023	Gutemberg Reis - MDB/RJ	Aprimora a aplicação de medida protetiva, alterando a Lei nº 11.340, de 7 de agosto de 2006.	Câmara dos Deputados		COORDENAÇÃO DE COMISSÕES PERMANENTES ( CCP ) Encaminhada à publicação. Publicação Inicial no DCD de 15/11/2023. 14/11/2023
PL 5467/2023	Camila Jara - PT/MS	Altera a Lei no 11.340, de 7 de agosto de 2006 (Lei Maria da Penha), e o Decreto-Lei no 2.848, de 7 de dezembro de 1940 (Código Penal), para reconhecer que a divulgação de conteúdo falso sexual configura violência doméstica e familiar e para criminalizar a divulgação de registro falso não autorizado de conteúdo com cena de nudez ou ato sexual ou libidinoso.	Câmara dos Deputados	Pronta para Pauta na Comissão de Defesa dos Direitos da Mulher (CMULHER)	Constituição e Justiça e de Cidadania ( CCJC ) Recebimento pela CCJC. 27/05/2024
PL 5472/2023	Lêda Borges - PSDB/GO	Altera a Lei nº 11.340, de 7 de agosto de 2006, para prever o sigilo dos dados e informações da mulher vítima de violência familiar ou doméstica e de seus dependentes nos cadastros mantidos pelo poder público.	Câmara dos Deputados	Apensado ao PL 5295/2023	Administração e Serviço Público ( CASP ) Designada Relatora, Dep. Denise Pessoa (PT-RS), para o PL 5295/2023, ao qual esta proposição está apensada. 02/07/2024
PL 5498/2023	Fred Linhares - REPUBLIC/DF	Altera o Código Civil Brasileiro para dispor sobre divórcio em casos de violência doméstica e familiar contra a mulher com a perda dos bens, independente do regime de partilha de bens adotado na constância do casamento ou união estável	Câmara dos Deputados	Aguardando Designação de Relator na Comissão de Defesa dos Direitos da Mulher (CMULHER)	Defesa dos Direitos da Mulher ( CMULHER ) - 13:30 Reunião Deliberativa Extraordinária (semipresencial) Retirado de pauta em virtude da ausência da Relatora. 03/07/2024
PL 5513/2023	Ricardo Ayres - REPUBLIC/TO	Dispõe sobre a proibição da utilização do nome ou imagem da mulher vítima de feminicídio ou violência doméstica.	Câmara dos Deputados	Apensado ao PL 2824/2021	COORDENAÇÃO DE COMISSÕES PERMANENTES ( CCP ) Encaminhada à publicação. Publicação Inicial em avulso e no DCD de 30/11/2023. 29/11/2023
PL 5573/2023	Apensado ao PL 9384/2017	DISPÕE SOBRE A RESERVA DE VAGAS DE EMPREGOS ÀS MULHERES VÍTIMAS DE VIOLÊNCIA DOMÉSTICA E FAMILIAR NAS EMPRESAS PRESTADORAS DE SERVIÇOS, EM ORGÃOS PÚBLICOS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.	Câmara dos Deputados	Apensado ao PL 9384/2017	Defesa dos Direitos da Mulher ( CMULHER ) Designada Relatora, Dep. Rogéria Santos (REPUBLIC-BA), para o PL 10018/2018, ao qual esta proposição está apensada. 06/05/2024
PL 5577/2023	Silvye Alves - UNIÃO/GO	Altera a Lei nº 11.340, de 7 de agosto de 2006 (Lei Maria da Penha), para garantir que a vítima de violência doméstica e familiar tenha acesso diferenciado e específico, bem como seja encaminhada à sala reservada do juizado de violência doméstica e familiar contra a mulher (corredor e sala rosa), inacessíveis ao agressor, para participar de audiências em processo judicial em que seja a ofendida.	Câmara dos Deputados	Aguardando Designação de Relator na Comissão de Defesa dos Direitos da Mulher (CMULHER)	Constituição e Justiça e de Cidadania ( CCJC ) Recebimento pela CCJC. 27/05/2024
PL 5658/2023	Sandro Alex - PSD/PR	Altera a Lei nº 11.340, de 7 de agosto de 2006 (Lei Maria da Penha), para estabelecer valor de multa e critério de fixação pelo juízo competente.	Câmara dos Deputados	Aguardando Despacho do Presidente da Câmara dos Deputados	COORDENAÇÃO DE COMISSÕES PERMANENTES ( CCP ) Encaminhada à publicação. Publicação Inicial em avulso e no DCD de 14/12/2023. 13/12/2023
PL 5663/2023	Laura Carneiro - PSD/RJ	Altera o Decreto-Lei nº 3.689, de 3 de outubro de 1941 - Código de Processo Penal, para estabelecer nova hipótese de flagrante delito, bem como modifica a Lei nº 11.340, de 7 de agosto de 2006 - Lei Maria da Penha, para dispor sobre meios de prova admitidos nos casos de violência doméstica e familiar contra a mulher.	Câmara dos Deputados	Aguardando Parecer do Relator na Comissão de Defesa dos Direitos da Mulher (CMULHER)	Constituição e Justiça e de Cidadania ( CCJC ) Encerrado o prazo de 5 sessões para apresentação de emendas ao projeto (de 26/04/2024 a 15/05/2024). Não foram apresentadas emendas. 15/05/2024
PL 5672/2023	Cabo Gilberto Silva - PL/PB	Altera o Decreto-Lei nº 2.848, de 07 de dezembro de 1940 - Código Penal, para aumentar a pena nos crimes de violência doméstica, e a Lei nº 11.340, de 07 de agosto de 2006 - Lei Maria da Penha, para aumentar a pena de descumprimento de decisão judicial que defere medidas protetivas de urgência.	Câmara dos Deputados	Apensado ao PL 5114/2013	COORDENAÇÃO DE COMISSÕES PERMANENTES ( CCP ) Encaminhada à publicação. Publicação Inicial em avulso e no DCD de 14/12/2023. 13/12/2023

PL 5674/2023	Maria Arraes - SOLIDARI/PE	Altera a Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002 – Código Civil, para prever expressamente exceção à usucapião familiar em casos de violência ou ameaça de violência doméstica.	Câmara dos Deputados	Aguardando Despacho do Presidente da Câmara dos Deputados	Constituição e Justiça e de Cidadania ( CCJC ) Designada Relatora, Dep. Tabata Amaral (PSB-SP), para o PL 42/2023, ao qual esta proposição está apensada. <b>20/03/2024</b>
PL 5695/2023	Fred Linhares - REPUBLIC/DF	Tipifica penalmente a alteração de fotos, vídeos e som com o uso de sistema de Inteligência Artificial para praticar violência contra a mulher.	Câmara dos Deputados	Aguardando Despacho do Presidente da Câmara dos Deputados	COORDENAÇÃO DE COMISSÕES PERMANENTES ( CCP ) Encaminhada à publicação. Parecer da Comissão de Defesa dos Direitos da Mulher Publicado em avulso e no DCD de 28/05/2024, Letra A. <b>27/05/2024</b>
PL 5698/2023	Marcel Van Hattem - NOVO/RS	Altera a Lei nº 10.826, de 22 de dezembro de 2003, que dispõe sobre registro, posse e comercialização de armas de fogo e munição, sobre o Sistema Nacional de Armas – Sinarm, define crimes e dá outras providências, para garantir o direito à defesa de mulheres vítimas de violência doméstica sobre as quais recaem medidas protetivas, nos termos da Lei nº 11.340, de 7 de agosto de 2006.	Câmara dos Deputados	Aguardando Despacho do Presidente da Câmara dos Deputados	COORDENAÇÃO DE COMISSÕES PERMANENTES ( CCP ) Encaminhada à publicação. Publicação Inicial em avulso e no DCD de 14/12/2023. <b>13/12/2023</b>
PL 5778/2023	Vicentinho Júnior - PP/TO	Dispõe sobre a proibição da retirada de medidas protetivas de urgência em casos de violência doméstica e familiar contra a mulher.	Câmara dos Deputados	Aguardando Despacho do Presidente da Câmara dos Deputados	COORDENAÇÃO DE COMISSÕES PERMANENTES ( CCP ) Encaminhada à publicação. Publicação Inicial em avulso e no DCD de 20/12/2023. <b>19/12/2023</b>
PL 5781/2023	Aguinaldo Ribeiro - PP/PB	Altera o Decreto-Lei nº 3.689, de 3 de outubro de 1941 (Código de Processo Penal) para permitir que o juiz, de ofício, decrete medidas cautelares, inclusive prisão preventiva, bem como converta a prisão em flagrante em preventiva, nos casos de crime praticado no âmbito de violência doméstica e familiar contra a mulher, de que trata a Lei nº 11.340, de 7 de agosto de 2006, desde que presentes os requisitos do art. 312 do Decreto-Lei nº 3.689, de 3 de outubro de 1941 (Código de Processo Penal).	Câmara dos Deputados	Aguardando Apreciação pelo Senado Federal	Mesa Diretora ( MESA ) Apresentação do Autógrafo. Inteiro teor Remessa ao Senado Federal por meio do Of. nº 289/2023/SGM-P. <b>12/12/2023</b>
PL 3112/2023	Laura Carneiro - PSD/RJ	Adequa o procedimento da audiência de retratação nos casos de violência doméstica e familiar contra a mulher	Câmara dos Deputados	Aguardando Despacho do Presidente da Câmara dos Deputados	Constituição e Justiça e de Cidadania ( CCJC ) Apresentação do PRL n. 2 CCJC (Parecer do Relator), pelo Deputado Ricardo Ayres (REPUBLIC/TO). Inteiro teor Parecer do Relator, Dep. Ricardo Ayres (REPUBLIC-TO), pela constitucionalidade, juridicidade, técnica legislativa e, no mérito, pela aprovação. Inteiro teor <b>06/03/2024</b>
300/2024	Marx Beltrão - PP/AL	Apensado ao PL 3475/2019	Câmara dos Deputados	Acrescenta art. 23-A à Lei nº 11.340, de 7 de agosto de 2006, para assegurar o direito de remoção a pedido às servidoras que sejam vítimas de violência doméstica e familiar, e dá outras providências.	Defesa dos Direitos da Mulher ( CMULHER ) Designada Relatora, Dep. Talíria Petrone (PSOL-RJ), para o PL 3475/2019, ao qual esta proposição está apensada. <b>06/05/2024</b>
PL 3180/2020	Alexandre Frota - PSDB/SP	Dispõe sobre a implantação obrigatória de acompanhamento psicológico para mulheres vítimas de violência e dá outras providências.	Câmara dos Deputados	Aguardando Designação de Relator na Comissão de Defesa dos Direitos da Mulher (CMULHER)	Previdência, Assis. Social, Infância, Adolescência e Família ( CPASF ) Recebimento pela CPASF, com as proposições PL-2194/2021, PL-988/2023 apensadas. <b>29/05/2024</b>
PL 2409/2019	Mariana Carvalho - PSDB/RO	Aumenta as penas do crime de lesão corporal que envolva violência doméstica e do crime de descumprimento de medidas protetivas de urgência.	Câmara dos Deputados	Apensado ao PL 856/2019	CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE CIDADANIA (CCJC) Recebimento pela CCJC, apensado ao PL-856/2019. <b>10/11/2021</b>
<b>NÚMERO</b>	<b>AUTOR (A)</b>	<b>EMENTA</b>	<b>ORIGEM</b>	<b>ONDE ESTÁ</b>	<b>ÚLTIMO ANDAMENTO</b>
PL 2027/2019	Jorge Kajuru - PSB/GO	Altera a Lei nº 11.340, de 7 de agosto de 2006, para vedar a nomeação de condenados por crime de violência contra a mulher. Altera a Lei Maria da Penha, para prever que a condenação criminal por violência contra a mulher impede a nomeação para cargo ou emprego público, enquanto perdurar a pena de prisão.	Senado Federal	AGUARDANDO INCLUSÃO ORDEM DO DIA DE REQUERIMENTO	A proposição continua a tramitar, nos termos do art. 332 do Regimento Interno. <b>21/12/2022</b>
PL 650/2021	Jorge Kajuru - CIDADANIA/GO	Altera a Lei nº 11.340, de 7 de agosto de 2006 (Lei Maria da Penha), para dispor sobre a execução da sentença condenatória pela prática de violência doméstica e familiar, para fins de reparação civil à ofendida e a seus herdeiros.	Senado Federal	AGUARDANDO DESPACHO	CCJ - Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania AGUARDANDO DESIGNAÇÃO DO RELATOR Não foram oferecidas emendas no prazo regimental. Matéria aguardando distribuição. <b>15/05/2023</b>

PL 860/2021	Jorginho Mello - PL/SC	Altera o Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 – Código Penal, para aumentar a pena do crime de feminicídio.	Senado Federal	AGUARDANDO DESIGNAÇÃO DO RELATOR	CCJ - Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania A proposição continua a tramitar, nos termos do art. 332 do Regimento Interno. 21/12/2022
PL 1284/2021	Jorge Kajuru - CIDADANIA/B/GO	Altera o art. 183 do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 - Código Penal, para dispor que as escusas absolutórias previstas nos arts. 181 e 182 não se aplicam se o crime é cometido em contexto de violência doméstica, ainda que a violência ou a grave ameaça não constitua elementar do tipo.	Senado Federal	Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania	AGUARDANDO DESIGNAÇÃO DO RELATOR 20/03/2023
PL 1467/2021	Fabiano Contarato - REDE/ES	Altera a Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997, que institui o Código de Trânsito Brasileiro, para condicionar a obtenção da Carteira Nacional de Habilitação à realização de curso e de exame sobre a igualdade entre mulheres e homens no trânsito.	Senado Federal	AGUARDANDO DESIGNAÇÃO DO RELATOR	CCJ - Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania Matéria aguardando distribuição. 29/11/2023
PL 2605/2021	Izalci Lucas - PSDB/DF	Altera a Lei nº 14.149, de 5 de maio de 2021, para dispor sobre a aplicação do Formulário Nacional de Avaliação de Risco, bem como sobre a organização dos dados coletados, incluindo o acesso a eles.	Senado Federal	PRONTA PARA A PAUTA NA COMISSÃO	CCJ - Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania AGUARDANDO DESIGNAÇÃO DO RELATOR Matéria aguardando distribuição. 05/03/2024
PL 3393/2021	Jorginho Mello - PL/SC	Altera a Lei nº 11.340, de 7 de agosto de 2006, e o Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940, para facultar o direito de retirada da sociedade quando contratada com o agressor e excluir da isenção de pena a hipótese de crime de violência doméstica e familiar contra a mulher.	Senado Federal	AGUARDANDO DESIGNAÇÃO DO RELATOR	CCJ - Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania A proposição continua a tramitar, nos termos do art. 332 do Regimento Interno. 21/12/2022
PL 3728/2021	Leila Barros - CIDADANIA/DF	Altera a Lei nº 11.340, de 7 de agosto de 2006 (Lei Maria da Penha), para dispor sobre o atendimento acessível à mulher em situação de violência doméstica e familiar.	Senado Federal	AGUARDANDO DESIGNAÇÃO DO RELATOR	SF-SEXPE - Secretaria de Expediente Anexado o texto revisado. 15/07/2024
PL 1096/2022	Senadora Soraya Thronicke (UNIÃO/MS)	Altera a Lei nº 11.340, de 7 de agosto de 2006, para determinar que os municípios com mais de 100.000 (cem mil) habitantes possuam Delegacia Especializada de Atendimento à Mulher (Deam).	Senado Federal	AGUARDANDO DESIGNAÇÃO DO RELATOR	Matéria aguardando distribuição. 21/06/2023
PL 935/2022	Senadora Leila Barros (PDT/DF)	Institui o dia 17 de outubro como o Dia Nacional de Luto e Memória às Mulheres Vítimas de Feminicídio.	Senado Federal	MATÉRIA COM A RELATORIA	SF-SEXPE - Secretaria de Expediente Anexado o texto revisado. 18/04/2024
PL 674/2022	Senadora Eliziane Gama (CIDADANIA/MA)	Institui o Fundo de Amparo ao Emprego, Qualificação e Empreendedorismo da Mulher (FEE-Mulher) e altera a Lei nº 13.756, de 12 de dezembro de 2018, para incluí-lo entre os destinatários do produto da arrecadação da loteria de prognósticos numéricos.	Senado Federal	MATÉRIA COM A RELATORIA	CDH - Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa MATÉRIA COM A RELATORIA Distribuído à Senadora Zenaide Maia, para emitir relatório. 19/04/2023
PL 628/2022	Senadora Soraya Thronicke (PSL/MS)	Altera a Lei nº 11.340, de 7 de agosto de 2006 – Lei Maria da Penha, para dispor sobre a tomada do depoimento da mulher vitimada ou de suas testemunhas e informantes nas causas civis e dá outras providências.stitui o Fundo e Amparo ao Emprego, Qualificação e Empreendedorismo da Mulher (FEE-Mulher) e altera a Lei nº 13.756, de 12 de dezembro de 2018, para incluí-lo entre os destinatários do produto da arrecadação da loteria de prognósticos numéricos.	Senado Federal	AGUARDANDO DESIGNAÇÃO DO RELATOR	SF-SACCJ - Secretaria de Apoio à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania Matéria aguardando distribuição. 04/08/2023
PL 1713/2022	Senador Styvenson Valentim (PODEMOS/RN)	Altera o Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 (Código Penal), e a Lei nº 11.340, de 7 de agosto de 2006 (Lei Maria da Penha), para prever prazo maior em representação criminal em contexto de violência doméstica.	Senado Federal	AGUARDANDO INTERPOSIÇÃO DE RECURSO	REMETIDA À CÂMARA DOS DEPUTADOS Remetido Ofício SF nº 1153, de 14/11/23, ao Senhor Primeiro-Secretário da Câmara dos Deputados, encaminhando autógrafo do projeto para revisão, nos termos do art. 65 da Constituição Federal. 14/11/2023
PL 1882/2022	Senadora Simone Tebet (MDB/MS)	Altera a Lei nº 13.303, de 30 de junho de 2016 (Lei das Estatais), para dispor sobre a Ouvidoria da Mulher, como forma de prevenir e combater o assédio e a violência contra a mulher no âmbito das empresas públicas e sociedades de economia mista.	Senado Federal	MATÉRIA COM A RELATORIA	Distribuído à Senadora Zenaide Maia, para emitir relatório. 15/05/2023
PL 2816/2022	Jorge Kajuru (PODEMOS/GO)	Altera a Lei nº 4.737, de 15 de julho de 1965, para permitir a prisão no período eleitoral nos casos de crimes que envolvam violência doméstica e familiar contra a mulher.	Senado Federal	AGUARDANDO DESIGNAÇÃO DO RELATOR	CCJ - Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania AGUARDANDO DESIGNAÇÃO DO RELATOR Matéria aguardando distribuição. 19/09/2023

PL 6553/2019	Carmen Zanotto - CIDADANIA/SC	Institui o Dia Nacional da Mulher Empresária, a ser comemorado no dia 17 de agosto.	Senado Federal	Plenário do Senado Federal (Secretaria Legislativa do Senado Federal)	Remetido Ofício SF nº 175, de 11/04/23, ao Senhor Primeiro-Secretário da Câmara dos Deputados comunicando, para os devidos fins, que a Presidência da República encaminhou ao Senado Federal a Mensagem nº 131, de 2023, na origem, restituindo autógrafos do Projeto de Lei nº 6.553, de 2019, sancionado e transformado na Lei nº 14.545, de 4 de abril de 2023. À COARQ. 11/04/2023
PL 996/2023	Senadora Teresa Leitão (PT/PE)	Altera a Lei nº 11.346, de 15 de setembro de 2006, que cria o Sistema de Segurança Alimentar e Nutricional – SISAN, para garantir o abastecimento de cestas básicas à rede de acolhimento a mulheres em situação de violência doméstica e familiar.	Senado Federal	AGUARDANDO DESIGNAÇÃO DO RELATOR	CAE - Comissão de Assuntos Econômicos MATÉRIA COM A RELATORIA Distribuído à Senadora Janaína Farias, para emitir relatório. 24/04/2024
PL 670/2023	Senadora Zenaide Maia (PSD/RN)	Institui o Programa Mulher Alerta, que disponibiliza a todas as mulheres em situação de violência doméstica e familiar, nos termos da Lei nº 11.340, de 7 de agosto de 2006, o porte de um aparelho sinalizador de emergência conectado às autoridades de segurança pública.	Senado Federal	Distribuído ao Senador Weverton, para emitir relatório.	SF-SACSP - Secretaria de Apoio à Comissão de Segurança Pública Distribuído ao Senador Weverton, para emitir relatório. 25/05/2023
RQS 296/2023	Senadora Damare Alves (REPUBLICANOS/DF)	Requer que sejam prestadas, pela Senhora Ministra de Estado das Mulheres, Aparecida Gonçalves, informações sobre a Lei nº 14.542, de 3 de abril de 2023, que altera a Lei nº 13.667, de 17 de maio de 2018, para dispor sobre a prioridade no atendimento às mulheres em situação de violência doméstica e familiar pelo Sistema	Senado Federal	AGUARDANDO INFORMAÇÕES	F-SEADI - Secretaria de Atas e Diários A matéria vai ao arquivo. 21/11/2023
RQS 299/2023	Senadora Damare Alves (REPUBLICANOS/DF)	Requer que sejam prestadas, pelo Senhor Ministro de Estado do Trabalho e Emprego, Luiz Marinho, informações sobre a Lei nº 14.542, de 3 de abril de 2023, que altera a Lei nº 13.667, de 17 de maio de 2018, para dispor sobre a prioridade no atendimento às mulheres em situação de violência doméstica e familiar pelo Sistema Nacional de Emprego (Sine).	Senado Federal	AGUARDANDO INFORMAÇÕES	SF-SEADI - Secretaria de Atas e Diários A matéria vai ao arquivo. 10/11/2023
PL 300/2023	Senadora Damare Alves (REPUBLICANOS/DF)	Requer que sejam prestadas, pelo Senhor Ministro de Estado da Justiça e Segurança Pública, Flávio Dino de Castro e Costa, informações sobre a Lei nº 14.542, de 3 de abril de 2023, que altera a Lei nº 13.667, de 17 de maio de 2018, para dispor sobre a prioridade no atendimento às mulheres em situação de violência doméstica e familiar pelo Sistema Nacional de Emprego (Sine).	Senado Federal	AGUARDANDO INFORMAÇÕES	SF-SEADI - Secretaria de Atas e Diários A matéria vai ao arquivo. 17/11/2023
PL 2083/2022	Soraya Thronicke (UNIÃO/MS)	Altera os arts. 50, 52 e 86 da Lei nº 7.210, de 11 de julho de 1984 (Lei de Execução Penal), para estabelecer medidas destinadas a reforçar a proteção da mulher vítima de violência doméstica e familiar, especialmente contra a reiteração de ameaça ou de violência perpetrada por agressores condenados ou submetidos a prisão provisória.	Câmara dos deputados	Apensado ao PL 7704/2010	CCJ - Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania MATÉRIA COM A RELATORIA Distribuído ao Senador Eduardo Braga, para emitir relatório. 08/02/2024

PL 768/2022	Senadora Rose de Freitas (MDB/ES)	Altera a Lei nº 13.675, de 11 de junho de 2018, para dispor sobre a participação de instituições da sociedade civil na definição das políticas de segurança relativas ao Plano Nacional de Prevenção e Enfrentamento à Violência contra a Mulher. Institui o dia 17 de outubro como o Dia Nacional de Luto e Memória às Mulheres Vítimas d Femicídio.	Câmara dos Deputados	Apensado ao PL 52/2023	SF-SEXPE - Secretaria de Expediente REMETIDA À CÂMARA DOS DEPUTADOS Remetido Ofício SF nº 557, de 06/07/2023, ao Senhor Primeiro-Secretário da Câmara dos Deputados, encaminhando autógrafos do projeto para revisão, nos termos do art. 65 da Constituição Federal. 06/07/2023
-------------	--------------------------------------	---	----------------------	------------------------	--